

DIÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO



Boa Vista-RR, 27 de setembro de 2003

ANO VII – EDIÇÃO 2735

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

Secretário do Tribunal Pleno
BEL. GLAUBER BARBOSA LOPES

PUBLICAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Ricardo Oliveira, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, torna público para ciência dos interessados que na 15ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, a realizar-se no dia **1º de outubro** do corrente ano, quarta-feira, às nove horas, ou nas sessões subseqüentes, serão julgados os processos a seguir:

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 010 03 001312-1

IMPETRANTE: BRUNO FLAVIO ESPINOSA

DEFENSOR PÚBLICO: NATANAEL DE LIMA FERREIRA

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA

RELATORA: EXMA. SRA. DESª. TÂNIA MARIA VASCONCELOS DE SOUZA CRUZ

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 010 03 001321-2

IMPETRANTE: FRANCISCO FERREIRA DE SOUZA

ADVOGADO: JOSÉ LUCIANO HENRIQUE DE M. MELLO

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA

RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 693/03

ORIGEM: CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

ASSUNTO: PROCEDIMENTO INDIVIDUAL DO MM. JUIZ VITALICIANDO RODRIGO CARDOSO FURLAN

RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 694/03

ORIGEM: CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

ASSUNTO: PROCEDIMENTO INDIVIDUAL DA MM. JUÍZA VITALICIANDA MARIA APARECIDA CURY

RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 695/03

ORIGEM: CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

ASSUNTO: PROCEDIMENTO INDIVIDUAL DO MM. JUIZ VITALICIANDO BRENO JORGE PORTELA SILVA COUTINHO

RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 696/03

ORIGEM: CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

ASSUNTO: PROCEDIMENTO INDIVIDUAL DO MM. JUIZ VITALICIANDO MARCELO MAZUR

RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 010 03 001312-1

IMPETRANTE: BRUNO FLAVIO ESPINOSA

DEFENSOR PÚBLICO: NATANAEL DE LIMA FERREIRA

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA

RELATORA: EXMA. SRA. DESª. TÂNIA MARIA VASCONCELOS DE SOUZA CRUZ

DESPACHO

1. Inclua-se em pauta.
2. Publique -se e intimem-se.

Boa Vista (RR), 26 de setembro de 2003.

DESª. TÂNIA MARIA VASCONCELOS DE SOUZA CRUZ
Relatora

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 1375/02

ORIGEM: 1.º JUÍZADO ESPECIAL.

ASSUNTO: ENCAMINHA AUTOS DE N.º 0010.02.047339-2 – CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM QUE SÃO PARTES A JUSTIÇA PÚBLICA E L. L. M. A.

RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA.

DESPACHO

1. Promova a Secretaria do Tribunal Pleno o registro e a autuação deste procedimento como Representação Criminal, figurando como Representante: G. F. C. (Advogado: Francisco das Chagas Batista) e Representada: L. L. M. A. (Advogada: Antonieta Magalhães Aguiar).
2. Designo audiência preliminar para o dia 24.10.2003, às 10:00 h, na Sala de Sessões deste Tribunal.
3. Intime-se a Representante e a Representada para comparecimento à audiência: a primeira, por carta precatória endereçada à Presidência do TJDF; a segunda, por mandado.
4. Requistem-se as Folhas de Antecedentes Criminais, nos termos da promoção ministerial de fl. 69.
5. Publique -se, com as cautelas do segredo de justiça.
6. Dê-se ciência à douta Procuradoria-Geral de Justiça.

Boa Vista, 02 de setembro de 2003.

Des. RICARDO OLIVEIRA
Relator

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

HABEAS DATA Nº 010 03 001331-1

Impetrante: Geú Ferreira Rodrigues

Advogado: Augusto Dantas Leitão – OAB/RR 070B

Impetrado: Secretário de Administração do Estado de Roraima

Relator: Exmo. Sr. Des. Robério Nunes

I - Tratam os autos de HABEAS DATA, em que figura como impetrante GEÚ FERREIRA RODRIGUES e impetrado o Sr. SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA.

Alega o impetrante que teria sido vítima de conduta deletéria praticada pela autoridade coatora, consubstanciada na inclusão no rol dos aprovados do Concurso Público da Polícia Civil do Estado de Roraima o nome de candidatos com notas inferiores a sua.

Lançando mão de dispositivos legais e doutrinários, requer a concessão da medida liminar, a fim de que a “autoridade coatora” seja compelida a apresentar o cartão de resposta do impetrante, propugnando ao final pela procedência do pedido.

Este é o breve relato. Passo a decidir.

II – A Constituição Federal prevê em seu art. 5º LXXII a concessão de habeas data:

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas a pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para retificação de dados, quando não se prefira fazer por meio sigiloso, judicial ou administrativo.

Com efeito, visando normatizar o instituto assegurado em sede constitucional foi editada a Lei 9507/97, regulando o direito de informação e disciplinando o rito processual do *habeas data*. Assim, a petição inicial deverá atender aos requisitos genéricos do Código de Processo Civil, nos termos do art. 8º da referida lei. Por outro lado, tendo natureza jurídica de ação constitucional é imprescindível a submissão às condições da ação.

No caso em tela, a pretensão do impetrante sucumbe diante da análise das condições da ação, notadamente o interesse de agir, restando manifesto a inadequação entre o provimento jurisdicional pretendido e o procedimento adotado para a solução do litígio.

A lição vem do festejado Antônio Cláudio da Costa Machado¹:

“Interesse de agir é identificado pelo binômio necessidade-adequação (necessidade concreta do processo e adequação do provimento e do procedimento para a solução do litígio)”.

Importante ressaltar que o *habeas data* foi concebido como um instrumento essencialmente político, fruto de uma experiência anterior em que o governo arquivava a seu critério e sigilosamente, dados referentes a convicção filosófica, política, religiosa e de conduta pessoal dos indivíduos (MORAES, Alexandre de, Direito Constitucional, Atlas, 12ª edição).

Nesse sentido, não a que se desvirtuar o escopo da ação de *habeas data* no intuito de perquirir mera informação de caráter interno, sem veiculação ou registro sigiloso, a fim de atender ao simples interesse do impetrante, notadamente, quanto ao *score* de pontuação supostamente alcançada em prova objetiva corrigida através de processamento eletrônico.

Outrossim, tratando-se de pedido de liminar não se contenta a lei com o *periculum in mora* exigindo para a concessão da medida, o *fumus boni juris*, sem o que, não justifica-se a provisão *inaudita altera parte*.

Pois bem, no caso *sub examine* verifica-se que restam ausentes tais requisitos. Com efeito, a pretensão deduzida em juízo não encontra justificativa legal.

Logo, não há qualquer lugar para a pretensão da requerente, faltando-lhe uma das condições da ação, qual seja, o interesse de agir, uma vez que a necessidade e utilidade do provimento jurisdicional pleiteado não se fazem presentes.

III – Posto isto, em razão dos argumentos expendidos e pelo que dos autos consta, na forma do art. 267 VI do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo, sem condenação em honorários advocatícios.

P. R. I.

Boa Vista, 26 de Setembro de 2003

Des. Robério Nunes
Relator

MANDADO DE SEGURANÇA N.º 010.03.001518-3.

Impetrante: Jeferson Galvão de Melo.

Advogados: Alexander Ladislau Menezes e outro.

Impetrado: Secretário de Estado da Administração.

Relator: Exmo. Sr. Des. Mauro Campello

DECISÃO

Recebi em 14.09.03 (domingo), às 9:25 horas.

JEFERSON GALVÃO DE MELO impetra mandado de segurança, com pedido de liminar, contra ato do SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, Coordenador-Geral do Concurso Público para o Quadro Permanente de Pessoal da Polícia Civil do Estado de Roraima, alegando, em síntese, o seguinte:

- a) que foi eliminado na prova de capacidade física para o cargo de Delegado;
- b) que a referida prova dispensa tratamento diferenciado para os candidatos de sexo masculino e feminino, exigindo maior esforço do primeiro;
- c) que o critério adotado pelo edital implica em discriminação vedada pela Constituição Federal; e
- d) que, por conta disso, foi reprovado no teste masculino, mas, sem dúvida, teria êxito na “prova física estabelecida para as mulheres”.

Requer, assim, a concessão de liminar, para submeter-se a novo teste de capacidade física, desta vez segundo os critérios utilizados para o sexo feminino, e, no mérito, a confirmação da segurança.

Juntou documentos.

É o relatório. Decido.

Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita.

Não considero relevante o fundamento da impetração.

O princípio da isonomia, consagrado pela Constituição da República, pressupõe “igualdade de aptidão, uma igualdade de possibilidades virtuais, ou seja, todos os cidadãos têm o direito de tratamento idêntico pela lei, em consonância com os critérios albergados pelo ordenamento jurídico. Dessa forma, o que se veda são as diferenciações arbitrárias, as discriminações absurdas, pois, o **tratamento desigual dos casos desiguais**, na medida em que se desigualam, é exigência tradicional do próprio conceito de Justiça, pois o que realmente protege são certas finalidades, somente se tendo por lesado o princípio constitucional quando o elemento discriminador não se encontra a serviço de uma finalidade acolhida pelo direito...” (Alexandre de Moraes, *Direito Constitucional*, 5.ª ed., Atlas, p. 61).

Ora, homens e mulheres possuem compleição física diferente, sendo razoável que a administração pública adote, na prova correspondente, critérios objetivos que respeitem essa desigualdade natural.

Aliás, isso é curial no esporte, a exemplo do atletismo, onde o desempenho masculino supera o feminino.

O precedente jurisprudencial invocado pelo impetrante, *data venia*, não se aplica ao presente caso, pois naquele foi agregada uma diferenciação de faixa etária.

O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, assim tem decidido, *mutatis mutandis*:

“RESP - ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO - SEXOS MASCULINO E FEMININO. Não pode haver distinção, em face da isonomia, dos direitos de homem e mulher, embora, pela **própria natureza**, certas atividades sejam próprias para o homem ou mais recomendadas para a mulher. O acesso é facultado às carreiras militares. Hoje, fica à deliberação do Estado, naquele concurso, precisar de pessoas para atividades recomendadas para o homem e não para a mulher. Em sendo assim, não vejo que a simples distinção, em si mesma, possa afrontar o princípio da isonomia” (REsp. 173312/MS, 6.ª Turma, Rel. Min. Luiz Vicente Cernicchiaro, v. u., DJ 22.03.99, p. 262).

ISTO POSTO, ausente o *fumus boni juris*, indefiro o pedido de liminar.

Publique-se.

Após, distribua-se.

Boa Vista, 14 de setembro de 2003.

Des. RICARDO OLIVEIRA
Presidente

MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO C/C PEDIDO DE LIMINAR Nº 010.03 001564-7

Impetrante: White Martins Gases Industriais do Norte S/A
Advogado: Samir Abfadill Toutenge Júnior, OAB/PA 5432
Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Roraima
Relator: Exmo. Sr. Des. MAURO CAMPELLO

DECISÃO

Trata-se de Mandado de Segurança Preventivo com pedido de liminar impetrado por White Martins Gases Industriais do Norte S/A, qualificada e representada por seu patrono constituído, contra ato do Exmo. Sr. Secretário de Administração do Estado de Roraima. Aduz o Impetrante, em síntese, que está participando de concorrência pública para fornecimento de gases para o Estado e que o certame jacente não fora escorrido, sobretudo quanto à anulação do mesmo operada pela Administração, o que teria malferido afirmado direito seu. Por tal razão, manejou um anterior *writ* colimando tutelar sua situação com a “restauração” do referido certame, o qual recaiu sob a relatoria do eminente Des. Almiro Padilha. Sucede que, continua o Impetrante em sua exposição, a Administração Pública respectiva, após a anterior impetração, deflagrou “novo certame licitatório” para o mesmo fim, mas sob modalidade diversa, estando tal procedimento já em andamento.

Diz o Impetrante, ainda, que a existência daquele Mandado de Segurança pendente de decisão e a continuidade do novo procedimento licitatório pode ter o condão de “causar embaraços de grande monta tanto para Impetrante (...) quanto ao próprio Estado”. Requer, pois, “a tutela da justiça para impedir que seja levado a efeito o pregão hodiernamente em curso”, suspendendo, em sede de ordem liminar, a realização do novel certame até a decisão do pretérito Mandado de Segurança; e, em sede de mérito, a anulação do mencionado novo certame.

É o que nos afigura pertinente relatar.

DECIDO

A presente impetração está intimamente vinculada à anterior, que foi cometida ao Des. Almiro Padilha (MS nº 010.03.1275-0). Com efeito, a própria peça exordial denota essa indubitosa conexão: apenas se deduziu nova impetração devido à superveniência de fato ulterior, mas dentro do mesmo contexto fático-jurídico jacente à anterior impetração.

Ceda a potencialidade de decisões conflitantes, caso nos coubesse a relatoria vertente. Sendo a *ratio* da conexão modificar a competência para obviar ditos conflitos e para favorecer a um conhecimento adequado e pleno da questão, alvitro declinar, de ofício, o presente para o Des. Almiro Padilha, anteriormente competente, a fim de que, sob a relatoria do mesmo, reúnam-se os feitos para o melhor deslinde que o caso reclama.

Isto posto, determino que se proceda, de forma célere, mercê do pedido de liminar, o encaminhamento do presente feito ao mencionado Desembargador, por dependência ao MS nº 010.03.1275-0, para que sejam decididos simultaneamente.

P.R.I.

Boa Vista/RR, 25 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, BOA VISTA-RR, 26 DE SETEMBRO DE 2003.

BEL. GLAUBER BARBOSA LOPES
Secretário do Tribunal Pleno

**Secretária da Câmara Única
BEL.ª SUANAM NAKAI DE C. NUNES**

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

Apelação Cível N.º 0010.03.000302-3 – Boa Vista/RR

Apelante: Marcelo Barbosa dos Santos

Advogada: Antonieta Magalhães Aguiar

Apelado: Estado de Roraima

Procurador Judicial: Hélio Abozaglo Elias

Relator: Exmo. Sr. Des. Robério Nunes

Revisor: Exmo. Sr. Des. Carlos Henriques

EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL – EXISTÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL E DA LEGITIMIDADE DAS PARTES – EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO – IMPOSSIBILIDADE - OMISSÃO CONSTITUCIONAL INEXISTENTE - DECLARAÇÃO FORMAL POR VIA DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO – DESNECESSIDADE.

Estando presentes todas as condições para o exercício do direito de ação (artigo 282 e 283 do CPCivil), não há como se declarar a inépcia da petição inicial.

A falta de regulamentação de dispositivo de norma infraconstitucional não constitui omissão constitucional sujeita à declaração formal de inconstitucionalidade por omissão, mas sim possível ilegalidade do poder regulamentador. Ademais, não se pode exigir de quem não possui legitimidade para promover ação direta de inconstitucionalidade que o faça antes de submeter a sua pretensão jurídica ao crivo da autoridade judiciária.

Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 302-3, em que é apelante MARCELO BARBOSA DOS SANTOS e apelado o ESTADO DE RORAIMA, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, em conhecer do presente recurso, dando-lhe provimento, nos termos do voto do relator.

Boa Vista, sala das sessões da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e três.

Des. Carlos Henriques - Presidente/Revisor

Des. Robério Nunes – Relator

Des. José Pedro - Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

Apelação Cível N.º 0010.03.000303-1 – Boa Vista/RR

Apelante: Argemiro Ferreira da Silva

Advogada: Antonieta Magalhães Aguiar

Apelado: Estado de Roraima

Procurador Judicial: Hélio Abozaglo Elias

Relator: Exmo. Sr. Des. Robério Nunes

Revisor: Exmo. Sr. Des. Carlos Henriques

EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL – EXISTÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL E DA LEGITIMIDADE DAS PARTES – EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO – IMPOSSIBILIDADE - OMISSÃO CONSTITUCIONAL INEXISTENTE - DECLARAÇÃO FORMAL POR VIA DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO – DESNECESSIDADE.

Estando presentes todas as condições para o exercício do direito de ação (artigo 282 e 283 do CPCivil), não há como se declarar a inépcia da petição inicial.

A falta de regulamentação de dispositivo de norma infraconstitucional não constitui omissão constitucional sujeita à declaração formal de inconstitucionalidade por omissão, mas sim possível ilegalidade do poder regulamentador. Ademais, não se pode exigir de quem não possui legitimidade para promover ação direta de inconstitucionalidade que o faça antes de submeter a sua pretensão jurídica ao crivo da autoridade judiciária.

Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 303-1, em que é apelante ARGEMIRO FERREIRA DA SILVA e apelado o ESTADO DE RORAIMA, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, em conhecer do presente recurso, dando-lhe provimento, nos termos do voto do relator.

Boa Vista, sala das sessões da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e três.

Des. Carlos Henrique - Presidente/Revisor

Des. Robério Nunes – Relator

Des. José Pedro - Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

Apelação Cível N.º 0010.03.000304-9 – Boa Vista/RR

Apelante: Alessandro Andrade Lima

Advogada: Antonieta Magalhães Aguiar

Apelado: Estado de Roraima

Procurador Judicial: Hélio Abozaglo Elias

Relator: Exmo. Sr. Des. Robério Nunes

Revisor: Exmo. Sr. Des. Carlos Henrique

EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL – EXISTÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL E DA LEGITIMIDADE DAS PARTES – EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO – IMPOSSIBILIDADE - OMISSÃO CONSTITUCIONAL INEXISTENTE - DECLARAÇÃO FORMAL POR VIA DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO – DESNECESSIDADE.

Estando presentes todas as condições para o exercício do direito de ação (artigo 282 e 283 do CPCivil), não há como se declarar a inépcia da petição inicial.

A falta de regulamentação de dispositivo de norma infraconstitucional não constitui omissão constitucional sujeita à declaração formal de inconstitucionalidade por omissão, mas sim possível ilegalidade do poder regulamentador. Ademais, não se pode exigir de quem não possui legitimidade para promover ação direta de inconstitucionalidade que o faça antes de submeter a sua pretensão jurídica ao crivo da autoridade judiciária.

Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 304-9, em que é apelante ALESSANDRO ANDRADE LIMA e apelado o ESTADO DE RORAIMA, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, em conhecer do presente recurso, dando -lhe provimento, nos termos do voto do relator.

Boa Vista, sala das sessões da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e três.

Des. Carlos Henrique - Presidente/Revisor

Des. Robério Nunes – Relator

Des. José Pedro - Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

Apelação Cível N.º 0010.03.000316-3 – Boa Vista/RR

Apelante: Eva Rodrigues de Souza

Advogada: Antonieta Magalhães Aguiar

Apelado: Estado de Roraima

Procurador Judicial: Hélio Abozaglo Elias

Relator: Exmo. Sr. Des. Robério Nunes

Revisor: Exmo. Sr. Des. Carlos Henrique

EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL – EXISTÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL E DA LEGITIMIDADE DAS PARTES – EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO – IMPOSSIBILIDADE - OMISSÃO CONSTITUCIONAL INEXISTENTE - DECLARAÇÃO FORMAL POR VIA DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO – DESNECESSIDADE.

Estando presentes todas as condições para o exercício do direito de ação (artigo 282 e 283 do CPCivil), não há como se declarar a inépcia da petição inicial.

A falta de regulamentação de dispositivo de norma infraconstitucional não constitui omissão constitucional sujeita à declaração formal de inconstitucionalidade por omissão, mas sim possível ilegalidade do poder regulamentador. Ademais, não se pode exigir de quem não possui legitimidade para promover ação direta de inconstitucionalidade que o faça antes de submeter a sua pretensão jurídica ao crivo da autoridade judiciária.

Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 316-3, em que é apelante EVA RODRIGUES DE SOUZA e apelado o ESTADO DE RORAIMA, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Turma Cível da Câmara

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2735 Boa Vista-RR, 27 de setembro de 2003.

Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, em conhecer do presente recurso, dando-lhe provimento, nos termos do voto do relator.

Boa Vista, sala das sessões da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e três.

Des. Carlos Henriques - Presidente/Revisor

Des. Robério Nunes – Relator

Des. José Pedro - Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

Apelação Cível N.º 0010.03.000317-1 – Boa Vista/RR

Apelante: Luís Cláudio de Jesus Silva

Advogada: Antonieta Magalhães Aguiar

Apelado: Estado de Roraima

Procurador Judicial: Hélio Abozaglo Elias

Relator: Exmo. Sr. Des. Robério Nunes

Revisor: Exmo. Sr. Des. Carlos Henriques

EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL – EXISTÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL E DA LEGITIMIDADE DAS PARTES – EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO – IMPOSSIBILIDADE - OMISSÃO CONSTITUCIONAL INEXISTENTE - DECLARAÇÃO FORMAL POR VIA DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO – DESNECESSIDADE.

Estando presentes todas as condições para o exercício do direito de ação (artigo 282 e 283 do CPCivil), não há como se declarar a inépcia da petição inicial.

A falta de regulamentação de dispositivo de norma infraconstitucional não constitui omissão constitucional sujeita à declaração formal de inconstitucionalidade por omissão, mas sim possível ilegalidade do poder regulamentador. Ademais, não se pode exigir de quem não possui legitimidade para promover ação direta de inconstitucionalidade que o faça antes de submeter a sua pretensão jurídica ao crivo da autoridade judiciária.

Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 317-1, em que é apelante LUÍS CLÁUDIO DE JESUS e apelado o ESTADO DE RORAIMA, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, em conhecer do presente recurso, dando-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Boa Vista, sala das sessões da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e três.

Des. Carlos Henriques - Presidente/Revisor

Des. Robério Nunes – Relator

Des. José Pedro - Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

Apelação Cível N.º 0010.03.00318-9 – Boa Vista/RR

Apelante: Marcos da Silva Santos

Advogada: Antonieta Magalhães Aguiar

Apelado: Estado de Roraima

Procurador Judicial: Hélio Abozaglo Elias

Relator: Exmo. Sr. Des. Robério Nunes

Revisor: Exmo. Sr. Des. Carlos Henriques

EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL – EXISTÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL E DA LEGITIMIDADE DAS PARTES – EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO – IMPOSSIBILIDADE - OMISSÃO CONSTITUCIONAL INEXISTENTE - DECLARAÇÃO FORMAL POR VIA DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO – DESNECESSIDADE.

Estando presentes todas as condições para o exercício do direito de ação (artigo 282 e 283 do CPCivil), não há como se declarar a inépcia da petição inicial.

A falta de regulamentação de dispositivo de norma infraconstitucional não constitui omissão constitucional sujeita à declaração formal de inconstitucionalidade por omissão, mas sim possível ilegalidade do poder regulamentador. Ademais, não se pode exigir de quem não possui legitimidade para promover ação direta de inconstitucionalidade que o faça antes de submeter a sua pretensão jurídica ao crivo da autoridade judiciária.

Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 318-9, em que é apelante **MARCOS DA SILVA SANTOS** e apelado o **ESTADO DE RORAIMA**, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, em conhecer do presente recurso, dando-lhe provimento, nos termos do voto do relator.

Boa Vista, sala das sessões da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e três.

Des. Carlos Henriques - Presidente/Revisor

Des. Robério Nunes – Relator

Des. José Pedro - Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

Apelação Cível N.º 0010.03.000319-7 – Boa Vista/RR

Apelante: Farley Hudson Marques Cunha

Advogado: Antonieta Magalhães Aguiar

Apelado: Estado de Roraima

Procurador Judicial: Hélio Abozaglo Elias

Relator: Exmo. Sr. Des. Robério Nunes

Revisor: Exmo. Sr. Des. Carlos Henriques

EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL – EXISTÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL E DA LEGITIMIDADE DAS PARTES – EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO – IMPOSSIBILIDADE - OMISSÃO CONSTITUCIONAL INEXISTENTE - DECLARAÇÃO FORMAL POR VIA DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO – DESNECESSIDADE.

Estando presentes todas as condições para o exercício do direito de ação (artigo 282 e 283 do CPCivil), não há como se declarar a inépcia da petição inicial.

A falta de regulamentação de dispositivo de norma infraconstitucional não constitui omissão constitucional sujeita à declaração formal de inconstitucionalidade por omissão, mas sim possível ilegalidade do poder regulamentador. Ademais, não se pode exigir de quem não possui legitimidade para promover ação direta de inconstitucionalidade que o faça antes de submeter a sua pretensão jurídica ao crivo da autoridade judiciária.

Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 319-7, em que é apelante **FARLEY HUDSON MARQUES CUNHA** e apelado o **ESTADO DE RORAIMA**, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, em conhecer do presente recurso, dando-lhe provimento, nos termos do voto do relator.

Boa Vista, sala das sessões da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e três.

Des. Carlos Henriques - Presidente/Revisor

Des. Robério Nunes – Relator

Des. José Pedro - Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

Reexame Necessário N.º 0010.03.000372-6 – Boa Vista/RR

Remetente: MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Boa Vista/RR

Impetrante: Ronald Mendonça Lendengue

Advogado: Roberto Guedes de Amorim

Impetrado: Coordenador Geral do Concurso da Polícia Militar de Roraima

Relator: Exmo. Sr. Des. Cristóvão Suter

EMENTA

REEXAME NECESSÁRIO – CONCURSO PÚBLICO – ELIMINAÇÃO SUMÁRIA DE CANDIDATO – ANTECEDENTES CRIMINAIS – INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL – PRESUNÇÃO DO ESTADO DE INOCÊNCIA – IMPOSSIBILIDADE – MANUTENÇÃO DA SENTENÇA – RECURSO IMPROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos,

Acordam, os membros da Câmara Única-Turma Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator, que integra este julgado.

Sala das sessões do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, aos dezesseis dias do mês de setembro de 2003.

Des. Robério Nunes – Presidente

Juiz Convocado Cristóvão Suter – Relator

Juíza Convocada Tânia Vasconcelos – Julgadora

Ministério Público Estadual

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

Agravo de Instrumento N.º 0010.03.000375-9 – Boa Vista/RR

Agravante: Ariston Pereira de Andrade

Advogado: Joaquim Pinto Souto Maior Neto

Agravado: Espólio de Rubem da Silva Lima

Advogados: Suely Almeida e Outro

Relator: Exmo. Sr. Des. Robério Nunes

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – INOBSERVÂNCIA DO ART. 526 DO CPC – OMISSÃO SUSCITADA E PROVADA PELO INTERESSADO – INADMISSIBILIDADE DO RECURSO – PARÁGRAFO ÚNICO DO MESMO DIPLOMA LEGAL. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO.

Comprovando o interessado o descumprimento pelo recorrente das determinações constantes no art. 526, *caput*, do CPC, impõe-se o não conhecimento do recurso de agravo por ele interposto – aplicação do seu parágrafo único.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de Agravo de Instrumento interposto por ARISTON PEREIRA DE ANDRADE contra ESPÓLIO DE RUBEM DA SILVA LIMA - proc. n.º 010 03 000375 -9, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do relator.

Boa Vista, sala das sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e três.

DES. ROBÉRIO NUNES – Presidente em exercício e Relator

DES. JOSÉ PEDRO – Julgador

DES. CRISTÓVÃO SUTER - Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

Apelação Criminal N.º 0010.03.000390-8 Boa Vista/RR

Apelante: Ministério Público de Roraima

Apelado: Robson César da Silva

Advogado: Roberto Guedes de Amorim

Relator: Exmo. Sr. Des. Cristóvão Suter (Juiz Convocado)

EMENTA

APELAÇÃO CRIMINAL – CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO – EMPREGO DE VIOÊNCIA – COMPROVAÇÃO NOS AUTOS – ROUBO – CARACTERIZAÇÃO – RECURSO PROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos,

Acordam os membros da Câmara Única-Turma Cível do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, à unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator, que integra este julgado.

Sala das sessões do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, aos dezesseis dias do mês de setembro de 2003.

Des. Robério Nunes – Presidente

Juiz Convocado Cristóvão Suter – Relator

Des. Mauro Campello – Julgador

Ministério Público Estadual

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

Embargos Declaratórios na Ação Cautelar Incidental Inominada N.º 001/2002 / 0010.03.000590-3 – Boa Vista/RR

Embargante: Banco da Amazônia S/A - Basa.

Advogada: Maria da Glória de Souza Lima

Embargada: Arosa Agropecuária Roraima Ltda.

Advogado: Luiz Fernando Menegais

Relator: Exmo. Sr. Des. Robério Nunes

EMENTA - EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AÇÃO CAUTELAR INOMINADA – PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA – REJEIÇÃO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO OU OBSCURIDADE – ARESTO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO – EMBARGOS REJEITADOS.

Nos termos do artigo 800, parágrafo único, do Código de Processo civil, com redação dada pela Lei n.º 8.952/94, após a interposição de recurso, a medida cautelar incidente deve ser requerida diretamente ao Tribunal.

Enquanto houver demanda, onde se discutem os valores cobrados em contrato bancário, é ilícita a inscrição ou manutenção do nome do devedor em órgãos de proteção ao crédito. No mesmo sentido se evidencia o artigo 7º da Lei 10.522, de 2002, que regulamenta o cadastro informativo do CADIN.

Rejeitam-se os embargos declaratórios, em face da falta de comprovação da alegada omissão ou obscuridade existente no acórdão combatido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos Embargos Declaratórios na ação Cautelar Incidental Inominada n 001/02, em que é embargante Banco da Amazônia S/A – BASA e embargada AROSA – Agropecuária Roraima LTDA, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, em rejeitar os presentes embargos declaratórios nos termos do voto do relator.

Boa Vista, sala das sessões da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, 10 de junho do ano de dois mil e três.

Des. Carlos Henriques - Presidente

Des. Robério Nunes – Relator

Des. Lupercino Nogueira - Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

Apelação Cível N.º 105/2002 / 0010.03.001095-2 – Boa Vista/RR

Apelante: Ministério Público de Roraima

Apelado: Pedro Ludovico de Souza

Defensoras Públicas: Grece Maria da Silva Matos e Outra

Relator: Exmo. Sr. Des. Almiro Padilha

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – REGISTRO DE NASCIMENTO – IDENTIDADE DOS GENITORES – AUSÊNCIA DE PROVAS – RECURSO PROVIDO.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acórdam os membros da Colenda Câmara Única, integrantes da Turma Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e lhe dar provimento, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões da Câmara Única do E. TJRR, em Boa Vista, 26 de agosto de 2003.

Des. Robério Nunes
Presidente

Des. José Pedro
Julgador

Des. Almiro Padilha
Relator

Esteve presente:

Dra. Cleonice Andriago Vieira
Procuradora de Justiça

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

Habeas Corpus N.º 0010 03 001380-8 – Boa Vista/RR

Impetrante: Elias Bezerra Da Silva

Paciente: Emerson Souza Moura

Autoridade Coatora: MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Boa Vista/RR

Relator: Exmo. Sr. Des. Carlos Henriques

EMENTA: HABEAS CORPUS – ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. DILAÇÃO PRAZAL PROVOCADA PARA OBTIVA DE DUAS TESTEMUNHAS DE DEFESA A REQUERIMENTO E INSISTÊNCIA DA MESMA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 64 DO STJ - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO - ORDEM DENEGADA.

O feito encontra-se sem conclusão da instrução criminal por insistência da defesa na oitiva dos dois médicos legistas. Audiência marcada para 14 de agosto e remarcada para 16 de setembro do corrente ano por não comparecimento das testemunhas. Tratando-se de dilação prazal provocada pela defesa e em benefício desta, não há falar-se em constrangimento ilegal. Aplicação da Súmula 64 do Superior Tribunal de Justiça. Precedentes desta Corte. Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *HABEAS CORPUS* N° 0010 03 001380-8, em que são partes, as acima identificadas. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Câmara Única, Turma Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, em conhecer a presente Ordem de *habeas corpus*, e em harmonia com o parecer ministerial, a unanimidade de votos negar-lhe a concessão por ausência de constrangimento ilegal, nos termos do relatório e voto do relator que ficam fazendo parte integrante deste julgado. SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA ÚNICA, em 23 de setembro de 2003.

Des. CARLOS HENRIQUES
Presidente e Relator

Des. MAURO CAMPELO
Julgador

Juíza Convocada Dra. TÂNIA VASCONCELOS
Julgadora

Esteve Presente: Dr. Sales Eurico Melgarejo Freitas
Procurador de Justiça

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

Agravo de Instrumento N.º 0010. 03.0001349 – 3 – Boa Vista/RR

Agravante: Antônio Carlos dos Santos Queiroz

Advogado: Sérgio Augusto de Castro Fonseca

Agravados: Anderson de Souza Queiroz e Outra

Relator: Exmo. Sr. Des. José Pedro

Vistos etc.

Antônio Carlos dos Santos Queiroz, devidamente qualificado à fl. 04, interpõe o presente agravo de instrumento, visando à reforma da decisão prolatada pelo MM. Juiz da 1.ª Vara Cível, nos autos de n° 03059758-6, que deferiu alimentos provisórios, no valor de 25% (vinte e cinco) por cento do salário do agravante, em favor dos filhos menores, ora agravados.

Sustenta o agravante a incorreção do *decisum* monocrático, sob a alegativa de inexistirem meios suficientes para o cumprimento da decisão hostilizada.

É o breve relato, DECIDO.

Defiro os benefícios da justiça gratuita.

O recurso é tempestivo (art. 5.º, § 5.º da Lei n.º 1.060/50).

Examinando as razões recursais, não vislumbro suficientemente demonstrada a relevância do assunto para a concessão do efeito suspensivo, posto que se trata de matéria de natureza alimentar, em que o magistrado da causa levou em consideração os fatos a ele apresentados.

Assim, indefiro o pedido de suspensão imediata da decisão agravada, à minguia de preenchimento dos requisitos elencados no art. 527, II, CPC.

Requisitem-se as informações de praxe, nos moldes do art. 527, I, do CPC.

Intimem-se os agravados para, querendo, apresentarem contra-razões ou juntarem documentos, no prazo e na forma do art. 527, III, do CPC.

Ultimadas as providências retrocitadas ou transcorridos "*in albis*" os respectivos prazos, encaminhem-se os autos ao douto Procurador de Justiça, para os devidos fins, no prazo de (10) dez dias (art. 527, IV, do CPC).

Publique-se. Comunique-se. Intimem-se.

Após, à nova conclusão.

Boa Vista, 26 de setembro de 2003.

Des. JOSÉ PEDRO – Relator

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

Recurso Especial na Apelação Cível N.º 107/2001 / 0010.03.000628-1 – Boa Vista/RR

Recorrente: Varig S/A – Viação Aérea Riograndense

Advogados: Francisco Noronha e Outros

Recorridos: Leonardo Pache de Faria Cupello e Outros

Advogados: Samuel Weber Braz e Outro

DESPACHO

Dê-se vista aos recorridos, para oferecimento de contra-razões e regularização da representação processual.
Após, conclusos.
Publique-se.
Boa Vista, 26 de setembro de 2003.

Des. RICARDO OLIVEIRA
Presidente

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

Agravo de Instrumento N.º 0010.03.001551-9 – Boa Vista/RR

Agravante: Construshop Caçari Material de Construção Ltda.

Advogados: Francisco das Chagas Batista e Outros

Agravados: Construtora Meridional Ltda. e Outra

Relator: Exmo. Sr. Des. Robério Nunes

DESPACHO

CONSTRUSHOP CAÇARI MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, irressignada com a respeitável decisão interlocutória do MM Juiz da 5ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, proferida nos autos da Ação Cautelar de Busca e apreensão – Proc. n.º 699045-6 movida pela agravante contra a agravada, que houve por bem indeferir o seu pedido de concessão de medida liminar *inaudita altera pars* para apreender o veículo da marca Volkswagen, tipo 8.150/caminhão, ano/modelo 2000/2001, de cor branca, chassi n.º 9BWV2VD241RY17743, de propriedade da empresa CONSTRUTORA PROSOLO LTDA, segunda agravada, interpõe o presente recurso de agravo de instrumento.

O agravante alega, em síntese, que:

- o bem, cuja constrição liminar foi indeferida, serve de garantia ao pagamento de dívida confessada no valor de R\$ 18.829,09 (dezoito mil, oitocentos e vinte e nove reais e nove centavos) representada pelo cheque n.º 850095-9, sacado contra o Banco do Brasil S/A, transação homologada pelo juízo da 5ª Vara Cível;
- a cautelar aforada visa a permitir que a Agravante, possuidora indireta do bem dado fiduciariamente em garantia, adquira a posse plena do referido veículo;
- com base na falta de provisão de fundos do cheque dado como garantia, as agravadas provavelmente não honraram a dívida assumida em juízo;
- a materialidade do crédito da Agravante, pela emissão do título de crédito em comento, dá ensejo à concessão da liminar *inaudita altera pars*;

Alegando a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, pretende a Agravante a concessão do pleito acautelatório, com o intuito de consubstanciar a busca e apreensão do veículo retro mencionado, bem como de se lhe emprestar efeito suspensivo ao presente recurso, com a *incontinenti* expedição de mandado de busca e apreensão.

Ao final, requereu o provimento do recurso, para reformar o despacho ora combatido, atribuindo -se, para tanto, preliminarmente, efeito suspensivo ao presente recurso, alegando como o “*periculum in mora*” possível prejuízo de difícil reparação, bem como a intimação das Agravadas, via postal, para que respondam, no prazo legal.

É o relatório sucinto, mas bastante. Passo a decidir.

Para o deferimento da liminar em sede de agravo de instrumento, indispensável à luz dos artigos 527, II e 558 do CPCivil, concorram cumulativamente dois requisitos: o *fumus boni iuris*, ou seja a fundamentação jurídica relevante, plausível, e o *periculum in mora*, ou seja o risco de ocorrência de lesão grave de difícil reparação.

Este último requisito, à evidência, não se encontra presente, como bem definiu o douto juiz *a quo*, ao indeferir similar pedido de busca e apreensão, diante mesmo da “inalienabilidade” do bem que pretende a agravante apreender.

Não basta mero receio para a medida, pleiteada, o temor seja fundado, imposta dizer que concreto, baseado em fatos, que, aqui, sequer foram alegados.

Diante do exposto, indefiro a liminar.

Intimem-se, inclusive os agravados, na forma, pelo prazo e para os fins do artigo 527,V, do C.P.Civil.

Boa Vista, 26 de setembro de 2003.

Des. Robério Nunes - Relator

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

Apelação Criminal N.º 0010.03.001557-1 – Boa Vista/RR

Apelante: Luiz Gonzaga Batista Júnior

Advogado: Luiz Gonzaga Batista Rodrigues

Apelado: Ministério Público do Estado de Roraima

Relatora: Exma. Sra. Desa. Tânia Vasconcelos (Juíza Convocada)

DESPACHO

1. Intime-se o apelante para que, no prazo legal, apresente as razões recursais.
2. Após, encaminhem-se os autos ao ilustre representante do Ministério Público de 1º Grau para que apresente as contra-razões.
3. Publique -se e intimem-se.

Boa Vista (RR), 26 de setembro de 2003.

Desª. Tânia Maria Vasconcelos de Souza Cruz
- Relatora -

SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA, BOA VISTA, 26 DE SETEMBRO DE 2003.

BEL.ª SUANAM NAKAI DE C. NUNES
Secretária da Câmara Única

PRESIDÊNCIA

PORTARIAS DE 26 DE SETEMBRO DE 2003

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

N.º 702 – Conceder ao Dr. **ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA**, Juiz de Direito, Titular do 2.º Juizado Especial, 30 (trinta) dias de férias, referentes a 2001, no período de 01 a 30.10.2003.

N.º 703 – Designar o Juiz Substituto, Dr. **DÉLCIO DIAS FEU**, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela 5.ª Vara Cível, no período de 25.09 a 05.10.2003, em razão de afastamento do Titular.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Des. RICARDO OLIVEIRA
Presidente

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 1472/03

Origem: Diretoria Geral

Assunto: Procedimento para contratar o serviço de reprografia para o Poder Judiciário.

DECISÃO

Homologo o certame.

Adjudico o objeto a empresa vencedora.

Publique-se.

Boa Vista, 25 de setembro de 2003.

Des. RICARDO OLIVEIRA
Presidente

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 1719/03.

Origem: Maria Olívia Vieira Ramires - Assistente Judiciário.

Assunto: Solicita 15 dias para entrar em exercício.

DECISÃO

Adotando, como razão de decidir, a manifestação da Diretoria-Geral (fl.07), defiro o pedido.

Publique-se.

Boa Vista, 26 de setembro de 2003.

Des. RICARDO OLIVEIRA
Presidente

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 1721/03.

Origem: Iara Régia Franco Carvalho - Assistente Judiciário.

Assunto: Solicita 15 dias para entrar em exercício.

DECISÃO

Adotando, como razão de decidir, a manifestação da Diretoria-Geral (fl.07), defiro o pedido.

Publique-se.

Boa Vista, 26 de setembro de 2003.

Des. RICARDO OLIVEIRA
Presidente

GABINETE DAPRESIDÊNCIA, BOA VISTA-RR, 26 DE SETEMBRO DE 2003.

CLARETE APARECIDA CASTRALI

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATOS DE DISPENSABILIDADE	
Nº DO P.A.:	294/2003
ASSUNTO:	Serviço de colocação de grades nas caixas dos condicionadores de ar da Comarca de Mucajaí
FUND. LEGAL:	art. 24, II, da Lei n.º 8.666/93
CONTRATADA:	Metalúrgica São Jorge Ltda. - ME
VALOR:	R\$1.360,00
Nº DO P.A.:	1648/2003
ASSUNTO:	Construção de conjunto de fossa e sumidouro na Comarca de Mucajaí
FUND. LEGAL:	art. 24, II, da Lei n.º 8.666/93
CONTRATADA:	Practica Construções e Serviços Ltda.
VALOR:	R\$3.879,39
EXTRATOS DE REGISTROS CADASTRAIS	
Nº DO P.A.:	519/2003
INTERESSADO:	Vidraçaria União Ltda.
ASSUNTO:	Solicita análise de documentos para emissão de CRC
DECISÃO:	Com fulcro no art. 2º, IV, da Portaria GP 590/03, autorizo a inscrição da empresa Vidraçaria União Ltda. no registro cadastral desta Corte.
DATA:	Boa Vista, 25 de setembro de 2003.
Nº DO P.A.:	1549/2003
INTERESSADO:	Arte Flor Decorações Ltda. - ME
ASSUNTO:	Solicita análise de documentos para emissão de CRC
DECISÃO:	Com fulcro no art. 2º, IV, da Portaria GP 590/03, autorizo a inscrição da empresa Arte Flor Decorações Ltda. - ME no registro cadastral desta Corte.
DATA:	Boa Vista, 25 de setembro de 2003.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA N.º 025, DE 26 DE SETEMBRO DE 2003

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, em exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n.º 590, de 08 de agosto de 2003,

RESOLVE:

Conceder à servidora **ELIANA DA SILVA CARVALHO**, Digitadora, licença para tratamento de saúde, no período de 12 a 26.09.2003.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Bel.ª VÂNIA LUZIA DO CARMO BARAÚNA
Diretora, em exercício

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

Procedimento Administrativo n.º **1722/03**

Origem: **Anderson Luiz da Silva Mendonça**
Assunto: **Solicita alteração do período de férias**

DECISÃO:

Acolho a manifestação da Divisão de Desenvolvimento e Controle de Recursos Humanos (fls. 08).
Via de consequência, defiro o pleito, ficando as férias para serem usufruídas no período de 06.10 a 04.11.2003.
Publique-se.

Boa Vista (RR), 26 de setembro de 2003.

Vânia Luzia do Carmo Baraúna
Diretora, em exercício

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE EDITAL

MODALIDADE: CONVITE Nº 09/2003

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PUBLICAÇÕES DIVERSAS.

ABERTURA: 15.10.2003 ÀS 9:30 HORAS.

LOCAL: SALA DA C.P.L., NA SEDE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, SITO A PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, S/N - BOA VISTA – RR.

Os interessados poderão obter cópia do Edital e informações na Comissão Permanente de Licitação do TJ/RR, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone 624 1512, 621 2649 ou 624-2600, ramal 2649, no horário das 8:00h às 14:00h .

Boa Vista (RR), 26 de setembro de 2003.

Mário Jonas da Silva Matos
Presidente da C.P.L.

COMARCA DE BOA VISTA

COMARCA DE BOA VISTA
JUSTIÇA COMUM

ÍNDICE POR ADVOGADOS

001312AM =>00180, 00219
002722AM =>00216
003996AM =>00182, 00183, 00192
003468CE =>00158
011317CE =>00250
014910GO =>00236
005717PA =>00222
010884PA =>00208
110417RJ =>00041
001302RO =>00197
000005RR-B =>00200, 00215
000008RR =>00096
000010RR-A =>00194
000021RR =>00067, 00155, 00194, 00228
000025RR-A =>00159, 00170, 00207
000030RR =>00019
000034RR-B =>00196
000039RR-A =>00186
000041RR =>00238
000042RR =>00146
000047RR-B =>00158, 00174, 00178
000051RR-B =>00153
000054RR-B =>00230
000058RR-B =>00043, 00055
000060RR =>00148, 00167
000061RR-A =>00206
000070RR-B =>00077, 00247
000072RR-B =>00093
000073RR-B =>00122, 00123

000074RR-B =>00103, 00111, 00154, 00187
000075RR-B =>00148
000077RR-A =>00243
000078RR-A =>00179, 00218, 00227
000078RR =>00083, 00177
000079RR-A =>00154
000087RR-B =>00090, 00230
000094RR-B =>00163, 00202
000098RR-B =>00087
000100RR-B =>00112, 00171
000101RR-B =>00018, 00151, 00152, 00161, 00168, 00190, 00191, 00193, 00195
000103RR-B =>00082
000105RR-B =>00214
000106RR-A =>00074, 00248
000107RR-A =>00015
000110RR-B =>00046
000111RR-B =>00103, 00110, 00118, 00119, 00187
000114RR-A =>00160, 00200
000118RR-A =>00204
000118RR =>00099, 00249
000119RR-A =>00097
000123RR-B =>00229
000124RR-B =>00067, 00155
000125RR =>00144, 00189
000128RR-B =>00188
000130RR =>00163, 00172, 00173, 00202, 00214, 00223
000133RR =>00072, 00105
000135RR-B =>00148
000136RR =>00136, 00138
000137RR-B =>00141
000139RR-B =>00030, 00048, 00058, 00060, 00070, 00107, 00125, 00128, 00131, 00134, 00140
000140RR =>00241
000141RR-A =>00051
000141RR-B =>00101, 00117
000142RR-B =>00145
000144RR-A =>00067
000144RR-B =>00171, 00180, 00217, 00220, 00221
000145RR =>00100, 00109
000146RR-A =>00149, 00192
000147RR-A =>00171
000149RR =>00041, 00047, 00151, 00197, 00226
000153RR =>00017, 00020, 00174, 00242
000155RR =>00149, 00150, 00192
000156RR =>00147
000157RR-B =>00245
000157RR =>00176
000160RR-B =>00026, 00029, 00042, 00061, 00063, 00064, 00065, 00084, 00113, 00124, 00130, 00137
000162RR-B =>00044, 00092, 00115, 00143
000164RR =>00056
000168RR-B =>00196
000169RR =>00150
000172RR =>00088, 00149
000174RR-A =>00171
000175RR-B =>00169, 00197
000176RR =>00191
000177RR =>00108
000178RR-B =>00032, 00035
000178RR =>00091, 00156, 00189, 00201
000179RR-B =>00021
000179RR =>00150
000180RR-A =>00104, 00112, 00239
000181RR-A =>00231
000182RR-B =>00034, 00164
000185RR-A =>00251
000187RR =>00141
000189RR =>00052, 00127, 00228, 00236
000191RR-A =>00167
000192RR-A =>00047, 00114
000192RR =>00100
000197RR-A =>00132, 00171, 00179, 00244
000198RR =>00098

000201RR-A =>00193
000203RR =>00156, 00178, 00189, 00201, 00232, 00233
000206RR =>00133
000208RR-A =>00197
000208RR =>00177
000209RR-A =>00054, 00106, 00234, 00235
000209RR =>00052, 00129, 00155, 00184, 00187, 00188, 00226, 00228
000212RR =>00047, 00185, 00188, 00224
000215RR =>00178, 00189, 00201
000221RR-A =>00148, 00175
000221RR =>00071, 00075, 00080, 00135
000222RR-A =>00150, 00184
000222RR =>00033, 00078, 00083, 00198
000223RR =>00174, 00177
000226RR =>00052, 00155, 00184, 00188
000231RR =>00121, 00227
000233RR =>00200
000236RR =>00135
000238RR =>00068
000239RR-A =>00203, 00209
000239RR =>00014, 00103, 00172, 00173
000245RR-A =>00156
000248RR =>00076, 00101, 00116, 00117
000250RR-A =>00137
000254RR-A =>00244
000257RR =>00039, 00085, 00092, 00126
000258RR-A =>00166
000258RR =>00205
000260RR =>00045, 00073, 00120
000262RR =>00153, 00224
000264RR =>00153, 00160, 00200, 00210, 00215
000269RR =>00160, 00188, 00200, 00211, 00212, 00213
000278RR =>00120, 00199
000279RR =>00031, 00038, 00049, 00050, 00057
000282RR =>00004, 00103, 00110, 00118, 00119, 00225
000284RR =>00030, 00128
000285RR =>00028, 00066, 00156
000293RR =>00203
000298RR =>00204
000299RR =>00003, 00155, 00195
000300RR =>00081
000309RR =>00004
000311RR =>00152
000315RR =>00176, 00196
000320RR =>00254
000335RR =>00157
000337RR =>00059, 00227
000338RR =>00199
000343RR =>00052
000344RR =>00197
084206SP =>00162
101967SP =>00181
000220TO =>00062, 00089, 00094, 00102

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

1A VARA CÍVEL

Juiz(iza): Elvo Pigari Júnior

ALIMENTOS - PEDIDO

00026 - 001003070835-7

Requerente: A.P.S.; Requerido: A.G.C.S. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 2.160,00. Adv - Christianne Conzales Leite.

AUTORIZAÇÃO JUDICIAL

00027 - 001003070854-8

Requerente: R.O.S. e outros => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

EXONER.PENSÃO ALIMENTÍCIA

00028 - 001003070809-2

Autor: T.P.L.F.; Réu: M.A.S.L. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 5.214,48. Adv - Emerson Luis Delgado Gomes.

INVESTIGAÇÃO PATERNIDADE

00029 - 001003070836-5

Requerente: S.J.S.A.; Requerido: O.S.M. e outros => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 240,00. Adv - Christianne Conzales Leite.

Juiz(íza): Luiz Fernando Castanheira Mallet

ALIMENTOS - PEDIDO

00030 - 001003070816-7

Requerente: L.S.S. e outros; Requerido: V.C.S. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 11.520,00. Adv - Alessandra Andréia Miglioranza, Liliana Regina Alves.

DECLARATÓRIA

00031 - 001003070815-9

Autor: A.M.T.P.; Réu: M.P.L. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 378,00. Adv - Neuza Silva Oliveira.

DIVÓRCIO LITIGIOSO

00032 - 001003070812-6

Requerente: J.M.L.; Requerido: V.L.L. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 240,00. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

REVISIONAL DE ALIMENTOS

00033 - 001003070820-9

Requerente: I.B.M.S.; Requerido: I.M.S. => Distribuição por Dependência em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 4.320,00. Adv - Oleno Inácio de Matos.

SEPARAÇÃO LITIGIOSA

00034 - 001003070849-8

Requerente: H.A.T.; Requerido: S.A.T. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 115.000,00. Adv - Geralda Cardoso de Assunção.

2A VARA CÍVEL

Juiz(íza): Rommel Moreira Conrado

INDENIZAÇÃO

00015 - 001003070826-6

Autor: Assojerr Assoc dos Oficiais de Justiça do Estado de Roraima; Réu: O Estado de Roraima => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 563.986,50. Adv - Antonieta Magalhães Aguiar.

3A VARA CÍVEL

Juiz(íza): Jefferson Fernandes da Silva

PRECATÓRIA CÍVEL

00005 - 001003070795-3

Requerente: Thalyta Oliveira Costa; Requerido: Janilson de Oliveira Costa => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00006 - 001003070797-9

Requerente: Elizabeth Santos Pereira e outros; Requerido: Dirceu Pereira => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 2.489,54. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00007 - 001003070800-1

Requerente: Paulo Tarso Dalesio de Souza; Requerido: Banco do Estado de Roraima S/A => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00008 - 001003070802-7

Requerente: Francisco Maia da Silva; Requerido: O Estado de Roraima => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 151,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00009 - 001003070810-0

Requerente: Dalvina Rodrigues do Nascimento; Requerido: Francisco Alves Farias => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00010 - 001003070827-4

Requerente: Emily Sinara da Costa Nascimento; Requerido: Jean Marcel Souza do Nascimento => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 510,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00011 - 001003070829-0

Requerente: Mario Ferreira da Costa Junior e outros; Requerido: Mario Ferreira Costa => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00012 - 001003070830-8

Requerente: Felipe da Silva Feijó e outros; Requerido: Francisco Antonio da Rocha Feijó => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00013 - 001003070831-6

Requerente: O Município do Rio de Janeiro; Requerido: Espólio de Francisco Antonio Fernandes => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

SUMÁRIO

00014 - 001003070841-5

Autor: Luzia Fernandes; Réu: Helder Mourão dos Santos => Distribuição por Dependência em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 12.253,74. Adv - Altamir da Silva Soares .

4A VARA CÍVEL

Juiz(íza): Cristovão José Suter Correia da Silva

BUSCA E APREENSÃO

00001 - 001003070805-0

Requerente: Rosielson Gonçalves Dantas; Requerido: Jose Vital dos Santos e outros => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 12.000,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

5A VARA CÍVEL

Juiz(íza): Mozarildo Monteiro Cavalcanti

CAUTELAR INOMINADA

00002 - 001003070839-9

Requerente: Escritorio Central de Arrecadação Distribuição-ecad; Requerido: Bloco Vem Comigo e outros => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 30.000,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

MONITÓRIA

00003 - 001003070840-7

Autor: Maria Bernadete Barbosa Lima; Réu: Francisca Costa Melo => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 4.744,49. Adv - Marco Antônio da Silva Pinheiro.

SUMÁRIO

00004 - 001003068257-8

Autor: Flaviano Pereira de Oliveira; Réu: Bebidas Monte Roraima Ltda => Nova Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 80.000,00. Adv - Valter Mariano de Moura, José Edival Vale Braga.

7A VARA CÍVEL

Juiz(íza): Arnon José Coelho Junior

ALIMENTOS - PEDIDO

00035 - 001003070811-8

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2735 Boa Vista-RR, 27 de setembro de 2003.

Requerente: M.M.R.S. e outros; Requerido: C.S.S. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 5.760,00. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

AUTORIZAÇÃO JUDICIAL

00036 - 001003070853-0

Requerente: G.A.M.S.P. e outros => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CURATELA/INTERDIÇÃO

00037 - 001003070834-0

Requerente: J.F.L.; Interditado: M.A.S. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 240,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

Juiz(iza): Paulo César Dias Menezes

ALIMENTOS - PEDIDO

00038 - 001003070817-5

Requerente: L.R.G.S.; Requerido: R.A.S.S. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 2.880,00. Adv - Neuza Silva Oliveira.

EXECUÇÃO

00039 - 001003070821-7

Exeqüente: M.I.S.L.; Executado: I.M.L. => Distribuição por Dependência em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 480,00. Adv - Terezinha Muniz de Souza Cruz.

NOTIFICAÇÃO/INTERPELAÇÃO

00040 - 001003070851-4

Requerente: B.C.S.; Requerido: M.R.C.S. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

1A VARA CRIMINAL

Juiz(iza): Leonardo Pache de Faria Cupello

CRIME C/ PESSOA - JÚRI

00023 - 001003070807-6

Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

PRISÃO EM FLAGRANTE

00024 - 001003070861-3

Autuado: Jander Medeiros dos Santos => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

3A VARA CRIMINAL

Juiz(iza): Euclydes Calil Filho

PRECATÓRIA CRIME

00025 - 001003070844-9

Réu: Ricardo Miguel da Silva => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

4A VARA CRIMINAL

Juiz(iza): Jésus Rodrigues do Nascimento

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00016 - 001003070832-4

Indiciado: C.S. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

RELAXAMENTO DE PRISÃO

00017 - 001003070848-0

Requerente: Jocivaldo Almeida Pontes => Distribuição por Dependência em 25/09/2003. Adv - Nilter da Silva Pinho.

RESTITUIÇÃO COISA APREEND

00018 - 001003066501-1

Autor: Ivânia do Carmo Silva => Transferência Realizada em 25/09/2003. Adv - Sivrino Pauli.

SOLICITAÇÃO - CRIMINAL

00019 - 001003064001-4

Autor: José Vieira da Silva => Transferência Realizada em 25/09/2003. Adv - João Pujucan P. Souto Maior.

5A VARA CRIMINAL

Juiz(iza): Antônio Augusto Martins Neto

RELAXAMENTO DE PRISÃO

00020 - 001003070846-4

Requerente: Jocivaldo Almeida Pontes => Distribuição por Dependência em 25/09/2003. Adv - Nilton da Silva Pinho.

RESTITUIÇÃO COISA APREEND

00021 - 001003070822-5

Autor: Oseias Ferreira Sobrinho => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Elidoro Mendes da Silva.

SOLICITAÇÃO - CRIMINAL

00022 - 001003070825-8

Autor: Delegacia Geral de Polícia Civil => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Juiz(iza): Graciete Sotto Mayor Ribeiro

RELATÓRIO ATO INFRACIONAL

00253 - 001003062256-6

Educando: V.P.G. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

Juiz(iza): Parima Dias Veras

EXECUÇÃO DE MEDIDA

00254 - 001003062255-8

S.educando: A.A.R. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Audiência Fixação de Critérios: Dia 08/10/2003, às 10:40 Horas. Adv - Francisco Francelino de Souza.

PRECATÓRIA INFRACIONAL

00255 - 001003062253-3

Infrator: J.P.G. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Audiência Oitiva Menor: Dia 07/10/2003, às 10:40 Horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

1A VARA CÍVEL

Expediente de 25/09/2003

JUIZ(A) TITULAR:

Luiz Fernando Castanheira Mallet

PROMOTOR(A) :

Alexandre Moreira Tavares dos Santos

Isaias Montanari Júnior

Valdir Aparecido de Oliveira

ESCRIVÃO(Ã) :

Liduína Ricarte Beserra Amâncio

ALIMENTOS - OFERTA

00041 - 001002046791-5

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2735 Boa Vista-RR, 27 de setembro de 2003.

Requerente: R.P.C.; Requerido: A.M.O.C. => Vista ao autor. ATO ORDINATÓRIO. Port. 002/00: Vista ao requerente de fls. 35. Boa Vista/RR, 17/09/03. Cartório da 1A Vara Cível. **AVERBADO** Adv - Marcos Antônio C de Souza, Ubirajara dos Campos de Oliveira e Carvalho Leite.

ALIMENTOS - PEDIDO

00042 - 001001002394-2

Requerente: A.G.M.; Requerido: A.G.M.S. => Aguarde-se realização da audiência prevista para 09/03/2004. às 10:20 horas. Adv - Christianne Conzaes Leite.

00043 - 001002021158-6

Requerente: I.L.C.; Requerido: G.C. => Intimação ordenado(a). DESPACHO: Decreto a revelia do réu nos termos do art. 7º da lei 5478/68. Designo audiência de conciliação e julgamento para o dia 04/03/04 às 08:40 horas. A parte compareça acompanhada de suas testemunhas. Intimações necessárias. Boa Vista/RR, 19/09/03. Dr. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Aurideth Salustiano do Nascimento.

00044 - 001002028533-3

Requerente: I.S.D. e outros; Requerido: H.O.D. => Aguarde-se realização da audiência prevista para 01/03/2004. às 10:40 horas. Adv - Maria Luiza da Silva Coelho.

00045 - 001002028890-7

Requerente: P.H.L.C. e outros; Requerido: E.D.C. => Aguarda providência oficial union securi. DESPACHO: 01 - Defiro fls. 109vº. 02 - Cumpra-se o despacho de fls. 107. Boa Vista/RR, 17/09/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Aline Dionisio Castelo Branco.

00046 - 001002033084-0

Requerente: G.C.M.N. => Vista ao autor. ATO ORDINATÓRIO. Port. 002/00: Vista ao requerente de fls. 30. Boa Vista/RR, 17/09/03. Cartório da 1A Vara Cível. **AVERBADO** Adv - Milton César Pereira Batista.

00047 - 001002033476-8

Requerente: K.A.M.; Requerido: C.R.M.S. => Aguarda providência oficial a pm. DESPACHO: Defiro fls. 70/71. Boa Vista/RR, / /03. Dr. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Marcos Antônio C de Souza, Stélio Dener de Souza Cruz, Scyla Maria de Paiva Oliveira.

00048 - 001003068736-1

Requerente: L.S.C. e outros; Requerido: V.A.C. => REPUBLICAÇÃO PARA CORREÇÃO da DECISÃO publicada no DPJ nº 2733 do dia 25 de setembro de 2003 às fls. 08, quanto ao valor dos alimentos arbitrados. DECISÃO: 01 - Segredo de Justiça. 02 - Justiça Gratuita. 03 - Considerando o binômio necessidade/possibilidade; Considerando que aos pais incumbe o dever de contribuir para o sustento dos filhos; Fixo alimentos provisórios em 01 (um) salário mínimo e 1/2 (meio), mensal, devendo ser pago mediante depósito bancário até o dia 10 do mês subsequente ao vencido, em nome da representante do menor. 04 - Designo o dia 23/03/04, às 10:50 horas, para audiência de conciliação, instrução e julgamento. 05 - Cite-se. 06 - Intimações necessárias. 07 - Oficie-se para abertura de conta e desconto. Boa Vista/RR, 10/09/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Alessandra Andréia Miglioranza.

00049 - 001003068766-8

Requerente: M.M.S.; Requerido: C.H.S.S. => 01 - Segredo de Justiça. 02 - Justiça Gratuita. 03 - Considerando o binômio necessidade/possibilidade; Considerando que aos pais incumbe o dever de contribuir para o sustento dos filhos; Fixo alimentos provisórios em 25% (vinte e cinco por cento) dos rendimentos brutos do acionado, deduzidos apenas os descontos legais obrigatórios, mensal, devendo ser descontado na fonte pagadora e pagos mediante depósito bancário até o dia 05 do mês subsequente ao vencido, em nome da representante do menor. 04 - Designo o dia 17/03/04, às 10:50 horas, para audiência de conciliação, instrução e julgamento. 05 - Cite-se. 06 - Intimações necessárias. 07 - Oficie-se para desconto. Boa Vista/RR, 10/09/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Neuza Silva Oliveira.

00050 - 001003069730-3

Requerente: N.A.F.; Requerido: B.F.F.J. => DECISÃO: Alimentos provisionais arbitrados. DESPACHO: Segredo de justiça. Justiça gratuita. Fixo alimentos provisórios em 15% da remuneração bruta do requerido, menos os descontos legais obrigatórios. Cite-se. Boa Vista/RR, 17/09/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Neuza Silva Oliveira.

00051 - 001003070751-6

Requerente: S.M.I.; Requerido: V.I. => Vista ao(s) oab/tr 141-a prazo de dia(s). ATO ORDINATÓRIO. Port. 002/00: Vista ao requerente de fls. 22. Boa Vista/RR, 25/09/03. Cartório da 1A Vara Cível. Adv - Maria Iracélia L. Sampaio.

ALVARÁ JUDICIAL

00052 - 001003066974-0

Requerente: Danniel Pereira de Souza e outros => Vista ao(s) ao mp prazo de da(s). DESPACHO: Diga o MP. Boa Vista/RR, 08/09/03. Dr. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Lenon Geyson Rodrigues Lira, Cleise Lúcio dos Santos, Samuel Weber Braz, Alexander Ladislau Menezes .

CURATELA/INTERDIÇÃO

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2735 Boa Vista-RR, 27 de setembro de 2003.

00053 - 001003057936-0

Requerente: O.M.P.E.R.; Interditado: S.A. => DECISÃO: Perícia designada para o dia 30/10/2003 às 09:00 horas. DESIGNAÇÃO DE PERÍCIA: Designo o dia 30/09/03 às 09:00 horas, para realização de perícia. Boa Vista/RR, 23/09/03. Cartório da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00054 - 001003060648-6

Requerente: R.S.M.; Interditado: V.N.S. => Aguarda providência real. de perícia. DESIGNAÇÃO DE PERÍCIA: Designo o dia 16/10/03 às 09:00 horas, para perícia. Boa Vista/RR, 09/09/03. Cartório da 1A Vara Cível. Adv - Margarida Beatriz Oruê Arza.

DIVÓRCIO LITIGIOSO

00055 - 001002021410-1

Requerente: C.A.S.S.; Requerido: E.B.C. => Citação ordenado(a). DESPACHO: Como requer a DPE/RR. Boa Vista/RR, 17/09/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Aurideth Salustiano do Nascimento.

00056 - 001002024395-1

Requerente: N.M.C.; Requerido: M.L.P.A. => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) depositar rol testem. DESPACHO: Processo em ordem. Defiro as provas requeridas. As partes depositem o rol de testemunhas no prazo de lei. Boa Vista/RR, 17/09/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Mário Junior Tavares da Silva.

00057 - 001002056380-4

Requerente: C.R.S.; Requerido: A.M.S. => Aguarda providência término do prazo. DESPACHO: De acordo com o art. 241, inciso IV, do CPC, o prazo para contestar inicia-se a partir da juntada aos autos da carta precatória cumprida. A certidão de juntada de f. 24vº dá conta de que a precatória foi juntada em 05/09 e, portanto, ainda há prazo para contestação (o prazo vencerá dia 22/09). Assim, determino seja aguardado o prazo contestacional. Após, conclusos. Boa Vista/RR, 18/09/03. Dr. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Neuza Silva Oliveira.

00058 - 001003062825-8

Requerente: A.R.V.; Requerido: I.R.V. => Aguarda providência designar audiência. DESPACHO: Designe data para audiência de conciliação, instrução e julgamento. As partes devem comparecer acompanhadas de, no mínimo, 02 (duas) testemunhas, se for o caso, independente de intimação. Boa Vista/RR, 18/09/03. Dr. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Alessandra Andréia Miglioranza.

00059 - 001003068190-1

Requerente: E.C.R.L.; Requerido: V.I.G.L. => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) autora. ATO ORDINATÓRIO. Port. 002/00: Ao douto causídico, para manifestar-se quanto a certidão de fls. 15vº. Boa Vista/RR, 25/09/03. Cartório da 1A Vara Cível. Adv - Rogenilton Ferreira Gomes.

00060 - 001003069073-8

Requerente: D.A.F.; Requerido: J.X.F. => Citação ordenado(a). DESPACHO: Segredo de Justiça. Justiça Gratuita. Designo o dia 03/02/04 às 10:00 horas, para audiência de conciliação. Cite-se por carta precatória. Intimações necessárias. Boa Vista/RR, 10/09/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Alessandra Andréia Miglioranza.

00061 - 001003069802-0

Requerente: O.G.M.; Requerido: C.M.M. => Citação ordenado(a). DESPACHO: Segredo de justiça. Defiro o pedido de justiça gratuita. Cite-se por carta precatória. Intimem-se. Boa Vista/RR, 22/09/03. Dr. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Christianne Conzaes Leite.

EXECUÇÃO

00062 - 001003063540-2

Exeqüente: P.H.L.C. e outros; Executado: E.D.C. => SENTENÇA: Prestação de contas homologada. Vistos etc. Os exeqüentes requerem a extinção do feito às fls. 26/27, tendo em vista o adimplemento do débito. Dessa forma, extingo o processo na forma do art. 794, inciso I, do CPC. Custas e honorários pelo executado. P.R.I.A. Boa Vista/RR, 30/07/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

00063 - 001003067684-4

Exeqüente: S.R.C.V.; Executado: I.F.V. => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) exeqüente. DESPACHO: Manifeste-se a parte exeqüente acerca da justificativa. Boa Vista/RR, 12/09/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Christianne Conzaes Leite.

00064 - 001003069745-1

Exeqüente: M.T.D.; Executado: G.V.D. => Aguarda providência apensar ao 33214-3. DESPACHO: Segredo de justiça. Justiça gratuita. Apensar ao processo de fls. 03. Boa Vista/RR, 17/09/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Christianne Conzaes Leite.

00065 - 001003069755-0

Exeqüente: J.E.F.C. e outros; Executado: R.R.C. => Aguarda providência apensar ao 005887-0. DESPACHO: Segredo de justiça. Justiça gratuita. Apensar ao processo de fls. 03. Após, conclusos. Boa Vista/RR, 17/09/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Christianne Conzaes Leite.

EXONER.PENSÃO ALIMENTÍCIA

00066 - 001003068914-4

Autor: I.P.S.; Réu: J.E.P.S. e outros => Citação ordenado(a). DESPACHO: Segredo de Justiça. Designo o dia 16/12/03 às 10:20 horas, para audiência de conciliação. Citem-se. Intimações necessárias. Apense aos autos que constem as respectivas partes. Boa Vista/RR, 08/09/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Emerson Luis Delgado Gomes.

GUARDA DE MENOR

00067 - 001002024081-7

Requerente: M.A.S.S.; Requerido: V.F.M. => Processo Suspenso pelo Prazo de dias. Prazo de 060 dia(s). DESPACHO: Defiro a suspensão requerida. Após, diga a autora. Boa Vista/RR, 17/09/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Pedro Xavier Coelho Sobrinho, Antônio Cláudio de Almeida, Antônio Agamenon de Almeida.

00068 - 001002044952-5

Requerente: C.G.; Requerido: L.M. => Aguarda providência oficial p/ resposta. DESPACHO: Oficie-se requerendo resposta. Boa Vista/RR, 25/07/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Maria Gorete Moura de Oliveira.

00069 - 001003062676-5

Requerente: C.V.M.; Requerido: M.F.M. => Intimação ordenado(a). DESPACHO: Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 04/03/04 às 08:50 horas. A parte compareça acompanhada de suas testemunhas. Intimações necessárias. Boa Vista/RR, 19/09/03. Dr. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00070 - 001003069085-2

Requerente: J.O.G.; Requerido: I.P.S. => Citação ordenado(a). DESPACHO: Segredo de Justiça. Justiça Gratuita. Designo o dia 05/02/04 às 10:10 horas, para audiência de conciliação. Cite-se. Intimações necessárias. Boa Vista/RR, 10/09/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Alessandra Andréia Miglioranza.

INVESTIGAÇÃO PATERNIDADE

00071 - 001001005902-9

Requerente: G.M.B.P.; Requerido: V.A.S. => Arquivamento ordenado(a). DESPACHO: Arquite-se. Boa Vista/RR, 18/09/03. Dr. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Inajá de Queiroz Maduro.

INVEST.PATERN / ALIMENTOS

00072 - 001001015225-3

Requerente: L.V.C.; Requerido: J.A.D. => Aguarde-se realização da audiência prevista para 02/03/2004. às 08:10. Adv - Sheila Alves Ferreira.

00073 - 001002028829-5

Requerente: A.S.; Requerido: W.G.T. => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) até data da audiênci. DESPACHO: Defiro fls. 76. Proceda -se como requerido. Boa Vista/RR, 18/09/03. Dr. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Aline Dionisio Castelo Branco.

00074 - 001002033453-7

Requerente: R.P.S.F.; Requerido: G.L.P. => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) autora. DESPACHO: Diga o requerente. Boa Vista/RR, 17/09/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Dário Quaresma de Araújo.

00075 - 001002055130-4

Requerente: R.S.M.M.; Requerido: E.E.S. => Intimação ordenado(a). DESPACHO: 01 - Processo em ordem. Defiro as provas requeridas, exceto o exame de DNA, haja vista a oposição de fls. 45. 02 - Designo o dia 09/03/04 às 10:50 horas, para audiência de conciliação, instrução e julgamento. 03 - Intimações necessárias. Boa Vista/RR, 27/08/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Inajá de Queiroz Maduro.

00076 - 001003063926-3

Requerente: E.S.M.; Requerido: H.A.C. => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) autora. DESPACHO: Processo em ordem. Defiro as provas requeridas. A parte autora ofereça o rol de testemunhas no prazo de lei. Designar audiência de conciliação, instrução e julgamento. Boa Vista/RR, 17/09/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Thaumaturgo Cezar Moreira do Nascimento.

00077 - 001003068118-2

Requerente: T.K.D.R.; Requerido: E.C.M. => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) autora. ATO ORDINATÓRIO. Port. 002/00: Ao douto causídico, para manifestar-se quanto a certidão de fls. 16vº. Boa Vista/RR, 23/09/03. Cartório da 1A Vara Cível. Adv - Augusto Dantas Leitão.

00078 - 001003069086-0

Requerente: L.G.P.S.; Requerido: K.H.S. => Citação ordenado(a). DESPACHO: Segredo de Justiça. Justiça Gratuita. Designo o dia 18/12/03 às 10:20 horas, para audiência de conciliação. Cite-se. Intimações necessárias. Boa Vista/RR, 11/09/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Oleno Inácio de Matos.

NOTIFICAÇÃO/INTERPELAÇÃO

00079 - 001003069697-4

Requerente: J.S.V. => Aguarde-se realização da audiência prevista para 08/03/2004. DESPACHO: Nos termos do art. 2º e seus parágrafos, da lei 8560/92, designo audiência para o dia 08/03/04, às 08:20 horas. Notifique-se o suposto pai. Boa Vista/RR, 18/09/03. Dr. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

RECONHECIM. UNIÃO ESTÁVEL

00080 - 001003059891-5

Autor: I.P.S.; Réu: M.A.C.F. => Vista ao(s) ao mp prazo de dia(s). DESPACHO: Ao MP. Boa Vista/RR, 17/09/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Inajá de Queiroz Maduro.

00081 - 001003064931-2

Autor: A.A.S.; Réu: I.N.S.S. => Curador especial nomeado(a). DESPACHO: Segredo de Justiça. Justiça Gratuita. Designo o dia 18/12/03 às 10:10 horas, para audiência de conciliação. Nomeio a Dra. Alessandra Andrea Miglioranza para atuar como Curadora Especial do menor D.B.S.S. Intime-se a prestar compromisso e apresentar defesa. Citem-se. Intimações necessárias. Boa Vista/RR, 12/09/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Maria do Rosário Alves Coelho.

REVISIONAL DE ALIMENTOS

00082 - 001002023470-3

Requerente: M.H.M.F.; Requerido: I.G.S.M. => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) autor. DESPACHO: Pela derradeira vez, manifeste-se o autor sobre a existência de interesse em prosseguir o processo, sob pena de extinção, em 10 dias. Intimações necessárias. Boa Vista/RR, 17/09/03. Dr. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Rosângela Pereira de Araújo.

00083 - 001003066541-7

Requerente: F.C.N.Q.; Requerido: J.S.Q. e outros => Aguarde-se realização da audiência prevista para 02/03/2004. às 08:00 horas. Adv - Oleno Inácio de Matos, Jorge da Silva Fraxe.

SEPARAÇÃO LITIGIOSA

00084 - 001003069159-5

Requerente: M.L.U.V.; Requerido: I.F.V. => Citação ordenado(a). DESPACHO: Segredo de Justiça. Justiça Gratuita. Designo o dia 11/02/04 às 10:00 horas, para audiência de conciliação. Cite-se. Intimações necessárias. A parte autora indique o valor do bem e junte documento do imóvel. Boa Vista/RR, 11/09/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Christianne Conzaes Leite.

3A VARA CÍVEL

Expediente de 25/09/2003

JUIZ(A) TITULAR:
Jefferson Fernandes da Silva
PROMOTOR(A) :
Zedequias de Oliveira Junior
ESCRIVÃO(Ã) :
Ronaldo Barroso Nogueira

FALÊNCIA

00148 - 001001004714-9

Requerente: Fck Construtora Ltda e outros => DESPACHO: À vista de o credor antes nomeado não ter comparecido para o encargo de síndico nestes autos de falência, nomeio o credor habilitando BANCO DO BRASIL S/A síndico da falência da empresa FCK CONSTRUTORA LTDA, ao qual será devida remuneração a ser arbitrada conforme as forças da empresa falida, e a ser paga quando da liquidação (realização do ativo e pagamento do passivo), após o julgamento das suas contas (art. 67, § 3º, da Lei 7661/45); e determino seja o mesmo intimado para arrecadar, no prazo de 10 (dez), bens, livros e documentos do falido, e recolher ao Banco do Brasil S/A as quantias pertencentes à massa, bem como proceder às demais diligências que lhe são impostas por a Lei de Falência (art. 63, caput e incisos), observando que se não forem encontrados bens para serem arrecadados (ou se os arrecadados forem insuficientes para as despesas do processo) tal fato deverá ser imediatamente comunicado em juízo na forma e para os fins do art. 75, caput, e parágrafos da Lei de Falência. A arrecadação deverá ser feita levantando-se INVENTÁRIO dos bens arrecadados, estimando-lhes o valor respectivo, e lavrando-se AUTO DE ARRECADAÇÃO nos termos e forma do art. 70, caput e parágrafos 1º a 7º, do Decreto Lei 7661/45. Em existindo sócio solidário, deverá o síndico arrecadar, também, na mesma diligência, os bens particulares deste, levantando INVENTÁRIO ESPECIAL (art. 71, Decreto Lei 7661/45, antes referido). Por tratar-se de pessoa jurídica, o síndico nomeado deverá declarar no termo de compromisso o seu representante, o qual não poderá ser substituído sem licença do juiz (art. 60, § 5º, LF). Intime-se o síndico nomeado, o falido e o MP. Cumpra-se. BV, 22.09.03. Jefferson Fernandes da Silva. Juiz de Direito. Adv - Artemilce Nogueira Montezuma, José Luiz Antônio de Camargo, José Arivaldo de Azevedo, Luiz Augusto dos Santos Porto.

4A VARA CÍVEL

Expediente de 25/09/2003

JUIZ(A) TITULAR:
Cristovão José Suter Correia da Silva
ESCRIVÃO(Ã) :
Maria do Perpétuo Socorro N de Queiroz

AÇÃO DE COBRANÇA

00149 - 001001005618-1

Autor: Florinda da Silva Melo e outros; Réu: Capemi Caixa de Pecúlios Pensões e Montepios Beneficente => DESPACHO: I- Intime-se o contador judicial a dizer se tem condições de realizar a perícia (cinco dias). Após concluso. Dê ciência às partes. BV.,03/09/03 - Dr. Délcio Dias Féu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Antônio Oneildo Ferreira, Elceni Diogo da Silva, Geralda Cardoso de Assunção .

CAUTELAR INOMINADA

00150 - 001003062593-2

Requerente: Luiz Laranjeira de Macedo e outros; Requerido: Sindicato dos Trabalhadores Nas Industrias Urbanas do Tfir => DESPACHO: Digam as partes as provas que pretendem produzir, a fim de ser analisada a hipótese do artigo 803 § único do CPC. 23/09/03 - Dr.Délcio Dias Féu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Antônio Evaldo Marques de Oliveira, José Aparecido Correia, José Ribamar Abreu dos Santos, Antônio Oneildo Ferreira.

DECLARATÓRIA

00151 - 001002033178-0

Autor: Rosangela Pedrina Santan Carneiro; Réu: Banco da Amazônia S/A e outros => DESPACHO: I- À autora realiza os depósitos referentes à perícia. II- Designe-se o cartório data para que o expert possa efetuar a colheita de material gráfico padrão, intimando -se a autora pessoalmente para comparecimento. III- Intime-se as partes da data da coleta, para se quiserem, possam comparecer. Dr.Délcio Dias Féu - Juiz de Direito Substituto. INTIMAÇÃO DAS PARTES PARA COMPARECEREM À AUDIÊNCIA DE COLHEITA DE MATERIAL GRÁFICO, DESIGNADA PARA O DIA 16/10/03 ÀS 10:00H. Adv - Marcos Antônio C de Souza, Sívirino Pauli.

DEPÓSITO POR CONVERSÃO

00152 - 001001005007-7

Autor: Consórcio Nacional Honda Ltda; Réu: Agrinaldo Ribeiro Costa => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 15/10/2003 às 09:30 horas. Adv - Sívirino Pauli, Emira Latife Lago Salomão.

EXECUÇÃO

00153 - 001001005236-2

Exeqüente: Banco Itaú S/A; Executado: Sebastiao Leci da Silva e outros => DESPACHO: Defiro fls.99. Expeça-se mandado para descrição dos bens que guanezem a residência do executado, no endereço de fls.86. BV.,23/09/03 - Dr. Délcio Dias Féu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, José Pedro de Araújo, Helaine Maise de Moraes.

00154 - 001002035897-3

Exeqüente: Antônio Lázaro da Silva; Executado: Batalha Construtora e Serviços Ltda => DESPACHO: Intime-se o autor pessoalmente para manifestar-se em 48 horas, pena de extinção do feito. BV.,23/09/03 - Dr. Délcio Dias Féu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Messias Gonçalves Garcia, José Carlos Barbosa Cavalcante.

INDENIZAÇÃO

00155 - 001002024442-1

Autor: A Paulino da Silva; Réu: Rede Amazônica de Televisão S/A Tv Roraima => DESPACHO: I- Cobre-se as custas processuais, nos termos da sentença de fls.96. II - Pagas as custas arquiva-se. BV.,23/09/03 - Dr. Délcio Dias Féu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Pedro Xavier Coelho Sobrinho, Antônio Cláudio de Almeida, Samuel Weber Braz, Alexander Ladislau Menezes , Marco Antônio da Silva Pinheiro.

MONITÓRIA

00156 - 001002051914-5

Autor: Cimex Comércio Importação e Exportação Ltda; Réu: P e A Construtora Ltda => ATOS ORDINATÓRIOS: Ao autor Certidão de fls.43. (Port.02/99). Adv - Bernardino Dias de S. C. Neto, Francisco Alves Noronha, Silvana Borghi Gandur Pigari, Emerson Luis Delgado Gomes.

5A VARA CÍVEL

Expediente de 25/09/2003

JUIZ(A) TITULAR:
Mozarildo Monteiro Cavalcanti
ESCRIVÃO(Ã) :

Maria das Graças Barroso de Souza

AÇÃO DE COBRANÇA

00157 - 001003064476-8

Autor: Companhia de águas e Esgotos de Roraima S/A; Réu: Antonio Lucio Chagas => FINAL DE SENTENÇA: (...) Do exposto, homologo o requerimento de desistência da parte autora e declaro extinto o processo sem julgamento do mérito, com fundamento no artigo 267, VIII, do CPC. As custas finais já foram pagas (fl. 55). Sem honorários. P.R.I. Boa Vista, 16/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Rozane Pereira Ignácio.

ANULATÓRIA

00158 - 001003057249-8

Autor: Manoel Messias Muniz de Lima; Réu: Banco da Amazônia S/A => Audiência REDESIGNADA para o dia 08/10/2003 às 09:00 horas. Adv - Francisca Tânia Carvalho Coutinho, Paulo Sérgio Brígida.

BUSCA/APREENSÃO DEC.911

00159 - 001002032804-2

Autor: Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Brasil S/A; Réu: Flavio Cordeiro de Araujo => DESPACHO: 1. O autor informou o cumprimento do acordo realizado na fl. 30. 2. O processo já foi extinto por sentença. Assim, pagas as custas ou extraída certidão da dívida ativa, arquite-se. Boa Vista, 16/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Álvaro Rizzi de Oliveira.

00160 - 001002042006-2

Autor: Banco General Motors S/A; Réu: Vanidja Guimarães Fagundes => DECISÃO: 1. A parte ré apresentou contestação nas fls. 41/57, porém não arguiu nenhuma das hipóteses mencionadas no art. 3º, §2º do Dec. nº 911/69. 2. Assim, defiro o requerimento de conversão da ação de busca e apreensão em ação depósito, nos termos do art. 4º do Decreto Lei nº 911/69. Anote-se e comunique-se. 3. Cite-se a parte ré para, em cinco dias, entregar a coisa, depositá-la em juízo ou consignar o valor atualizado do débito e, querendo, apresentar contestação, sob pena de revelia. 4. Consigne-se no mandado que foi requerida a prisão civil da ré como depositária infiel (CPC, arts. 902, § 1º, e 904, parágrafo único). 5. Cite-se no endereço indicado na fl. 42. Boa Vista, 16/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Rodolpho César Maia de Moraes, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Francisco das Chagas Batista.

00161 - 001003062978-5

Autor: Banco Honda S/A; Réu: Tereza Paula de Oliveira => FINAL DE SENTENÇA: (...) Por esta razão, declaro extinto o processo sem julgamento de mérito, com fundamento no art. 267, III do CPC. Custas pelo autor. Sem honorários. P.R.I. Boa Vista, 16/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Sívirino Pauli.

00162 - 001003069576-0

Autor: Banco Finasa S/A; Réu: Alice da Silva Vieira => FINAL DE DECISÃO: (...) Assim, remetam-se os autos ao Juízo da 4ª Vara Cível. Alterar no Siscom. Boa Vista, 22/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Maria Lucília Gomes.

CAUTELAR INOMINADA

00163 - 001002042088-0

Requerente: Arosa Agropecuária Roraima Ltda; Requerido: Banco da Amazônia S/A => DESPACHO: Remetam-se os autos à Contadoria para atualização dos honorários advocatícios. Após, manifestem-se as partes sobre os cálculos apresentados. Boa Vista, 16/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Luiz Fernando Menegais, Maria da Glória de Souza Lima.

00164 - 001003065891-7

Requerente: G.C.A.; Requerido: E.R.C. => FINAL DE SENTENÇA: (...) Face ao exposto, declaro extinto o processo sem julgamento do mérito. Condeno a autora ao pagamento das custas processuais. Sem honorários. P.R.I. Boa Vista, 22/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Geralda Cardoso de Assunção.

00165 - 001003070703-7

Requerente: Câmara Municipal de Boa Vista; Requerido: Jpm da Silva => FINAL DE SENTENÇA: (...) Do exposto, homologo o requerimento de desistência do autor e declaro extinto o processo sem julgamento do mérito, com fundamento no art. 267, VIII do CPC. Custas pela autora. Sem honorários. P.R.I. Boa Vista, 23/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

DESPEJO F. PAGTO/COBRANÇA

00166 - 001003061359-9

Requerente: Armando de Jesus; Requerido: Antonio Menezes da Silva Filho e outros => DESPACHO: Ainda não foi efetivada a citação dos réus. Assim, manifeste-se quanto à localização do Sr. Antônio Menezes da Silva. Boa Vista, 22/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Geróida Fabiana Moreira de Alencar.

EMBARGOS DEVEDOR

00167 - 001001006539-8

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2735 Boa Vista-RR, 27 de setembro de 2003.

Embargante: Raimunda da Graça Ribeiro Silva; Embargado: Pedro Custódio de Oliveira => Intimação da parte embargada, para querendo, apresentar memoriais, no prazo de (05)cinco dias. Port.005/GAB/5A Vara Cível. Adv - José Luiz Antônio de Camargo, Luiz Felipe de A. Jaureguy.

00168 - 001002038412-8

Embargante: Jose Jair Praciano; Embargado: Banco da Amazônia S/A => DESPACHO: Pagas as custas ou extraída certidão, archive-se. Boa Vista, 22/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Svirino Pauli.

00169 - 001003065590-5

Embargante: Lirauto Lira Automóveis Ltda; Embargado: Ana Maria Natrodt de Magalhães => FINAL DE DECISÃO: (...) Assim, acolho estes embargos para declarar tempestivos os embargos do devedor. Recebo os embargos em seu regular efeito. Certifique-se nos autos principais. A parte embargada, querendo, ofereça impugnação em 10 dias. Boa Vista, 22/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Márcio Wagner Maurício.

EXECUÇÃO O

00170 - 001001006076-1

Exeqüente: Antônio Ferreira Gomes; Executado: Construtora Guerreiro Ltda => DESPACHO: 1. O pedido de fl. 160 já foi analisado na decisão de fl. 159. 2. Manifeste-se o exeqüente sobre o interesse no prosseguimento do feito. Boa Vista, 12/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Álvaro Rizzi de Oliveira.

00171 - 001001006081-1

Exeqüente: Banco do Estado de Roraima S/A; Executado: Arezas Construções Ltda e outros => DESPACHO: Oficie-se aos bancos mencionados na petição de fl. 116. Solicitando informações quanto à existência de conta em nome dos executados. Boa Vista, 15/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Paulo Marcelo A. Albuquerque, Ronaldo Barroso Nogueira, Antônio Avelino de A. Neto, Ednaldo Gomes Vidal, Anastase Vaptistis Papoortzis.

00172 - 001001006112-4

Exeqüente: Altamir da Silva Soares; Executado: Retífica Mirage Ltda => Intimação da parte exequente para manifestar-se sobre certidão de fls.73v., no prazo de 05(cinco) dias. Port.005/GAB/5A Vara Cível. Adv - Altamir da Silva Soares , Maria da Glória de Souza Lima.

00173 - 001001006113-2

Exeqüente: Evandra Rodrigues Lemos; Executado: Retífica Mirage Ltda => DESIGNAÇÃO DE LEILÃO: 1º LEILÃO 06/11/2003 ÀS 10:30H E 2º LEILÃO 20/11/2003 ÀS 10:30H.PORT. 005/GAB/ 5A VARA CÍVEL. Adv - Altamir da Silva Soares , Maria da Glória de Souza Lima.

00174 - 001001006115-7

Exeqüente: Banco do Brasil S/A; Executado: Comercial Figueiredo Ltda e outros => FINAL DE DECISÃO: (...) Assim, defiro o pedido de imissão na posse, concedendo prazo de 20(vinte) dias para a desocupação do imóvel. Expeça-se mandado de imissão, descrevendo o Sr. Oficial de Justiça a situação do imóvel. Int. a parte executada. Boa Vista, 16/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Paulo Sérgio Brígila, Nilter da Silva Pinho, Jaeder Natal Ribeiro.

00175 - 001001006207-2

Exeqüente: Banco do Brasil S/A; Executado: Jose Carlos Figueiredo Barroso => DESPACHO: 1. Designe-se data para realização da hasta pública. 2. Expeça-se o edital. 3. Intime-se a parte executada. Boa Vista, 15/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Luiz Augusto dos Santos Porto.

00176 - 001001006239-5

Exeqüente: Boa Vista Plaza Hotel S/A; Executado: Atlético Ro raima Clube => FINAL DE DECISÃO: (...) Assim, defiro o pedido de quebra de sigilo fiscal e bancário, devendo as informações se restringirem à parte executada. Oficie-se como requerido. Defiro o pedido de bloqueio dos valores arrecadados pela parte executada nos jogos que participar, conforme estabelece na fl. 137. Oficie-se à Federação Roraimense de Futebol para que efetue o bloqueio dos valores destinados a parte executada, devendo informar este Juízo da efetivação do bloqueio e os seu respectivo valor. Boa Vista, 18/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Catherine Aires Saraiva, Jean Pierre Michetti.

00177 - 001001006315-3

Exeqüente: Waldemar Vieira Gomes; Executado: Terrareta Terraplenagem e Pavimentação Ltda => FINAL DE DECISÃO: (...) Por esta razão, rejeito a exceção de pré-executividade. Defiro o pedido de fl. 68. Determino que o terceiro seja intimado para que proceda ao bloqueio do pagamento do crédito constante do documento de fl. 69, até o limite do débito da presente execução, até decisão posterior. Determino ainda que o terceiro informe a este Juízo em que fase encontra-se a despesa que originou o referido crédito da executada e que assumo o encargo de depositário fiel. Boa Vista, 12/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Jorge da Silva Fraxe, Jaeder Natal Ribeiro, Eliana Palermo Guerra.

00178 - 001001006357-5

Exeqüente: Banco da Amazônia S/A; Executado: Maria Fernandina Peyroteo da Costa e outros => DESPACHO: É possível a notificação por edital. Assim, proceda o procurador da parte executada a notificação da mesma por edital. Boa Vista, 15/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Paulo Sérgio Brígila, José Duarte Simões Moura, Francisco Alves Noronha.

00179 - 001001006420-1

Exeqüente: Banco Bradesco S/A; Executado: Ha Teixeira e outros => Intimação da parte exequente para receber em cartório o edital de praça, no prazo de 05(cinco) dias.Designação de Praça: 1A Praça: 06.11.2003 às 10:00h e 2A Praça 20.11.2003 às 10:00h.Port.005/GAB/5A Vara Cível. Adv - Helder Figueiredo Pereira, Ednaldo Gomes Vidal.

00180 - 001001006904-4

Exeqüente: Banco do Estado de Roraima S/A; Executado: Cabral e Cia Ltda => Intimação da parte exequente para receber em cartório o Edital de Leilão, no prazo de 05(cinco) dias.Designação de Leilão: 1º Leilão 06/11/2003 às 09:15h e 2º Leilão: 20/11/2003 às 09:15h. Port. 005/GAB/5A Vara Cível. Adv - Juzelter Ferro de Souza, Anastase Vaptistis Papoortzis.

00181 - 001003059278-5

Exeqüente: Barsa Planeta Internacional Ltda; Executado: Astrid Barbosa Marques => DESPACHO: 1. A parte exeqüente não aceitou o bem dado em garantia. Assim, não tendo sido respeitada a ordem legal (CPC, art. 655), declaro ineficaz a nomeação. 2. Suspendo o processo pelo prazo requerido. 3. A contagem do prazo deve ser feita a partir do pedido de suspensão. 4. Findo o prazo, int. as partes para manifestarem-se no prazo de cinco dias. Boa Vista, 17/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Rosa Maria Bento Brandão Bicker.

EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS

00182 - 001002051004-5

Exequente: Antonio Oneildo Ferreira; Executado: Thelma Maria Linhares Coelho => Intimação da parte autora para se manifestar nos autos, no prazo de 05(cinco) dias (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) Adv - Samara Cristina Carvalho Monteiro.

00183 - 001002051025-0

Exequente: Antonio Oneildo Ferreira; Executado: Vilson Paulo Mulinari => Intimação da parte autora para se manifestar nos autos, no prazo de 05(cinco) dias (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) Adv - Samara Cristina Carvalho Monteiro.

00184 - 001003062923-1

Exequente: Antônio Evaldo Marques de Oliveira e outros; Executado: Alexander Ladislau Menezes => DESPACHO: Manifeste-se o exeqüente sobre a petição de fl. 43. Boa Vista, 22/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Antônio Evaldo Marques de Oliveira, Samuel Weber Braz, Alexander Ladislau Menezes .

00185 - 001003065577-2

Exequente: Stélio Dener de Souza Cruz; Executado: Telecomunicações de Roraima S/A => DESPACHO: Efetue o exeqüente o pagamento das custas iniciais, sob pena de extinção (art. 257 do CPC). Após a comprovação do pagamento das custas processuais, expeça-se mandado de penhora, devendo ser o Sr. Oficial de Justiça efetuar a penhora até o limite da execução, uma vez que a parte executada não efetuou o depósito judicial referente a guia expedida. Boa Vista, 22/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Stélio Dener de Souza Cruz.

00186 - 001003066615-9

Exequente: Elidoro Mendes da Silva; Executado: Boa Vista Energia S/A => FINAL DE SENTENÇA: (...) Estando devidamente resguardados os interesses das partes, declaro extinto o processo com fundamento no art. 269, III do Código de Processo Civil. Custas finais pela executada. Sem honorários. P.R.I. Boa Vista, 18/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Elidoro Mendes da Silva.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00187 - 001001006074-6

Exeqüente: Shirlene Rodrigues da Silva Fraxe; Executado: Fininvest Administradora de Cartões de Crédito => DESPACHO: 1. Para melhor solução da demanda, remetam-se os autos à contadoria para atualização da dívida nos termos estabelecidos na sentença. 2. Após a apresentação da planilha, int. as partes para manifestarem-se em 5 dias. Boa Vista, 16/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Luciana Olbertz Alves, Samuel Weber Braz, José Carlos Barbosa Cavalcante.

00188 - 001001006450-8

Exeqüente: Oleno Inácio de Matos; Executado: Telemar Norte Leste S/A => DESPACHO: A parte executada não efetuou o depósito judicial referente à guia expedida. Assim, expeça-se mandado de penhora devendo, o Sr. Oficial de Justiça efetuar a penhora até o limite da execução. Boa Vista, 22/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Stélio Dener de Souza Cruz, Rodolpho César Maia de Moraes, Samuel Weber Braz, Alexander Ladislau Menezes , José Demontiê Soares Leite.

00189 - 001001006475-5

Exeqüente: Varig S/A Viação Aérea Rio-grandense; Executado: Beltur Empreendimentos Turísticos Ltda => DESPACHO: Manifeste-se a executada sobre a petição de fls. 113/121. Boa Vista, 22/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Francisco Alves Noronha, José Duarte Simões Moura, Pedro de A. D. Cavalcante, Bernardino Dias de S. C. Neto.

00190 - 001001006550-5

Exeqüente: Banco Abn Amro Real S/A; Executado: Eberte Ferreira Alencar e outros => FINAL DE DECISÃO: (...) Assim, observando as datas das publicações, constata-se a regularidade da citação por edital. Por esta razão, indefiro o pedido e nulidade da citação, uma vez que foram preenchidos todos os requisitos da citação por edital. Boa Vista, 22/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Sivirino Pauli.

INDENIZAÇÃO

00191 - 001001006396-3

Autor: Jane Josefa Garcia Benedetti; Réu: Banco Real S/A Sistema de Cartão de Crédito Real Visa => DECISÃO-Assim sendo, retornem os autos à origem para as Providências cabíveis. BV 19/09/2003. Dr. Erick C. L. Lima Juiz de Direito Adv - Ellen Euridice C. de Araújo, Sivirino Pauli.

00192 - 001001006728-7

Autor: Vilson Paulo Mulinari; Réu: Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Estado de Roraima => DESPACHO-cumpra-se o despacho de fl.155.31/07/03/ Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti Juiz de Direito **AVERBADO** Adv - Geralda Cardoso de Assunção , Antônio Oneildo Ferreira, Samara Cristina Carvalho Monteiro.

00193 - 001002021488-7

Autor: Deuzimar Inácio dos Santos; Réu: Banco Real S/A => DESPACHO: Custas finais nos termos do acordo homologado na fl. 168. Paga as custas ou extraída certidão da dívida ativa, archive-se. Boa Vista, 15/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Luiz Eduardo Silva de Castilho, Sivirino Pauli.

00194 - 001002046717-0

Autor: Illo Augusto dos Santos; Réu: Banco Sudameris Brasil S/A => DESPACHO: 1. Recebo a apelação no efeito devolutivo (CPC, art. 520 - VII). 2. Dê-se vista à parte apelada para responder em 15 dias. Boa Vista, 16/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Pedro Xavier Coelho Sobrinho, Sileno Kleber da Silva Guedes.

00195 - 001003058082-2

Autor: Luiz Carlos Cesario da Silva; Réu: Banco Abn Amro Real S/A => Audiência REDESIGNADA para o dia 16/10/2003 às 09:00 horas. Adv - Marco Antônio da Silva Pinheiro, Sivirino Pauli.

00196 - 001003061443-1

Autor: Aramis Tavares de Oliveira; Réu: Conselho Indígena de Roraima => DECISÃO: 1. São pontos controvertidos o ato ilícito, a culpa, o dano e o nexo de causalidade entre o ato ilícito e o dano. 2. Defiro os requerimentos de produção de prova testemunhal, prova pericial e de depoimento pessoal da parte autora. 3. Nomeio perito o Sr. Nilo Brandão Neto, fixando-lhe o prazo de 20 dias para apresentação do laudo. Arbitro provisoriamente os honorários periciais em R\$ 500,00 (quinhentos reais). A ré deve depositar os honorários em Juízo no prazo de 10 dias, sob pena de presumir-se a desistência da prova pericial. Feito o depósito, int. o perito para assumir o encargo. As partes devem formular quesitos e indicar assistentes técnicos no prazo de 05 dias. Após a apresentação do laudo, int. as partes para que se manifestem, podendo seus assistentes oferecer pareceres no prazo comum de dez dias. 4. Após, designe-se data para a realização da audiência de instrução e julgamento. 5. Intimem-se as partes via DPJ para que depositem em cartório o rol de testemunhas com . dez dias de antecedência. Int. as testemunhas arroladas tempestivamente, caso as partes não se comprometam a trazê-las sem intimação. 6. Observe-se que a parte autora arrolou as testemunhas na petição de fl. 77. 7. Int. na forma do art. 343 - § 1º do Código de Processo Civil. Boa Vista, 27/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - José Roceliton Vito Joca, Jean Pierre Michetti, Lavoisier Arnoud da Silveira.

00197 - 001003065783-6

Autor: Marcos Antonio Carvalho de Souza; Réu: Liraauto Lira Automóveis Ltda => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 08/10/2003 às 10:00 horas. Adv - Marcos Antônio C de Souza, Franciele Coloniese Bertoli, Milson Douglas Araújo Alves, Márcio Wagner Maurício, Henrique Keisuke Sadamatsu.

MANDADO DE SEGURANÇA

00198 - 001003065539-2

Impetrante: Maria Teles do Nascimento; Autor. Coatora: Diretor Administrativo da Boa Vista Energia S/A => FINAL DE SENTENÇA: (...) Face ao exposto, julgo o pedido procedente para confirmando a segurança concedida liminarmente, determinar em definitivo à autoridade coatora que restabeleça o fornecimento de energia elétrica do imóvel em que reside a impetrante. Intime-se a autoridade coatora, dando-lhe cópia autenticada desta sentença. Intime-se o Ministério Público. Em seguida, caso nada seja requerido, providencie-se a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Roraima para os fins do art. 12 - § único da Lei 1.533/51. Boa Vista, 23/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Oleno Inácio de Matos.

00199 - 001003070706-0

Impetrante: Dirlamar Lopes de Almeida; Autor. Coatora: Carlos Augusto Andrade Silva - Representante Legal da Bovesa => FINAL DE DECISÃO: (...) Pelo exposto, concedo liminarmente a segurança requerida para determinar à autoridade coatora a inclusão do nome da impetrante no na relação dos aprovados no concurso, conforme a sua classificação inicial. Notifique-se a autoridade coatora para que cumpra esta decisão e para que preste informações em 10 dias. Em seguida, intime-se o Ministério Público. Boa Vista, 23/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Randerson Melo de Aguiar, Carmem Tereza Talamás.

MONITÓRIA

00200 - 001003065674-7

Autor: Wilmar de Carvalho; Réu: Vem Comigo Produções Ltda => DESPACHO: 1. Especifiquem as provas que pretendem produzir, indicando se pretendem participar da tentativa de conciliação (Código de Processo Civil, art. 331 - §3º). 2. Em caso positivo, designe-se audiência preliminar. 3. Caso as partes não se manifestem quanto a possibilidade de conciliação, proceda-se à conclusão dos autos para os fins do disposto no art. 331- §º do Código de Processo Civil. Boa Vista, 22/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Alci da Rocha, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Rodolpho César Maia de Moraes, Francisco das Chagas Batista, Grece Maria da Silva Matos.

ORDINÁRIA

00201 - 001001006020-9

Requerente: Paulo Victor Magalhães; Requerido: Ceagro Central Agroquímica do Pará Ltda => Intimação da parte requerida para pagamento das custas finais no valor de R\$ 41,80(quarenta e um reais e oitenta centavos), no prazo de 05(cinco) dias. Port.005/GAB/5A VARA CÍVEL. Adv - Francisco Alves Noronha, José Duarte Simões Moura, Bernardino Dias de S. C. Neto.

00202 - 001002042090-6

Requerente: Arosa Agropecuaria Roraima Ltda; Requerido: Banco da Amazônia S/A => DECISÃO: 1. São pontos controvertidos a validade da cláusula contratual bem como o valor da dívida. 2. Defiro os requerimentos de prova pericial e de depoimento pessoal das partes. As partes devem ser intimadas nas pessoas dos seus representantes legais. 3. Nomeio perita a Sr.A Marleide de Melo Cabral, fixando -lhe o prazo de 30 dias para apresentação do laudo. Arbitro provisoriamente os honorários periciais em R\$ 1.000,00 (mil reais). A parte autora deve depositar os honorários em Juízo no prazo de 10 dias, sob pena de presumir-se a desistência da prova pericial. Feito o depósito, int. a perita para assumir o encargo. As partes devem formular quesitos e indicar assistentes técnicos no prazo de 05 dias. Após a apresentação do laudo, int. as partes para que se manifestem, podendo seus assistentes oferecer pareceres no prazo comum de dez dias. 4. Após, designe-se data para a realização da audiência de instrução e julgamento. 5. Intimem-se as partes via DPJ para que depositem em cartório. o rol de testemunhas com dez dias de antecedência. Int. as testemunhas arroladas tempestivamente, caso as partes não se comprometam a trazê-las sem intimação. 6. Int. na forma do art. 343 - § 1º do Código de Processo Civil. Boa Vista, 23/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Luiz Fernando Menegais, Maria da Glória de Souza Lima.

00203 - 001003063686-3

Requerente: Dibens Leasing S/A - Arrendamento Mercantil; Requerido: Valter Oliveira de Souza => DESPACHO: Manifeste-se o réu quanto ao pedido de desistência (fl. 68). Boa Vista, 22/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Elaine Bonfim de Oliveira, Antônia Vieira Santos.

PRODUÇÃO ANTECIPADA PROVA

00204 - 001002051367-6

Autor: Eliseu Marson Filho; Réu: Nitral Urbana Laboratórios Ltda => DESPACHO: Defiro o pedido de prorrogação da apresentação do laudo suplementar. Boa Vista, 12/09/03. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Geraldo João da Silva, Ana Beatriz Oliveira Rêgo.

REINTEGRAÇÃO DE POSSE

00205 - 001002052709-8

Autor: João Silva Gomes; Réu: Daleine Raimundo Matos e outros => DECISÃO: 1. Regularmente citada por edital, a parte ré permaneceu inerte. 2. Decreto portanto sua revelia e nomeio Curadora Especial a DrA. Emira Latife Lago Salomão, da DPE. Int. 3. Nas ações possessórias nem sempre é possível indicar nome do réu com todas as suas especificações. Por isso, defiro o pedido de desistência com relação ao réu José Vanício Daniel, uma vez que o mesmo não faz mais parte da relação jurídica de direito material. 4. Porém, conforme certidão de fl. 75v, o réu Edmar Silva Santos também não mora mais no imóvel indicado na petição inicial. Assim, manifeste-se o autor sobre o interesse no prosseguimento do feito com relação ao referido réu. Boa Vista, 12/09/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Públio Rêgo Imbiriba Filho.

6A VARA CÍVEL

Expediente de 25/09/2003

JUIZ(A) TITULAR:
Angelo Augusto Graça Mendes

ANULATÓRIA

00206 - 001001007022-4

Autor: Espolio de Antonio Ferreira Anunciação Neto; Réu: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e outros => Despacho: Tendo em vista o decurso do prazo sem retorno do Ar, que comprove a intimação da parte ré, determino novamente o cumprimento do despacho de fl. 418. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves - Juiz de Direito respondendo pela 6A Vara Cível. Adv - Alceu da Silva.

BUSCA/APREENSÃO DEC.911

00207 - 001002024244-1

Autor: Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Brasil S/A; Réu: Renato de Souza Almeida => Ato Ordinatório: Despacho: Intimação da parte requerente para pagamento de custas finais no valor de R\$ 107,45(cento e sete reais e quarenta e cinco centavos). Boa Vista/RR, 25 de setembro de 2003. (a) Vicente de Paula Ramos de Lemos - Escrivão. Adv - Álvaro Rizzi de Oliveira.

00208 - 001002028551-5

Autor: Consórcio Nacional Suzuki Motos Ltda; Réu: Lindenberg Vieira de Moura => Despacho: Intime-se a parte autora pessoalmente, a manifestar-se no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, requerendo o que entender cabível para prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves - Juiz de Direito respondendo pela 6A Vara Cível. Adv - Adney Castro.

00209 - 001003060769-0

Autor: Banco Dibens S/A; Réu: Mário Souza da Rocha => Ato Ordinatório: Despacho: Intimação da parte ré para pagamento de custas finais no valor de R\$ 25,00(vinte e cinco reais). Boa Vista/RR, 25 de setembro de 2003. (a) Vicente de Paula Ramos de Lemos - Escrivão. Adv - Elaine Bonfim de Oliveira.

00210 - 001003070748-2

Autor: Banco Itaú S/A; Réu: Dulcimara Soares Barbosa => FINAL DE DECISÃO: (...) Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos apresentados, DEFIRO A BUSCA E APREENSÃO DO BEM ALIENADO FIDUCIARIAMENTE, descrito às fls. 03, devendo este ser entregue à pessoa designada pelo autor. Intimem-se. Cumpra-se. Após, cite-se a ré para, querendo, contestar ou requerer a purga da mora, conforme § 1º do já referido artigo 3º do Decreto-lei nº 911/69. Boa Vista/RR, 25 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves. Juiz de Direito. Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro.

00211 - 001003070781-3

Autor: Banco General Motors S/A; Réu: João Pujucan Pinto Souto Maior => FINAL DE DECISÃO: (...) Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos apresentados, DEFIRO A BUSCA E APREENSÃO DO BEM ALIENADO FIDUCIARIAMENTE, descrito às fls. 02, devendo este ser entregue à pessoa designada pelo autor. Intimem-se. Cumpra-se. Após, cite-se a ré para, querendo, contestar ou requerer a purga da mora, conforme § 1º do já referido artigo 3º do Decreto-lei nº 911/69. Boa Vista/RR, 25 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves. Juiz de Direito. Adv - Rodolpho César Maia de Moraes.

00212 - 001003070784-7

Autor: Banco General Motors S/A; Réu: Jonilton Alves de Oliveira => FINAL DE DECISÃO: (...) Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos apresentados, DEFIRO A BUSCA E APREENSÃO DO BEM ALIENADO FIDUCIARIAMENTE, descrito às fls. 02, devendo este ser entregue à pessoa designada pelo autor. Intimem-se. Cumpra-se. Após, cite-se a ré para, querendo, contestar ou requerer a purga da mora, conforme § 1º do já referido artigo 3º do Decreto-lei nº 911/69. Boa Vista/RR, 25 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves. Juiz de Direito. Adv - Rodolpho César Maia de Moraes.

00213 - 001003070786-2

Autor: Banco General Motors S/A; Réu: Nara Barbosa Tavora => FINAL DE DECISÃO: (...) Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos apresentados, DEFIRO A BUSCA E APREENSÃO DO BEM ALIENADO FIDUCIARIAMENTE, descrito às fls. 02, devendo este ser entregue à pessoa designada pelo autor. Intimem-se. Cumpra-se. Após, cite-se a ré para, querendo, contestar ou requerer a purga da mora, conforme § 1º do já referido artigo 3º do Decreto-lei nº 911/69. Boa Vista/RR, 25 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves. Juiz de Direito. Adv - Rodolpho César Maia de Moraes.

EMBARGOS DEVEDOR

00214 - 001001007774-0

Embargante: Nelson Massami Itikawa e outros; Embargado: Banco da Amazônia S/A => Despacho: Intime-se a parte autora pessoalmente, a manifestar-se no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves - Juiz de Direito respondendo pela 6ª Vara Cível. Adv - Johnson Araújo Pereira, Maria da Glória de Souza Lima.

00215 - 001001007809-4

Embargante: Maria de Lurdes Mayer e outros; Embargado: Banco Itaú S/A => FINAL DE SENTENÇA: (...) Sendo assim, pelos fatos e fundamentos expostos, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, na forma do supracitado inciso III do artigo 267 do Código de Processo Civil, condenando, ainda, o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios à ordem de 10% sobre o valor da causa. Junte-se cópia desta decisão ao autos de execução nº 0010 01 007811-0. Transitada esta decisão em julgado, certificado. Arquite-se. P. R. I. Boa Vista/RR, 25 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves. Juiz de Direito. Adv - Alci da Rocha, Alexandre Cesar Dantas Socorro.

EXECUÇÃO

00216 - 001001007083-6

Exequente: Ac Portela Importação e Exportação Ltda; Executado: F Teixeira de Lima => Despacho: Intime-se o advogado da parte autora a manifestar-se nos autos, no endereço localizado nesta cidade e referido na exordial. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves - Juiz de Direito respondendo pela 6ª Vara Cível. Adv - Jacques Machado Portela.

00217 - 001001007156-0

Exequente: Banco do Estado de Roraima S/A; Executado: Filgueiras e Cia Ltda e outros => Ordinatório: Despacho: Intimação da parte exequente para manifestar-se nos autos. Boa Vista/RR, 25 de setembro de 2003. (a) Vicente de Paula Ramos de Lemos - Escrivão. Adv - Anastase Vaptistis Papoortzis.

00218 - 001001007389-7

Exequente: Banco Bradesco S/A; Executado: Roraima Diamond Shopping Ltda e outros => Despacho: Defiro (fl. 124). Expeça-se mandado de penhora dos bens constantes às fls. 111/113. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves - Juiz de Direito respondendo pela 6ª Vara Cível. Adv - Helder Figueiredo Pereira.

00219 - 001001007731-0

Exequente: Banco da Amazônia S/A; Executado: Álvaro Vital Cabral da Silva e outros => Despacho: Conforme ofício de fl. 202, remetam-se os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça/RR. Boa Vista/RR, 23 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves - Juiz de Direito respondendo pela 6ª Vara Cível. Adv - Juzelter Ferro de Souza.

00220 - 001001007837-5

Exeqüente: Agência de Fomento do Estado de Roraima S/A; Executado: Super Gelo Indústria e Comércio Ltda => Despacho: Intime-se a parte autora a manifestar-se acerca dos documentos de fls. 227/228. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves - Juiz de Direito respondendo pela 6A Vara Cível Adv - Anastase Vaptistis Papoortzis.

00221 - 001001007995-1

Exeqüente: Agência de Fomento do Estado de Roraima S/A; Executado: Lucicleide Garcia de Lima => Despacho: Oficie-se novamente a CEF, reiterando inteiro teor do ofício de fl. 119, solicitando resposta no prazo de 48(quarenta e oito) horas, sob pena de crime de desobediência. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves - Juiz de Direito respondendo pela 6A Vara Cível. Adv - Anastase Vaptistis Papoortzis.

00222 - 001002029879-9

Exeqüente: I.A.I.; Executado: A.D.T. => Despacho: Reitere-se inteiro teor do ofício de fl. 153. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves - Juiz de Direito respondendo pela 6A Vara Cível Adv - Antonio Carlos Bernardes Filho.

00223 - 001002051794-1

Exeqüente: Banco da Amazônia S/A; Executado: Jonas Dias Carneiro e outros => Despacho: Defiro (fl. 96). Proceda-se com as baixas competentes em relação a SrA Maria de Matos Carneiro, excluindo-a da lide. Intime-se a parte autora a manifestar-se acerca da petição de fl. 98. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves - Juiz de Direito respondendo pela 6A Vara Cível Adv - Maria da Glória de Souza Lima.

00224 - 001003057931-1

Exeqüente: Ayres Pinto Ribeiro; Executado: Sul América Companhia Nacional de Seguros => Despacho: Reitere-se inteiro teor do ofício de fl. 118. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves - Juiz de Direito respondendo pela 6A Vara Cível. Adv - Stélio Dener de Souza Cruz, Helaine Maise de Moraes.

EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS

00225 - 001003067065-6

Exeqüente: Valter Mariano de Moura; Executado: Telemar Norte Leste S/A => Despacho: Intime-se a parte autora a manifestar-se acerca da certidão de fl. 17. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves - Juiz de Direito respondendo pela 6A Vara Cível. Adv - Valter Mariano de Moura.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00226 - 001001007006-7

Exeqüente: Maria Salete Brambila; Executado: Telemar Norte Leste S/A => Ordinatório: Despacho: Intimação da parte executada para pagamento de custas finais no valor de R\$ 41,80 (quarenta e um reais e oitenta centavos). Boa Vista/RR, 25 de setembro de 2003. (a) Vicente de Paula Ramos de Lemos - Escrivão. Adv - Marcos Antônio C de Souza, Samuel Weber Braz.

00227 - 001001007931-6

Exeqüente: Andre Luis dos Prazeres Caetano; Executado: Cacique Participações e Administradora de Cartões => Despacho: Oficie-se ao Juízo Deprecado solicitando informações quanto ao cumprimento da carta precatória de fl. 255. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves - Juiz de Direito respondendo pela 6A Vara Cível. Adv - Helder Figueiredo Pereira, Angela Di Manso, Rogenilton Ferreira Gomes.

INDENIZAÇÃO

00228 - 001001003171-3

Autor: O Município de Caracarái; Réu: Telemar Norte Leste S/A => Despacho: Oficie-se ao Juízo Deprecado solicitando informações quanto ao cumprimento da carta precatória de fl. 433. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves - Juiz de Direito respondendo pela 6A Vara Cível. Adv - Samuel Weber Braz, Pedro Xavier Coelho Sobrinho, Lenon Geyson Rodrigues Lira.

MONITÓRIA

00229 - 001001007790-6

Autor: Ej Siqueira Costa; Réu: L Falcão Silva => Despacho: Indefiro (fl. 148), vez que o patrimônio da representante legal da empresa não se confunde com o da parte ré. Requeira o autor o que entender cabível. Boa Vista/RR, 23 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves - Juiz de Direito respondendo pela 6A Vara Cível. Adv - Sebastião Ernesto Santos dos Anjos.

00230 - 001001020146-4

Autor: Noletto & Farias Ltda; Réu: FR da Silva Confecções => Despacho: Na forma do art. 1.102c, e em face da inércia da parte ré, devidamente citada à fl. 52, expeça-se mandado de execução nos termos do art. 652 do CPC. Fixo honorários em 10% (dez) por cento, salvo embargos. Boa Vista/RR, 23 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves - Juiz de Direito respondendo pela 6A Vara Cível. Adv - Juracy Sivla Moura, Maria Emília Brito Silva Leite.

00231 - 001003060310-3

Autor: Roraima Factoring e Formento Mercantil Ltda; Réu: Rozeane da Silva Correa => Ato Ordinatório: Despacho: Intimação da parte autora para pagamento de custas finais no valor de R\$ 250,00(duzentos e cinquenta). Boa Vista/RR, 25 de setembro de 2003. (a) Vicente de Paula Ramos de Lemos - Escrivão Adv - Clodoci Ferreira do Amaral.

00232 - 001003063376-1

Autor: Antônio Vassilak Pereira da Costa; Réu: Messias Gonçalves Garcia => Despacho: Intime-se a parte autora a manifestar-se acerca dos documentos de fls. 22/25. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves - Juiz de Direito respondendo pela 6A Vara Cível. Adv - Francisco Alves Noronha.

00233 - 001003066649-8

Autor: Mrtur Monte Roraima Turismo Ltda; Réu: Tv Imperial Sociedade Ltda => Despacho: Na forma do art. 1.102c, e em face da inércia da parte ré, devidamente citada à fl. 23, expeça-se mandado de execução nos termos do art. 652 do CPC. Fixo honorários em 10% (dez) por cento, salvo embargos. Boa Vista/RR, 23 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves - Juiz de Direito respondendo pela 6A Vara Cível. Adv - Francisco Alves Noronha.

POSSESSÓRIA

00234 - 001003068621-5

Autor: Raimundo Lopes de Melo; Réu: Nildes da Silva Melo => Despacho: Aguarde-se a audiência designada do apenso (68620-7). Boa Vista/RR, 19 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves - Juiz de Direito respondendo pela 6A Vara Cível. Adv - Margarida Beatriz Oruê Arza.

REINTEGRAÇÃO DE POSSE

00235 - 001003068048-1

Autor: Raimundo Lopes de Melo; Réu: William da Silva Melo => Despacho: Aguarde-se a audiência designada do apenso (68620-7). Boa Vista/RR, 22 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves - Juiz de Direito respondendo pela 6A Vara Cível. Adv - Margarida Beatriz Oruê Arza.

REVISIONAL DE CONTRATO

00236 - 001003070707-8

Requerente: Maria Ivete Menezes Chagas; Requerido: Banco General Motors S/A => Despacho: Emende-se a inicial, no prazo de 10(dez) dias, regularizando a parte autora sua representação processual. Boa Vista/RR, 25 de setembro de 2003. (a) César Henrique Alves - Juiz de Direito respondendo pela 6A Vara Cível. Adv - Lenon Geyson Rodrigues Lira, André Henrique Oliveira Leite.

7A VARA CÍVEL

Expediente de 25/09/2003

JUIZ(A) TITULAR:

Paulo César Dias Menezes

PROMOTOR(A) :

Ademar Loiola Mota

ESCRIVÃO(Ã) :

Anderson Ricardo Souza da Silva

ALIMENTOS - PEDIDO

00085 - 001001008919-0

Requerente: D.S.S. e outros; Requerido: A.G.S. => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: Pela derradeira vez, cumpra-se o r. despacho de fl.40. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - Terezinha Muniz de Souza Cruz.

00086 - 001002032489-2

Requerente: V.B.S.; Requerido: C.J.S. => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, julgo extinta a presente execução, sem julgamento de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas, face ao deferimento da justiça gratuita. Após trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista-RR, 22 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00087 - 001002038152-0

Requerente: A.A.S. e outros; Requerido: O.C.S. => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas, face a gratuidade da justiça. Após trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista-RR, 22 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Neuza Maria V. Oliveira de Castilho.

00088 - 001002052687-6

Requerente: T.O.S. e outros; Requerido: D.O.S. => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, em consonância com o douto parecer ministerial, julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Oficie-se à fonte pagadora do réu, determinando sejam desconsiderados os ofícios de fls. 17 e 25. Sem custas, face ao deferimento da justiça gratuita. Após trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista-RR, 22 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Elceni Diogo da Silva.

00089 - 001002054322-8

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2735 Boa Vista-RR, 27 de setembro de 2003.

Requerente: K.S.L. e outros; Requerido: J.S.S. => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: 1. Tendo em vista a certidão de fl. 31, designe-se nova data para realização de audiência. 2. Cite-se/intime-se o réu no endereço de fl. 31. 3. Demais intimações necessárias. Boa Vista/RR, 19 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

ALVARÁ JUDICIAL

00090 - 001002027077-2

Requerente: F.M.S. => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: Como requer o MP. Cumpra-se os itens 01 e 02 do r. despacho de fl. 99. Boa Vista/RR, 16 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - Maria Emília Brito Silva Leite.

00091 - 001003059575-4

Requerente: Alcinda Cabral de Macêdo Brasil => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, em consonância com o ilustre representante do Ministério Público e com a RESSALVA contida na aludida cota ministerial, DEFIRO a expedição do alvará judicial em nome da Sra. A.C.M.B., para que esta possa efetuar o levantamento dos valores depositados junto ao Banco BBV Banco (0641), agência 0438, conta corrente n.º 01-00024847, em nome de O.B., já falecido, caso não haja nenhuma restrição de ordem legal quanto a disponibilidade, ou não, dos mesmos. Em tempo, defiro os benefícios da justiça gratuita. Após as formalidades legais, arquivem-se com as anotações de estilo. P.R.I. Boa Vista-RR, 23 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Bernardino Dias de S. C. Neto.

00092 - 001003063558-4

Requerente: Aparecida Guimarães Corrêa => Aguarda providência cert if dpj dia 29.09. DESPACHO: Defiro o teor do pedido de fls. 18/19. Prazo de vinte dias no edital, objeto de intimação. Boa Vista/RR, 23 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - Terezinha Muniz de Souza Cruz, Maria Luiza da Silva Coelho.

00093 - 001003063755-6

Requerente: Maria do Perpetuo Socorro de Lima e outros => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. Adv - Josimar Santos Batista.

00094 - 001003064433-9

Requerente: Osvaldo Jesus Lima => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, em consonância com o douto parecer ministerial e ressalvados os direitos de terceiros, DEFIRO a expedição do alvará judicial em nome do Sr. O.J.L., para que este possa efetuar o levantamento da importância acima mencionada, conforme documento de fl. 09, caso não haja nenhuma restrição de ordem legal quanto a disponibilidade, ou não, dos valores. Sem custas, face ao deferimento da justiça gratuita. Após as formalidades legais, arquivem-se com as anotações de estilo. P.R.I. Boa Vista-RR, 23 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

00095 - 001003067861-8

Requerente: Edna Maria Cruz Matos => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, em consonância com o douto parecer ministerial, DEFIRO a expedição do alvará judicial em nome da Sra. E.M.C.M., para que este possa efetuar o levantamento de todos os valores depositados em nome de R.O.M., já falecido, junto à empresa de arrecadação e pagamento AMAZON SERVICE BANK, referentes ao pagamento do Governo do Estado de Roraima, caso não haja nenhuma restrição de ordem legal quanto a disponibilidade, ou não, dos mesmos. Em tempo, defiro os benefícios da justiça gratuita. Após as formalidades legais, arquivem-se com as anotações de estilo. P.R.I. Boa Vista-RR, 23 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

ARROLAMENTO/INVENTÁRIO

00096 - 001001000304-3

Inventariante: Edilson Oliveira Silva e outros => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: Diante do retorno do MM. Juiz de Direito responsável pelos feitos pares, retornem os presentes a ele com conclusão. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - Maria Dizanete de S Matias.

00097 - 001001000427-2

Inventariante: Raimundo Nonato Carvalho Guimarães e outros => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, em consonância com o ilustre representante do Ministério Público, homologo o pedido de desistência, julgando extinto o processo, sem julgamento de mérito, com fincas no artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as formalidades legais. P.R.I. Boa Vista-RR, 23 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Natanael Gonçalves Vieira.

00098 - 001001000445-4

Inventariante: Maria do Perpétuo Socorro Coelho Sarmento e outros => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, em consonância com o douto parecer ministerial, julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito, com fulcro no artigo 267, incisos II e III, do Código de Processo Civil. Sem custas, face ao deferimento da justiça gratuita. Após trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista-RR, 24 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Francisco Maurício Barro Ribeiro.

00099 - 001001020500-2

Inventariante: Maria do Socorro Menezes Rezende de Paula => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: 1. Cumpra-se a segunda parte do r. despacho de fl. 327. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - José Fábio Martins da Silva.

00100 - 001002030072-8

Inventariante: Haydee Nazaré de Magalhães; Inventariado: Espólio de Hélio do Carmo Magalhães => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: Diante do retorno do MM. Juiz de Direito responsável pelos feitos pares, retornem os presentes a ele com conclusão. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - Josenildo Ferreira Barbosa, Haydée Nazaré de Magalhães.

00101 - 001003059922-8

Inventariante: Olga Carneiro da Costa => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: Diante do retorno do MM. Juiz de Direito responsável pelos feitos pares, retornem os presentes a ele com conclusão. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - Thaumaturgo Cezar Moreira do Nascimento, Júlio Cezar Pereira Brondani.

00102 - 001003064961-9

Inventariante: Vilma Barbosa Figueiredo e outros => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, ressalvados direitos de terceiros e em consonância com o douto parecer ministerial, DEFIRO o pedido contido no item “3” de fl. 04, do bem deixado pelo falecimento de M.A.F., em favor da requerente V.B.F.. Em tempo, defiro os benefícios da justiça gratuita. Transcorrido o trânsito em julgado, expeça-se o necessário. Após as formalidades legais, archive-se com as anotações de estilo. P.R.I. Boa Vista-RR, 23 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

CAUTELAR INOMINADA

00103 - 001001008253-4

Requerente: R.C.F.M.; Requerido: L.P.S. => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: Pedido de fls. 36/37. Defiro itens “a”, “b” e “c”. Cumpra-se. Int. Boa Vista/RR, 10 de setembro de 2003. Elvo Pigari Júnior - Juiz de Direito Substituto. Adv - Altamir da Silva Soares, José Carlos Barbosa Cavalcante, Luciana Olbertz Alves, Valter Mariano de Moura.

00104 - 001001020512-7

Requerente: A.S.O.; Requerido: I.N.O. => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: Mantenha-se apenso até ulterior deliberação, conforme decisão a ser proferida nos autos nº 01 20510-4. Boa Vista/RR, 14 de agosto de 2003. Arnon José Coelho Júnior - Juiz de Direito Substituto. Adv - Euflávio Dionísio Lima.

CURATELA/INTERDIÇÃO

00105 - 001002041477-6

Requerente: M.J.R.S.; Interditado: D.R.C. => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, em consonância com o douto parecer ministerial, julgo procedente o pedido para decretar a conversão da separação judicial em divórcio de J.G.S. e N.R.F., nos termos do artigo 226, § 6º, da Constituição Federal, e do artigo 35, “caput”, da Lei 6.515/77, extinguindo o presente feito, com julgamento de mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Oficie-se ao Cartório de Registro Civil, onde as partes casaram-se, para as devidas anotações. Sem custas, face ao deferimento da justiça gratuita. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com baixa na distribuição. P.R.I. Boa Vista-RR, 22 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Sheila Alves Ferreira.

00106 - 001002045829-4

Requerente: J.C.R.S.; Interditado: F.A.F. => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, em consonância com o ilustre representante do Ministério Público, julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas, face a gratuidade da justiça. Após trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista-RR, 22 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Margarida Beatriz Oruê Arza.

00107 - 001002051837-8

Requerente: A.S.S.; Interditado: R.D.S.S. => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, em consonância com o douto parecer ministerial, DECRETO a interdição do Sr. R.D.S.S., declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, inciso II, do novo Código Civil Brasileiro, nomeando-lhe, definitivamente, curadora a Sra. A.S.S.. Intime-se a requerente, para prestar compromisso legal, nos termos do artigo 1.187, do Código de Processo Civil. Em obediência ao disposto no art. 1.184, do Código de Processo Civil e no art. 09, inciso III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Comunique-se, após o trânsito em julgado, ao e. Tribunal Regional Eleitoral, enviando-se cópia deste decisum. Sem custas, face ao deferimento da Justiça Gratuita. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista-RR, 23 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular. Adv - Alessandra Andréia Miglioranza.

DECLARATÓRIA

00108 - 001003066847-8

Autor: Nilda de Sousa Magalhães => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: DESPACHO: Defiro a cota ministerial de fls. 13/17v. Cumpra-se. Intime-se. Boa Vista/RR, 12 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - Luiz Augusto Moreira.

00109 - 001003068714-8

Autor: Maria Alves de Sousa; Réu: Simone Alves Vilhena e outros => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: Designe-se data para audiência de justificação prévia, na qual a requerente, deverá se fazer acompanhar do rol da testemunha, independentemente de intimação. Boa Vista/RR, 22 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - Josenildo Ferreira Barbosa.

DISSOLUÇÃO SOCIEDADE

00110 - 001001008249-2

Autor: R.C.F.M.; Réu: L.P.S. => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA: A audiência de Instrução e Julgamento, foidesignada para o dia 06/10/2003, às 09:15 horas, neste juízo. Boa Vista/RR, 25 de julho de 2003. Adv - Luciana Olbertz Alves, Valter Mariano de Moura.

00111 - 001003066597-9

Autor: E.S.M.; Réu: A.A.L.M. => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: Diga a autora, em cinco dias, sobre certidão de fl. 10v. Boa Vista/RR, 12 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante

DIVÓRCIO LITIGIOSO

00112 - 001001020510-1

Requerente: A.S.O.; Requerido: I.N.O. => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: Diante do retorno do MM. Juiz de Direito responsável pelos feitos pares, retornem os presentes a ele com conclusão. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - Euflávio Dionísio Lima, Paulo Marcelo A. Albuquerque.

00113 - 001003065336-3

Requerente: F.P.A.R.; Requerido: F.W.D.R. => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: Cumpra o Cartório escorreitamente os termos da lei, no que tange à juntada de fl. 18v., essencial para contagem do lapso temporal que leva à eventual decretação de revelia. Após, conclusos. Boa Vista/RR, 22 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - Christianne Conzales Leite.

DIVÓRCIO POR CONVERSÃO

00114 - 001002024514-7

Requerente: C.A.O.C.; Requerido: L.G.B. => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: Intimação das partes para o pagamento das custas finais. Boa Vista/RR, 25 de setembro de 2003. Adv - Scyla Maria de Paiva Oliveira.

00115 - 001002024562-6

Requerente: E.V.P.; Requerido: J.B.N.P. => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: 1. Apensen-se aos autos mencionados na cota ministerial de fl. 30v. 2. Após, conclusos. Boa Vista/RR, 22 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - Maria Luiza da Silva Coelho.

00116 - 001002054935-7

Requerente: R.R.S.; Requerido: M.J.N.S. => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, em consonância com o douto parecer ministerial, julgo procedente o pedido para decretar a conversão da separação judicial em divórcio de R.R.S. e M.J.N.S., nos termos do artigo 226, § 6º, da Constituição Federal e do artigo 25, "caput", da Lei 6.515/77, extinguindo o presente processo, com julgamento de mérito, com fincas no artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil Brasileiro. Oficie-se ao Cartório de Registro Civil, onde os autores casaram-se, para as devidas anotações. Sem custas, face ao deferimento dos benefícios da justiça gratuita. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com baixa na distribuição. P.R.I. Boa Vista-RR, 22 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Thaumaturgo Cezar Moreira do Nascimento.

00117 - 001003061159-3

Requerente: J.G.S.; Requerido: N.R.F. => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, em consonância com o douto parecer ministerial, julgo procedente o pedido para decretar a conversão da separação judicial em divórcio de J.G.S. e N.R.F., nos termos do artigo 226, § 6º, da Constituição Federal, e do artigo 35, "caput", da Lei 6.515/77, extinguindo o presente feito, com julgamento de mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Oficie-se ao Cartório de Registro Civil, onde as partes casaram-se, para as devidas anotações. Sem custas, face ao deferimento da justiça gratuita. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com baixa na distribuição. P.R.I. Boa Vista-RR, 22 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Thaumaturgo Cezar Moreira do Nascimento, Júlio Cezar Pereira Brondani.

EXECUÇÃO

00118 - 001001008255-9

Exeqüente: R.C.F.M.; Executado: L.P.S. => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: Defiro fls. 58/59. Cumpra-se como requerido. Int. Boa Vista/RR, 10 de setembro de 2003. Elvo Pigari Júnior - Juiz de Direito Substituto. Adv - Luciana Olbertz Alves, Valter Mariano de Moura.

00119 - 001001008259-1

Exeqüente: R.C.F.M.; Executado: L.P.S. => Aguarda providência cetif dpj dia 29.09. DESPACHO: Fls. 37/38: Defiro. Boa Vista/RR, 10 de setembro de 2003. Elvo Pigari Júnior - Juiz de Direito Substituto. Adv - Luciana Olbertz Alves, Valter Mariano de Moura.

00120 - 001002027543-3

Exeqüente: W.P.R.; Executado: A.J.R. => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, em consonância com o douto parecer ministerial, HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes, por sentença, para que o mesmo surta seus jurídicos e legais efeitos, julgando extinto o processo, com análise de mérito, nos termos do artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas, face ao deferimento dos benefícios da justiça gratuita. Após o trânsito em julgado e com as formalidades legais, arquivem-se os autos. P.R.I. Boa Vista - RR, 22

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2735 Boa Vista-RR, 27 de setembro de 2003.

de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7ª Vara Cível. Adv - Aline Dionísio Castelo Branco, Randerson Melo de Aguiar.

00121 - 001002042438-7

Exeqüente: E.G.L. e outros; Executado: E.S.L. => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: 1. Cite-se o executado, conforme determinado o r. despacho de fl. 19, observando-se o endereço mencionado à fl. 35, ficando deferido ao Sr. Oficial de justiça os favores constantes do § 2º, do artigo 172, do CPC. 2. Após, oficie-se ao DETRAN, conforme item 02 de fl. 36, solicitando informações de quem é o real proprietário da motocicleta ali mencionada. Boa Vista/RR, 19 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7ª Vara Cível. Adv - Angela Di Manso.

00122 - 001002051169-6

Exeqüente: R.N.P.; Executado: E.C.A. => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: Uma vez aceita pela exeqüente a indicação do bem indicado à fl. 36, assinalo o prazo de quinze dias para o executado exibir a prova de propriedade do veículo a ser penhorado, nos termos do parágrafo único, do artigo 656, do Código de Processo Civil. Após, conclusos. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7ª Vara Cível. Adv - Edir Ribeiro da Costa.

00123 - 001003059927-7

Exeqüente: R.N.P.; Executado: E.C.A. => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: 1. Como requer o MP. Designe-se. 2. Intimações necessárias. Boa Vista/RR, 11 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7ª Vara Cível. Adv - Edir Ribeiro da Costa.

00124 - 001003060630-4

Exeqüente: A.P.J.M.; Executado: P.S.M. => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, em consonância com o duto parecer ministerial, HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes, por sentença, para que o mesmo surta seus jurídicos e legais efeitos, julgando extinto o processo, com análise de mérito, nos termos do artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Em tempo, defiro os benefícios da justiça gratuita. Após o trânsito em julgado e com as formalidades legais, arquivem-se os autos. P.R.I. Boa Vista - RR, 22 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7ª Vara Cível. Adv - Christianne Conzaes Leite.

00125 - 001003062972-8

Exeqüente: I.C.R.P. e outros; Executado: J.M.P. => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: Digam os exeqüentes sobre justificativa apresentada. Boa Vista/RR, 17 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7ª Vara Cível. Adv - Alessandra Andréia Miglioranza.

00126 - 001003064962-7

Exeqüente: I.R.P. e outros; Executado: A.J.P. => Aguarda providência cetif dpj dia 29.09. DESPACHO: Defiro o pedido de suspensão do feito, sobreste-se o andamento pelo prazo de 90 dias. Intimem-se. Após transcorrer o prazo, vista a(o) DPE/RR. Boa Vista/RR, 12 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7ª Vara Cível. Adv - Terezinha Muniz de Souza Cruz.

00127 - 001003067961-6

Exeqüente: M.E.S.L.; Executado: J.C.L. => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: Cite-se conforme requerido à fl. 05. Boa Vista/RR, 19 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7ª Vara Cível. Adv - Lenon Geyson Rodrigues Lira.

EXONER.PENSÃO ALIMENTÍCIA

00128 - 001003068104-2

Autor: C.J.L.C.; Réu: F.J.M.C. e outros => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. Prazo de 008 dia(s). DESPACHO: Diante do retorno do MM. Juiz de Direito responsável pelos feitos pares, ret ornem os presentes a ele com conclusão. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7ª Vara Cível. Adv - Alessandra Andréia Miglioranza, Liliana Regina Alves.

GUARDA - MODIFICAÇÃO

00129 - 001002037565-4

Requerente: R.P.R.; Requerido: A.R.S.A. => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, em consonância com o ilustre representante do Ministério Público, julgo extinto o feito, sem julgamento de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Em tempo, defiro o pedido de justiça gratuita. Após trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista-RR, 22 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7ª Vara Cível. Adv - Samuel Weber Braz.

GUARDA DE MENOR

00130 - 001003064609-4

Requerente: O.M.L.; Requerido: S.A.S. => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, homologo o pedido de desistência, julgando extinto o processo, sem julgamento de mérito, com fincas no artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas, face ao deferimento do pedido de justiça gratuita. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as formalidades legais. P.R.I. Boa Vista-RR, 22 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7ª Vara Cível. Adv - Christianne Conzaes Leite.

00131 - 001003067802-2

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2735 Boa Vista-RR, 27 de setembro de 2003.

Requerente: A.A.A.; Requerido: C.S.S. => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: Diante do retorno do MM. Juiz de Direito responsável pelos feitos pares, retornem os presentes a ele com conclusão. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - Alessandra Andréia Miglioranza.

HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO

00132 - 001002048364-9

Requerente: L.M.C.B. e outros => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESOACHO: Entre, o sr. Escrivão, em contado telefônico com o Juizado da Infância e Juventude, solicitando informações acerca do cumprimento da solicitação contido no ofício de fl. 23, reiterado à fl. 25, devedo tudo ser certificado nos autos. Boa Vista/RR, 18 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - Ednaldo Gomes Vidal.

INVENTÁRIO NEGATIVO

00133 - 001002027698-5

Inventariante: Catia Maria do Nascimento Gomes => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, em consonância com o ilustre representante do Ministério Público e ressaltados direitos de terceiros, HOMOLOGO o plano de partilha de fls. 72/74, o qual passa a fazer parte desta sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, dos bens deixados pelo falecimento de E.M.N.. Expeçam-se, após o trânsito em julgado, os formais de partilha. Custas ex lege. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com as anotações de estilo. P.R.I. Boa Vista-RR, 22 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Daniel José Santos dos Anjos.

INVEST.PATERN / ALIMENTOS

00134 - 001001000382-9

Requerente: P.N.S.; Requerido: B.C.C. => Aguarda providência certif dpj dia 25.09. DESPACHO: Diante do retorno do MM. Juiz de Direito responsável pelos feitos pares, retornem os presentes a ele com conclusão. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - Alessandra Andréia Miglioranza.

00135 - 001001000729-1

Requerente: I.E.T.M.; Requerido: L.E.L.N. => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: Nos termos do 132, determino a remessa dos autos ao MM. Juiz que presidiu a audiência de instrução e julgamento, para apreciação e deliberação do pedido. Consigne-se nossas homenagens. Intimem-se. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - Josué dos Santos Filho, Inajá de Queiroz Maduro.

00136 - 001001000731-7

Requerente: G.E.V.A.; Requerido: T.V.P.C. => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: 1. Nos termos de 132 do CPC, determino a remessa dos autos ao MM. Juiz que presidiu a audiência de instrução e julgamento pra apreciação e deliberação do pedido. Consigne-se nossas homenagens. Intimem-se. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - José João Pereira dos Santos.

00137 - 001002050686-0

Requerente: N.R.S.; Requerido: M.B.C. => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, em consonância com o ilustre representante do Ministério Público, julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas, face a gratuidade da justiça. Após trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista-RR, 22 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Samara Cristina Carvalho Monteiro, Christianne Conzaes Leite.

00138 - 001003057919-6

Requerente: I.B.P.D.; Requerido: F.J.D. => DECISÃO: 1. A petição de fls. 116/122 é integra repetição daquela juntada às fls. 62/68. Como se trata de aditamento à inicial, foi juntada por equívoco pelo Cartório aos autos, vez que se presta acompanhar o novel mandado citatório a ser expedido. Assim, desentranhe-se a petição de fls. 116/122, que deverá acompanhar o mandado citatório. 2. Como respeito aos fatos novos descritos na petição, sob comento, atento ao binômio necessidade/possibilidade, fixo os alimentos provisórios, em 03 (três salários mínimos), tornando, assim parcialmente sem efeito a decisão de fl. 56, no que se refere ao "quantum". 3. Designe-se data para audiência de conciliação e julgamento. Cite-se(vide fl. 122, final). I. Boa Vista/RR, 22 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - José João Pereira dos Santos.

RECONHECIM. UNIÃO ESTÁVEL

00139 - 001003065283-7

Autor: A.N.S.; Réu: F.P.S. => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, indicando os fins a que se prestam. Boa Vista/RR, 19 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

REGULAMENTAÇÃO DE VISITA

00140 - 001003066658-9

Requerente: M.R.S.; Requerido: F.A.F. => Aguarda providência certif dpj dia 25.09. DESPACHO: Diante do retorno do MM. Juiz de Direito responsável pelos feitos pares, retornem os presentes a ele com conclusão. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - Alessandra Andréia Miglioranza.

REVISIONAL DE ALIMENTOS

00141 - 001002041226-7

Requerente: M.J.N.; Requerido: C.S.R.N. e outros => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. INTIMAÇÃO: A intimação das partes para o pagamento das custas finais. Boa Vista/RR, 25 de setembro de 2003.= Adv - José Milton Freitas, Diogenes Santos Porto.

SEPARAÇÃO CONSENSUAL

00142 - 001003066095-4

Requerente: N.C. e outros => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: Tenho pro restabelecida a sociedade conjugal dos requerentes. Expeça-se mandado averbatório, para inscrição no Cartório apontado à fl. 41. Boa Vista/RR, 22 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

SEPARAÇÃO DE CORPOS

00143 - 001002045826-0

Requerente: M.L.O.S.; Requerido: A.A. => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, em consonância com o ilustre representante do Ministério Público, homologo o pedido de desistência, julgando extinto o processo, sem julgamento de mérito, com fins no artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas, face ao deferimento do pedido de justiça gratuita. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as formalidades legais. P.R.I. Boa Vista-RR, 22 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Maria Luiza da Silva Coelho.

00144 - 001002051558-0

Requerente: S.M.A.T.; Requerido: C.H.N.M.F. => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: Diante do retorno do MM. Juiz de Direito responsável pelos feitos pares, retornem os presentes a ele com conclusão. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - Pedro de A. D. Cavalcante.

00145 - 001003059778-4

Requerente: I.G.S.; Requerido: A.R.S. => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: Diante do retorno do MM. Juiz de Direito responsável pelos feitos pares, retornem os presentes a ele com conclusão. Boa Vista/RR, 24 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - Ítalo Diderot Pessoa Rebouças.

TUTELA

00146 - 001003066530-0

Tutelante: J.C.X.N.; Tutelado: G.C.X. => Aguarda providência certif dpj dia 29.09. DESPACHO: Citem-se. Boa Vista/RR, 22 de setembro de 2003. Paulo César Dias Menezes - Juiz de Direito Titular da 7a Vara Cível. Adv - Suely Almeida.

8A VARA CÍVEL

Expediente de 25/09/2003

JUIZ(A) TITULAR:
Cesar Henrique Alves
PROMOTOR(A) :
Luiz Antonio Araújo de Souza
ESCRIVÃO(Ã) :
Eliana Palermo Guerra

REINTEGRAÇÃO DE POSSE

00147 - 001002035752-0

Autor: O Estado de Roraima; Réu: José Gomes de Lima e outros => Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 22/10/2003 às 09:00 horas. Intime-se as partes Adv - Azilmar Paraguassu Chaves.

2A VARA CRIMINAL

Expediente de 25/09/2003

JUIZ(A) TITULAR:
Alcir Gursen de Miranda
PROMOTOR(A) :
Isaias Montanari Júnior
ESCRIVÃO(Ã) :
Djacir Raimundo de Sousa

CRIME DE TÓXICOS

00237 - 001003067799-0

Réu: Maria Márcia Pereira da Silva => Despacho em Ata: De Ordem do MM Juiz de Direito Substituto da 2A Vara Criminal, Dr. Euclydes Calil Filho, designo o dia 01 de outubro de 2003, às 09h para audiência de instrução e julgamento. Acusada, Defensor Público e

testemunhas presente, desde já, intimados. Intime-se a testemunha Lana Crisitna dos Santos Oliveira. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00238 - 001003067940-0

Réu: Jader Peres Pimentel => Despacho em Ata: requerimento do Ministério Público deferido. Requisite-se o laudo de exame toxicológico e definitivo. (...) junte-se FACs atualizadas; após em alegações finais, em forma de memoriais, no prazo legal, inicialmente o Ministério Público. Adv - Clóvis Moreira Pinto.

00239 - 001003068129-9

Réu: Galdino José da Gama => Aguarde-se realização da audiência prevista para 02/10/2003. Adv - Euflávio Dionísio Lima.

3A VARA CRIMINAL

Expediente de 25/09/2003

JUIZ(A) TITULAR:
Euclides Calil Filho
PROMOTOR(A) :
Ricardo Fontanella
ESCRIVÃO(Ã) :
Nazaré Daniel Duarte

EXECUÇÃO DE PENA

00240 - 001001012497-1

Apenado: Eric James Bernard => Sentença de Extinção da Pena: "... PELO EXPOSTO, DECLARO extinta a pena PRIVATIVA DE LIBERDADE do Condenado acima indicado, nos termos do artigo 146 da Lei de Execução Penal e do artigo 90 do Código Penal. ...§ Uma vez certificado o trânsito em julgado: § a) Comunique -se ao TRE (artigo 15, III, da Constituição Federal). § Após os procedimentos de praxe e com as cautelas legais, junte-se cópia desta sentença em todos os apensos que por ventura existirem e arquivem esta execução e todos autos relativos a esta execução, com baixa na distribuição. § Publique -se. § Registre-se. § Intimem-se. Boa Vista - RR, 07/08/03 (a) Euclides Calil Filho, Juiz de Direito da 3A Vara Criminal/RR". Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00241 - 001001012563-0

Apenado: Eliandro de Souza Brasil => Sentença de Extinção da Pena: "... PELO EXPOSTO, declaro extinta a punibilidade Condenado acima indicado, nos termos do artigo 107, I, do Código Penal...§ Uma vez certificado o trânsito em julgado: § a) Comunique-se ao TRE (artigo 15, III, da Constituição Federal). § Após os procedimentos de praxe e com as cautelas legais, arquivem-se estes autos e todos os demais que por ventura estejam em apenso, juntando cópia desta sentença, com baixa na distribuição. § Publique-se. § Registre-se. § Intimem-se. Boa Vista - RR, 17/07/03 (a) Euclides Calil Filho, Juiz de Direito da 3A Vara Criminal/RR". Adv - Ronnie Gabriel Garcia.

SOLICITAÇÃO - CRIMINAL

00242 - 001003067680-2

Réu: Jocivaldo Almeida Pontes => DECISÃO: Pedido Deferido. "Defiro, ainda, a última parte da cota ministerial de fl. 17v. P.R.I.e C. Ba Vista/RR, 10/09/2003 (a) Gursen De Miranda, Juiz de Direito em subst.legal na 3A Vara Criminal/RR". Adv - Nílter da Silva Pinho.

4A VARA CRIMINAL

Expediente de 25/09/2003

JUIZ(A) TITULAR:
Jésus Rodrigues do Nascimento
PROMOTOR(A) :
Carla Cristiane Pipa
ESCRIVÃO(Ã) :
Francivaldo Galvão Soares

CRIME C/ ADMIN. PÚBLICA

00243 - 001002021832-6

Réu: Ulisses José Ribamar Correa Dantas => AUDIÊNCIA DE TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 01/10/03 ÀS 12:30HS Adv - Roberto Guedes Amorim.

CRIME C/ COSTUMES

00244 - 001002022354-0

Réu: Edgar Rodrigues da Silva => Intimação ordenado(a). Audiência testemunha de acusação designada para o dia 09.10.2003, às 09:00 horas. Adv - Ednaldo Gomes Vidal, Elias Bezerra da Silva.

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00245 - 001002022283-1

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2735 Boa Vista-RR, 27 de setembro de 2003.

Réu: Francisco Gomes da Silva => AUDIÊNCIA DE INTERROGATÓRIO DESIGNADA PARA O DIA 03/10/03 ÀS 08:40H Adv - Francisco de Assis Guimarães Almeida.

00246 - 001002039162-8

Indiciado: F.E.L. e outros => Conflito de competência suscitado. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ PESSOA

00247 - 001002041410-7

Réu: George Harison Ferreira Moura => Intimação orde nado(a). Audiência testemunha de acusação designada para o dia 09.10.2003, às 10:30 horas. Adv - Augusto Dantas Leitão.

CRIME DE TRÂNSITO - CTB

00248 - 001002023976-9

Réu: Dário Quaresma de Araújo => AUDIÊNCIA DE TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 01/10/03 ÀS 09:00H Adv - Dário Quaresma de Araújo.

5A VARA CRIMINAL

Expediente de 25/09/2003

JUIZ(A) TITULAR:
Antônio Augusto Martins Neto
PROMOTOR(A) :
Janaína Carneiro Costa Menezes
ESCRIVÃO(Ã) :
Álvaro de Oliveira Júnior

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00249 - 001001014340-1

Réu: Euclides Erian da Silva => FIANLIDADE: Intimar os Advogados dos réus para tomarem ciência da audiência testemunha defesa designada para o dia 27/10/2003, às 16:00 horas. Adv - José Fábio Martins da Silva.

00250 - 001001014619-8

Réu: João do Nascimento => FINALIDADE: Intimar o Advogado do réu para tomar ciência da audiência oitiva testemunha de acusação desiganda para o dia 23/10/2003, às 12:00. Adv - Paulo Augusto do Carmo Gondim.

00251 - 001002028235-5

Réu: Juarez Alves Mota Filho => FINALIDADE: Intimar o Advogado do réu para se manifestar no prazo e para os fins dos termos do art. 499 do CPP. Adv - Agenor Veloso Borges.

CRIME C/ PESSOA

00252 - 001003068669-4

Indiciado: R.J.S. => FINAL DE DECISÃO: “(...) Isto posto, com fulcro no artigo 5º, LXV, da Constituição Federal, RELAXO A PRISÃO de RIBAMAR DE JESUS SILVA; e, com supedâneo no artigo 109 do CPP, DECLINO DA COMPETÊNCIA para apreciar a matéria tratada nos presentes autos em prol de um dos JUIZADOS ESPECIAIS desta Comarca de Boa Vista. Expeça-se ALVARÁ DE SOLTURA, para imediato cumprimento, salvo se o indiciado estiver preso por outro motivo. Encaminhe-se, após, o feito, via cartório distribuidor, a um dos JUIZADOS ESPECIAIS, com nossos cumprimentos, procedendo-se às baixas e registros necessários. Dê-se ciência ao MP”. Boa Vista-RR, em 24 de setembro de 2003. Dr Antônio Augusto Martins Neto - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Expediente de 25/09/2003

JUIZ(A) TITULAR:
Graciete Sotto Mayor Ribeiro
PROMOTOR(A) :
Jeanne Christine Fonseca Sampaio
Luiz Carlos Leitão Lima
Márcio Rosa da Silva
ESCRIVÃO(Ã) :
Cláudia Luiza Pereira Nattrodt
Walter Menezes

CONSELHO TUTELAR

00256 - 001002049559-3

Requerente: R.M.T. e outros => Aguarda trânsito em julgado. Prazo de 010 dia(s). Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

EXECUÇÃO DE MEDIDA

00257 - 001002049239-2

S.educando: M.S.C. => DECISÃO: Pedido Deferido. FINAL DE SENTENÇA: Isto Posto, julgo extinto o processo com julgamento do mérito, reconhecendo a decadência do direito do Estado de aplicar medida socioeducativa a M.S.C., conforme o disposto no art. 2º c/c art. 121, § 5º, do ECA. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com as cautelas legais Anote-se, publique-se e intime-se. Boa Vista/RR, 25 de setembro de 2003. (o) Dr. Parima Dias Veras, Juiz Substituto do Juizado da Infância e da Juventude. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00258 - 001002049629-4

S.educando: J.N.S. => DECISÃO: Pedido Deferido. Isto posto, homologo o arquivamento proposto pelo Ministério Público, de acordo com o art. 181 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Anote-se. Custas pelo Estado. Publique-se. Registre-se. Intime-se e, após o trânsito em julgado, arquivem-se com as cautelas legais. Boa Vista/RR, 18 de setembro de 2003. Dr. Parima Dias Veras, Juiz Substituto do Juizado da Infância e da Juventude. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00259 - 001002049631-0

S.educando: C.S.B. => DECISÃO: Pedido Deferido. FINAL DE SENTENÇA: Isto Posto, julgo extinto o processo com julgamento do mérito, reconhecendo que o socioeducando cumpriu a medida que lhe foi aplicada, satisfazendo, pois, a pretensão estatal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com as cautelas legais Anote-se, publique-se e intime-se. Boa Vista/RR, 25 de setembro de 2003. (o) Dr. Parima Dias Veras, Juiz Substituto do Juizado da Infância e da Juventude. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00260 - 001003061852-3

S.educando: J.R. => DECIDO manter a medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida, do educando J. R., considerando, que o socioeducando ainda necessita melhorar seu senso de responsabilidade. Oficie-se a SEMDES para elaboração do novo plano individual de execução, com especial atenção para as condições de cumprimento, devendo ser avaliado no prazo de 30 (trinta) dias. Comunique-se ao SI a presente decisão. Dou as partes por intimadas nesta audiência. Publique-se. Registre-se. (a) Parima Dias Veras. Juiz Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA

00261 - 001002048757-4

Autor: D.P. e outros => Isto Posto, considerando que a requerida já quitou a multa referente a Infração Administrativa, e em consonância com a r. cota ministerial, julgo extinta a execução, com julgamento de mérito, conforme art. 794, I, do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Custas pelo Estado. P.R.I. Boa Vista, 22 de setembro de 2003 (o) Parima Dias Veras - Juiz Substituto do Juizado da Infância e da Juventude. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

RELATÓRIO ATO INFRACIONAL

00262 - 001002049552-8

Autor: O.M.P.E.R.; Educando: A.A.R. => FINAL DE SENTENÇA: ... Desta forma homologo por sentença a remissão proposta pelo Ministério Público ao adolescente A. A. R., a fim de despertar-lhe uma maior maturidade nas atitudes que venha a tomar, extinguindo consequentemente o presente feito, com julgamento de mérito, aplico ainda as medidas sócioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade, na forma do art. 117 do ECA, e a medida de Liberdade Assistida, na forma dos artigos 118 e 119 do ECA. O adolescente fica cientificado de que o descumprimento das medidas ora aplicadas, ensejará em sancionatória de internação. Expeça-se a carta de execução para formação do respectivo processo. Após o trânsito em julgado lance-se o nome do adolescente no livro competente de remissão c/c medida sócio-educativa e arquivem-se dando-se as baixas legais. Anote-se. Custas pelo Estado. Expeça-se as guias de P.S.C. e L.A. a SEMDES. (a) Parima Dias Veras. Juiz Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00263 - 001003062179-0

Educando: A.S.L. => FINAL DE SENTENÇA: DECIDO. Desta forma homologar por sentença a remissão proposta pelo Ministério Público, ao adolescente A. S. L., extinguindo consequentemente o presente feito, com julgamento do mérito, aplico ainda a medida sócio-educativa de Prestação de Serviço à Comunidade, na forma do art. 117 ECA e a medida de Liberdade Assistida, na forma dos artigos 118 e 119 do ECA, o adolescente fica cientificado de que o descumprimento da medida ora aplicada ensejará em sancionatória de internação. Expeça-se a carta de execução para formação do respectivo processo. Após o trânsito em julgado lance-se o nome do adolescente no livro competente de remissão c/c medida sócio-educativa e arquivem-se dando as baixas legais. Anote-se. Custas pelo Estado. Expeça-se a guia de P.S.C. e L.A. a SEMDES. Publique-se. Registre-se. Boa Vista/RR 24.09.2003 (a) Parima Dias Veras. Juiz Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00264 - 001003062185-7

Educando: R.S.S. => Isto Posto, homologo o arquivamento proposto pelo Ministério Público, de acordo com o art. 181 da lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Anote-se. Custas pelo Estado. P.R.I. e, após o trânsito em julgado, arquivem-se com as cautelas legais. Boa Vista, 18 de setembro de 2003. (o) Parima Dias Veras - Juiz Substituto do Juizado da Infância e da Juventude. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00265 - 001003062196-4

Educando: V.A.S. e outros => Desta forma homologo por sentença a remissão proposta pelo Ministério Público aos adolescentes V. A. S e J. da S. S., extinguindo consequentemente o presente feito, com julgamento do mérito, aplico ainda as medidas sócioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade, na forma do art. 117 do ECA e a medida de Liberdade Assistida, na forma dos artigos 118 e 119 do ECA. Os adolescentes ficam cientificados de que o descumprimento das medidas ora aplicadas, ensejará em sancionatória de internação.

Expeça-se a carta de execução para formação dos respectivos processos. Após o trânsito em julgado lance-se os nomes dos adolescentes no livro competente de remissão c/c medida sócioeducativa e archive-se dando-se as baixas legais. Anote-se. Custas pelo Estado. Expeça-se as guias de P.S.C. e L.A. a SEMDES. Dou as partes por intimadas nesta audiência. Publique-se. Registre-se. (a) Parima Dias Veras. Juiz Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00266 - 001003062197-2

Educando: L.Q.S. => FINAL DE SENTENÇA: DECIDO. O adolescente ouvido perante a autoridade policial confessou ter adquirido uma bicicleta oriunda de furto, o que caracteriza o ato infracional já mencionado. Desta forma homologo por sentença a proposta de remissão do Ministério Público ao adolescente L.Q. S., extinguindo consequentemente o presente feito, com julgamento de mérito, aplico ainda as medidas sócio-educativas de Prestação de Serviço à Comunidade, na forma do art. 117 do ECA, e a medida de Liberdade Assistida, na forma dos artigos 118 e 119 do ECA. O adolescente fica cientificado de que o descumprimento das medidas ora aplicadas, ensejará em sancionatória de internação. Expeça-se a carta de execução para formação do respectivo processo. Após o trânsito em julgado lance-se o nome do adolescente no livro competente de remissão c/c medida sócio-educativa e archive-se dando-se as baixas legais. Anote-se. Custas pelo Estado. P. R. "Boa Vista/RR 24.09.2003 (a) Parima Dias Veras. Juiz Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00267 - 001003062198-0

Educando: H.R.S. => FINAL DE SENTENÇA: DECIDO. Desta forma homologar por sentença a remissão proposta pelo Ministério Público, ao adolescente H. R. S., extinguindo consequentemente o presente feito, com julgamento do mérito, aplico ainda a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida, na forma dos artigos 118 e 119 do ECA, o adolescente fica cientificado de que o descumprimento da medida ora aplicada ensejará em sancionatória de internação. Expeça-se a carta de execução para formação do respectivo processo. Após o trânsito em julgado lance-se o nome do adolescente no livro competente de remissão c/c medida sócio-educativa. Determino, ainda, por não interessar mais ao presente procedimento, a restituição da motocicleta apreendida, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas que possam ser aplicadas pelo DETRAN-RR, se por outro motivo a mesma não estiver apreendida. Anote-se. Custas pelo Estado. Publique-se. Registre-se. "Boa Vista/RR 24.09.2003 (a) Parima Dias Veras. Juiz Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00268 - 001003062200-4

Educando: L.R.S. => e assim aplico à adolescente a seguinte advertência: "fica advertida de que a conduta que lhe fora atribuída compromete o seu desenvolvimento como pessoa e, caso reincida, poderá trazer sérios prejuízos para o seu futuro, pela dificuldade que terá para obter emprego e recuperar a confiança das pessoas com quem costuma ter contato e que o descumprimento da lei compromete a paz social, por estimular a delinquência e desmoralizar os órgãos estatais de prevenção e repressão, afora o comprometimento da sua própria imagem junto à comunidade onde vive, além de certamente ter trazido transtorno para os seus familiares. Deverá, diante disso, repensar sua atitude a fim de que, no futuro, se abstenha de agir de modo contrário aos ditames legais e morais, de modo a se tornar uma adulta respeitável, capaz de contribuir para o bem estar social". (a) Parima Dias Veras. Juiz Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00269 - 001003062202-0

Educando: R.M.V. => Desta forma homologo por sentença a remissão proposta pelo Ministério Público ao adolescente R. M. de V., extinguindo consequentemente o presente feito, com julgamento do mérito, aplico ainda as medidas sócioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade, na forma do art. 117 do ECA e a medida de Liberdade Assistida, na forma dos artigos 118 e 119 do ECA. O adolescente fica cientificado de que o descumprimento das medidas ora aplicadas, ensejará em sancionatória de internação. Expeça-se a carta de execução para formação dos respectivos processos. Após o trânsito em julgado lance-se o nome do adolescente no livro competente de remissão c/c medida sócioeducativa e archive-se dando-se as baixas legais. Anote-se. Custas pelo Estado. Expeça-se as guias de P.S.C. e L.A. a SEMDES. Dou as partes por intimadas nesta audiência. Publique-se. Registre-se. (a) Parima Dias Veras. Juiz Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00270 - 001003062204-6

Educando: N.F.L.J. => Desta forma homologo por sentença a remissão proposta pelo Ministério Público ao adolescente N. F. da L. J., extinguindo consequentemente o presente feito, com julgamento do mérito, aplico ainda as medidas sócioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade, na forma do art. 117 do ECA e a medida de Liberdade Assistida, na forma dos artigos 118 e 119 do ECA. O adolescente fica cientificado de que o descumprimento das medidas ora aplicadas, ensejará em sancionatória de internação. Expeça-se a carta de execução para formação dos respectivos processos. Após o trânsito em julgado lance-se o nome do adolescente no livro competente de remissão c/c medida sócioeducativa e archive-se dando-se as baixas legais. Anote-se. Custas pelo Estado. Expeça-se as guias de P.S.C. e L.A. a SEMDES. Dou as partes por intimadas nesta audiência. Publique-se. Registre-se. (a) Parima Dias Veras. Juiz Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00271 - 001003062206-1

Educando: G.M.S. => Desta forma homologo por sentença a remissão ajustada pelo Ministério Público a G. M. da S., já qualificado nos autos, para excluí-lo do processo, julgando extinto o mesmo, com julgamento do mérito, e aplico a medida sócioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade, na forma do art. 117 do ECA. O adolescente fica cientificado de que o descumprimento da medida aplicada, poderá ensejar em medida sancionatória de internação. Expeça-se a carta de execução para formação do respectivo processo. Após o trânsito em julgado lance-se o nome do adolescente no livro competente de remissão c/c medida sócioeducativa e archive-se dando-se as baixas competentes. Anote-se. Custas pelo Estado. Expeça-se as guias de Prestação de Serviços à Comunidade a SEMDES. Dou as partes por intimadas nesta audiência. Publique-se. Registre-se. (a) Parima Dias Veras. Juiz Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00272 - 001003062209-5

Educando: L.C.T.S. => FINAL DE SENTENÇA: DECIDO. Desta forma homologar por sentença a remissão proposta pelo Ministério Público, ao adolescente L. C. T. S., extinguindo consequentemente o presente feito, com julgamento do mérito, aplico ainda a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida, na forma dos artigos 118 e 119 do ECA, o adolescente fica cientificado de que o

descumprimento da medida ora aplicada ensejará em sancionatória de internação. Expeça-se a carta de execução para formação do respectivo processo. Defiro ainda o prazo de cinco dias para quem o ilustre representante do adolescente junte aos autos o instrumento de mandato. Após o trânsito em julgado lance-se o nome do adolescente no livro competente de remissão c/c medida sócio-educativa e arquite-se dando as baixas legais. Anote-se. Custas pelo Estado. Expeça-se a guia de L.A. a SEMDES. Publique-se. Registre-se“. Boa Vista/RR 24.09.2003 (a) Parima Dias Veras. Juiz Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**COMARCA DE BOA VISTA
JUIZADOS ESPECIAIS**

ÍNDICE POR ADVOGADOS

000021RR =>00036
000048RR-B =>00009
000110RR-B =>00028, 00040
000162RR-A =>00042
000209RR =>00003
000223RR-A =>00028
000226RR =>00003
000236RR-A =>00007
000285RR =>00037

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

JESP 1A CÍVEL

Juiz(íza): Tânia Maria Vasconcelos D de Souza Cruz

HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO

00001 - 001003070180-8

Requerente: Lindomar Lima dos Santos; Requerido: Dadimilson da Conceição Santos => Distribuição por Sorteio em 19/09/2003. Valor da Causa: R\$ 1.000,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

MONITÓRIA

00002 - 001003070184-0

Autor: Elinete Cunha Lôbo; Réu: Samia Sampaio da Silva => Distribuição por Sorteio em 19/09/2003. Valor da Causa: R\$ 830,12. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

JESP 2A CÍVEL

Juiz(íza): Erick Cavalcanti Linhares Lima

INDENIZAÇÃO

00003 - 001003070643-5

Autor: Janaina Cavalcanti; Réu: Adivane Dias Galdino e outros => Distribuição por Sorteio em 19/09/2003. Valor da Causa: R\$ 9.600,00. Adv - Alexander Ladislau Menezes , Samuel Weber Braz.

JESP 3A CÍVEL

Juiz(íza): Elaine Cristina Bianchi

ACÇÃO DE COBRANÇA

00004 - 001003070188-1

Autor: Maria Lizamar Mesquita Barros; Réu: Iran de Conceição Santana => Distribuição por Sorteio em 19/09/2003. Valor da Causa: R\$ 358,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO

00005 - 001003070182-4

Requerente: Francisco Gomes da Costa; Requerido: Manoel dos Santos => Distribuição por Sorteio em 19/09/2003. Valor da Causa: R\$ 270,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

INDENIZAÇÃO

00006 - 001003070186-5

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2735 Boa Vista-RR, 27 de setembro de 2003.

Autor: Natalia Silva de Sousa; Réu: Nely Maria Bianchine => Distribuição por Sorteio em 19/09/2003. Valor da Causa: R\$ 442,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00007 - 001003070190-7

Autor: Joao Maria Rodrigues de Albuquerque; Réu: Credicard - Administradora de Cartoes de Credito Ltda => Distribuição por Sorteio em 19/09/2003. Valor da Causa: R\$ 9.600,00. Adv - Denise Abreu Cavalcanti.

00008 - 001003070633-6

Autor: Marcos Edivaldo Souza Ferreira; Réu: Banco do Brasil S/A => Distribuição por Sorteio em 19/09/2003. Valor da Causa: R\$ 4.000,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00009 - 001003070641-9

Autor: Francisco Mesquita Cardoso; Réu: Waldenilson Alves da Costa => Distribuição por Sorteio em 19/09/2003. Valor da Causa: R\$ 8.620,00. Adv - Jaildo Peixoto da Silva.

JESP 1A CRIMINAL

Juiz(íza): Tânia Maria Vasconcelos D de Souza Cruz

CRIME C/ PESSOA

00010 - 001003070174-1

Indiciado: A.B.S. => Distribuição por Sorteio em 19/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00011 - 001003070198-0

Indiciado: O.P.S. => Distribuição por Sorteio em 19/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00012 - 001003070631-0

Indiciado: J.S.G.N. => Distribuição por Sorteio em 19/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00013 - 001003070647-6

Indiciado: A.C.S. => Distribuição por Sorteio em 19/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME DE TÓXICOS

00014 - 001003070649-2

Indiciado: A.A. => Distribuição por Sorteio em 19/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME PORTE ILEGAL ARMA

00015 - 001003070655-9

Indiciado: L.P.S. => Distribuição por Sorteio em 19/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

JESP 2A CRIMINAL

Juiz(íza): Erick Cavalcanti Linhares Lima

CRIME C/ PESSOA

00016 - 001003070651-8

Indiciado: A.S.S. => Distribuição por Sorteio em 19/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

Juiz(íza): Marcelo Mazur

CRIME C/ PESSOA

00017 - 001003070194-9

Indiciado: N.P.M.N. => Distribuição por Sorteio em 19/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00018 - 001003070635-1

Indiciado: N.F.M. e outros => Distribuição por Sorteio em 19/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME PORTE ILEGAL ARMA

00019 - 001003070653-4

Indiciado: L.C.C. => Distribuição por Sorteio em 19/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

JESP 3A CRIMINAL

Juiz(íza): Elaine Cristina Bianchi

CRIME C/ PESSOA

00020 - 001003070170-9

Indiciado: F.M.S. => Distribuição por Sorteio em 19/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00021 - 001003070172-5

Indiciado: A.P.S. => Distribuição por Sorteio em 19/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00022 - 001003070176-6

Indiciado: C.M.A. => Distribuição por Sorteio em 19/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00023 - 001003070196-4

Indiciado: J.E.O. => Distribuição por Sorteio em 19/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00024 - 001003070639-3

Indiciado: N.M.S. => Distribuição por Sorteio em 19/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

JESP 2A CÍVEL

Expediente de 19/09/2003

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Erick Cavalcanti Linhares Lima
ESCRIVÃO(Ã) :
Luciana Silva Callegário
Marcos André de Souza Prill

ACÇÃO DE COBRANÇA

00025 - 001002044681-0

Autor: Raimundo Silva da Penha; Réu: José Erenilton Marques => FINAL DE SENTENÇA...Isto posto, face à ausência superveniente de interesse de agir, com amparo no art.52, caput, LJE c/c art. 267,VIdo CPC, julgo extinto o presente feito, sem apreciação de mérito. Sem custas e honorários advocatícios. P.R.I. Boa Vista-RR, 05 de setembro de 2003.LUIZ ALBERTO DE MORAIS JUNIOR- Juiz Substituto Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00026 - 001002056168-3

Autor: José Gomes de Castro; Réu: Hely de Deus Lima Ferreira => FINAL DE SENTENÇA...Isto posto, face à ausência superveniente de interesse de agir, com amparo no art.52, caput, LJE c/c art. 267,VIdo CPC, julgo extinto o presente feito, sem apreciação de mérito. Sem custas e honorários advocatícios. P.R.I. Boa Vista-RR, 05 de setembro de 2003.LUIZ ALBERTO DE MORAIS JUNIOR- Juiz Substituto Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00027 - 001003064297-8

Autor: Meire Jeramim Ferreira Santiago; Réu: Jose Almeida da S Filho => FINAL DE SENTENÇA...Isto posto, amparado no citado art.794,I, do CPC julgo extinta a presente execução movida por MEIRE JERAMIM FERREIRA SANTIAGO em face de JOSÉ ALMEIDA DA S. FILHO.Sem custas. P.R.Intimem-se.Após, certificado o trâmite em julgado, archive-se. Boa Vista-RR,08 de setembro de 2003.LUIZ ALBERTO DE MORAIS JUNIOR -Juiz Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

EXECUÇÃO

00028 - 001002052297-4

Exeqüente: Eliane de Sousa Oliveira; Executado: Nilzo Souza Nascimento => FINAL DE SENTENÇA...Isto posto, amparado no citado art. 267, inciso VIII, do CPC julgo extinta sem julgamento do mérito a presente execução movida por MARIA DAS GRAÇAS VERAS FEITOSAS em face de MANOEL FERREIRA DO NASCIMENTO.Defiro o desentranhamento dos documentos, mediante a juntada de fotocópia. Sem custas.P.R.Intimem-se. Após, certificado o trâmite em julgado, archive-se. Boa Vista-RR,26 de agosto de 2003. ERICK C. L.LIMA-Juiz Substituto Adv - Mamede Abrão Netto, Milton César Pereira Batista.

00029 - 001002056142-8

Exeqüente: Marcia Peixoto dos Santos; Executado: Elizolete Trindade Monteiro => FINAL DE SENTENÇA... Isto posto, considerando tudo mais que nos autos consta, JULDO PROCEDENTE a pretensão deduzida pelo autor. Sem custas.Incidência da primeira parte da regra do art.55 da Lei nº 9.099/95.Publicue-se.Registre-se.Intimem-se. Boa Vista-RR,20 de agosto de 2003. LUIZ ALBERTO DE MORAIS JUNIOR-Juiz Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO

00030 - 001002044736-2

Requerente: Adayas Fernandes da Silva; Requerido: Concita Teles Ferreira => FINAL DE SENTENÇA...Isto posto, face à ausência superveniente de interesse de agir, com amparo no art.52, caput, LJE c/c art. 267,VIdo CPC, julgo extinto o presente feito, sem

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2735 Boa Vista-RR, 27 de setembro de 2003.

apreciação de mérito. Sem custas e honorários advocatícios. P.R.I. Boa Vista-RR, 22 de agosto de 2003.LUIZ ALBERTO DE MORAIS JUNIOR- Juiz Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00031 - 001002051203-3

Requerente: Atacadão Junges - Me; Requerido: Silvio José Cunha Moura => FINAL DE SENTENÇA...Isto posto, face à ausência superveniente de interesse de agir, com amparo no art.52, caput, LJE c/c art. 267,Vdo CPC, julgo extinto o presente feito, sem apreciação de mérito. Sem custas e honorários advocatícios. P.R.I. Boa Vista-RR, 05 de setembro de 2003.LUIZ ALBERTO DE MORAIS JUNIOR- Juiz Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00032 - 001003058180-4

Requerente: Maria do Perpetuo S Mangabeira Filgueira; Requerido: Alissiane Tobias da Silva => FINAL DE SENTENÇA...Isto posto, face à ausência superveniente de interesse de agir, com amparo no art.52, caput, LJE c/c art. 267,Vdo CPC, julgo extinto o presente feito, sem apreciação de mérito. Sem custas e honorários advocatícios. P.R.I. Boa Vista-RR, 05 de setembro de 2003.LUIZ ALBERTO DE MORAIS JUNIOR- Juiz Substituto Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00033 - 001003060918-3

Requerente: Betonio da Silva Monteiro; Requerido: Marcos Gomes Rosa => FINAL DE SENTENÇA...Isto posto, face à ausência superveniente de interesse de agir, com amparo no art.52, caput, LJE c/c art. 267,Vdo CPC, julgo extinto o presente feito, sem apreciação de mérito. Sem custas e honorários advocatícios. P.R.I. Boa Vista-RR, 22 de agosto de 2003.LUIZ ALBERTO DE MORAIS JUNIOR- Juiz Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00034 - 001003064025-3

Requerente: Geferson Nunes dos Santos; Requerido: Nadir Marinho de Amarante => FINAL DE SENTENÇA...Isto posto, face à ausência superveniente de interesse de agir, com amparo no art.52, caput, LJE c/c art. 267,Vdo CPC, julgo extinto o presente feito, sem apreciação de mérito. Sem custas e honorários advocatícios. P.R.I. Boa Vista-RR, 22 de agosto de 2003.LUIZ ALBERTO DE MORAIS JUNIOR- Juiz Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00035 - 001003066149-9

Requerente: Homero Brito Vieira; Requerido: Antônio Martins Uchôa => FINAL DE SENTENÇA...Isto posto, face à ausência superveniente de interesse de agir, com amparo no art.52, caput, LJE c/c art. 267,Vdo CPC, julgo extinto o presente feito, sem apreciação de mérito. Sem custas e honorários advocatícios. P.R.I. Boa Vista-RR, 22 de agosto de 2003.LUIZ ALBERTO DE MORAIS JUNIOR- Juiz Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

INDENIZAÇÃO

00036 - 001002029672-8

Autor: João Paulo John Viana; Réu: Telemar Norte Leste S/A => FINAL DE SENTENÇA...Ante o exposto, julgo extinto o presente processo, sem conhecimento do mérito, com base no dispositivo acima declinado.Custas pela requerente(art.51,§ 2º da Lei 9.099/95).P.R.I. Em, 18 de maio de 2002. ERICK C.L. LIMA- Juiz de Direito. Adv - Pedro Xavier Coelho Sobrinho.

00037 - 001003068502-7

Autor: Henrique Pereira Coimbra; Réu: Boa Vista Energia S/A => Aguarde -se realização da audiência prevista para 06/10/2003. Adv - Emerson Luis Delgado Gomes.

MONITÓRIA

00038 - 001001017867-0

Autor: Marinete Nunes Lima; Réu: Paulo Marcelo Ribeiro Freitas => FINAL DE SENTENÇA...Isto posto, face à ausência superveniente de interesse de agir, com amparo no art.52, caput, LJE c/c art. 267,Vdo CPC, julgo extinto o presente feito, sem apreciação de mérito. Sem custas e honorários advocatícios. P.R.I. Boa Vista-RR, 05 de setembro de 2003.LUIZ ALBERTO DE MORAIS JUNIOR- Juiz Substituto Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00039 - 001003060140-4

Autor: Arlene Alves da Conceição; Réu: Marlene Alfredo => FINAL DE SENTENÇA...Isto posto, amparado no citado art.794,I, do CPC julgo extinta a presente execução movida por ARLENE ALVES DA CONCEIÇÃO em face de MARLENE ALFREDO . Defiro o desentranhamento às fls. 05/06, mediante a juntada de fotocópia. Sem custas. P.R.Intimem-se. Após, certificado o trâmite em julgado, arquite-se. Boa Vista-RR,09 de setembro de 2003.LUIZ ALBERTO DE MORAIS JUNIOR-Juiz Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00040 - 001003068557-1

Autor: Raimundo Costa da Silva Filho; Réu: Willians dos Santos Almeida => DESPACHO: Expeça-se mandado injuntivo.Em,08/09/2003.LUIZ ALBERTO DE MORAIS JUNIOR- Juiz Substituto. Adv - Milton César Pereira Batista.

POSSESSÓRIA

00041 - 001003057321-5

Autor: Francine Fernandes da Costa; Réu: Elias da Silva => FINAL DE SENTENÇA...Isto posto, face à ausência superveniente de interesse de agir, com amparo no art.52, caput,LJE c/c art. 267,Vdo CPC, julgo extinto o presente feito, sem apreciação de mérito.Sem custas e honorários advocatícios. P.R.I. Boa Vista-RR, 22 de agosto de 2003.LUIZ ALBERTO DE MORAIS JUNIOR - Juiz Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

REIVINDICATÓRIA

00042 - 001003067254-6

Autor: Ariston Pereira de Andrade; Réu: Gildeon de Paiva Castro => Audiência de CONCILIAÇÃO adiada para o dia 17/10/2003 às 10:00 horas. Adv - Hindenburgo Alves de O. Filho.

RESCISÃO/RESTITUIÇÃO

00043 - 001003068471-5

Requerente: Kleber Vinicius Feitosa Pimentel; Requerido: Tim => FINAL DE DECISÃO: Por tais fundamentos, defiro a antecipação dos efeitos da tutela pleiteada para impossibilitar o requerido de efetuar a inclusão do nome do requerente no SPC e SERASA em razão da dívida ora analisada. Oficie-se os serviços de restituição de crédito SPC e SERASA. Determino, ainda, ante à saciedade e robusteza dos documentos apresentados pela parte autora, a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII de nosso CDC. Conste tal decisão no mandado de citação. Ao cabo, determino ao diligente Cartório Secretário deste Juizado que designe data para realização da audiência de conciliação, procedendo-se a citação da Reclamada, com a cominação acima estipulada. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência, viabilizando-se a decisão. Boa Vista-RR, 09 de setembro de 2003. LUIZ ALBERTO DE MORAIS JUNIOR - Juiz Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**COMARCA DE BOA VISTA
JUIZADOS ESPECIAIS**

ÍNDICE POR ADVOGADOS

000010RR =>00037
000023RR =>00036
000037RR =>00036
000060RR =>00030
000098RR-A =>00044
000110RR-B =>00031
000118RR =>00044
000120RR-B =>00044
000135RR-B =>00041
000171RR-B =>00036
000181RR-A =>00032
000189RR =>00040
000209RR =>00040
000212RR =>00039
000223RR-A =>00031
000226RR =>00040
000236RR =>00032, 00039
000262RR =>00034, 00042, 00043
000269RR =>00037
000278RR =>00010, 00038
000281RR =>00033
000282RR =>00035
000285RR =>00009
000288RR =>00042, 00043
000337RR =>00033

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

JESP 1A CÍVEL

Juiz(iza): Tânia Maria Vasconcelos D de Souza Cruz

AÇÃO DE COBRANÇA

00001 - 001003070242-6

Autor: Francisco da Silva Conceição; Réu: Analio de Tal => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 20,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PRECATÓRIA CÍVEL

00002 - 001003070236-8

Requerente: Tânia Mara da Costa Haddad; Requerido: Telemar - Telecomunicações de Roraima S/A => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 5.626,35. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

JESP 2A CÍVEL

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2735 Boa Vista-RR, 27 de setembro de 2003.

Juiz(iza): Erick Cavalcanti Linhares Lima

AÇÃO DE COBRANÇA

00003 - 001003070240-0

Autor: Ivanildo dos Santos Palheta; Réu: Paulo Mecanico de Tal => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 100,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00004 - 001003070250-9

Autor: Maria Aldenes de Souza; Réu: Maicon Rulizon => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 236,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

JESP 3A CÍVEL

Juiz(iza): Elaine Cristina Bianchi

AÇÃO DE COBRANÇA

00005 - 001003070244-2

Autor: Loracy Oliveira; Réu: Ednilza Menezes => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 88,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00006 - 001003070248-3

Autor: Jose Ribamar dos Santos Quaresma; Réu: Cimex - Comercio Importação e Exportação Ltda => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 1.741,64. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

EXECUÇÃO

00007 - 001003070267-3

Exequente: Elizete Coelho Peixoto; Executado: Sonia de Nunes da Silva => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 111,15. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO

00008 - 001003070269-9

Requerente: Valdete Lima Saraiva; Requerido: Carlos Pereira Costa => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 300,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

INDENIZAÇÃO

00009 - 001003070284-8

Autor: Elvo Pigari Junior; Réu: Vivo => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 9.600,00. Adv - Emerson Luis Delgado Gomes.

MONITÓRIA

00010 - 001003070246-7

Autor: Sirlei Aparecida Biachi; Réu: Francisca Gerlandia Barbosa => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Valor da Causa: R\$ 9.235,27. Adv - Randerson Melo de Aguiar.

JESP 1A CRIMINAL

Juiz(iza): Tânia Maria Vasconcelos D de Souza Cruz

CRIME C/ PESSOA

00011 - 001003070256-6

Indiciado: M.S.C.G. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00012 - 001003070258-2

Indiciado: R.C.P. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00013 - 001003070262-4

Indiciado: A.C.M. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00014 - 001003070268-1

Indiciado: M.R.S.F. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00015 - 001003070276-4

Indiciado: J.J.S. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

JESP 2A CRIMINAL

Juiz(iza): Erick Cavalcanti Linhares Lima

CONTRAVENÇÃO PENAL

00016 - 001003070274-9

Indiciado: S.M.C. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00017 - 001003070272-3

Indiciado: R.A.C. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ PESSOA

00018 - 001003070286-3

Indiciado: N.C.A.T.S. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

Juiz(iza): Marcelo Mazur

CONTRAVENÇÃO PENAL

00019 - 001003070266-5

Indiciado: A.L.V.F. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ PESSOA

00020 - 001003070264-0

Indiciado: C.A.B.D. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00021 - 001003070282-2

Indiciado: U.D.S.O. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

JESP 3A CRIMINAL

Juiz(iza): Elaine Cristina Bianchi

CRIME C/ PESSOA

00022 - 001003070254-1

Indiciado: P.P.S. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00023 - 001003070260-8

Indiciado: J.G.S. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00024 - 001003070270-7

Indiciado: R.L.B.S. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00025 - 001003070278-0

Indiciado: A.N.M.S. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00026 - 001003070280-6

Indiciado: R.L.T. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00027 - 001003070644-3

Indiciado: J.B.L.A. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00028 - 001003070666-6

Indiciado: D.P.F.M. => Distribuição por Sorteio em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

RESTITUIÇÃO COISA APREEND

00029 - 001003070252-5

Indiciado: C.A.F.S. => Distribuição por Dependência em 25/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

Expediente de 25/09/2003

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Tânia Maria Vasconcelos D de Souza Cruz
ESCRIVÃO(Ã) :
Flávio Dias de Souza Cruz Júnior

INDENIZAÇÃO

00030 - 001003067263-7

Autor: Antonio William Vieira; Réu: Boa Vista Energia S/A => SENTENÇA: Execução extinta nos termos do art. 794 do CPC. Boa Vista, 17.09.2003. (a) Luiz Alberto Moraes Júnior - Juiz de Direito Substituto. Adv - José Luiz Antônio de Camargo.

JESP 3A CÍVEL

Expediente de 25/09/2003

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Elaine Cristina Bianchi
ESCRIVÃO(Ã) :
Alexandre Martins Ferreira

AÇÃO DE COBRANÇA

00031 - 001003060391-3

Autor: Maria do Socorro Mesquita de Souza; Réu: Divino de Sousa Moreira => Vistos, etc. Face a ausência da parte suplicante à esta audiência, a teor do art. 51, I, da Lei 9099/95, JULGO EXTINTO o processo sem julgamento de mérito. Custas pela parte autora, conforme art. 51, § 2º, da Lei 9099/95. P.R.I., observadas as formalidades legais, archive-se. P.R.I. ELAINE CRISTINA BIANCHI - Juíza de Direito Adv - Mamede Abrão Netto, Milton César Pereira Batista.

00032 - 001003062523-9

Autor: Henrique Peixoto Neto; Réu: Salomão Rocha Bringel e outros => Por consequência, ante a injustificada ausência do Autor à Sessão de Instrução e Julgamento, JULGO EXTINTO o presente processo com fulcro no inciso I, do artigo 51, da Lei nº 9099/95. Custas pelo Autor, conforme preceitua o § 2º, do artigo 51, da Lei nº 9099/95. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial ao Autor, se assim o requerer, mediante comprovação do recolhimento das custas. Observadas as formalidades legais, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista, em 17 de setembro de 2003. ELAINE CRISTINA BIANCHI - Juíza de Direito Adv - Josué dos Santos Filho, Clodoci Ferreira do Amaral.

00033 - 001003069325-2

Autor: Maria Luiza Pereira; Réu: Franklin Gutemberg => Aguarda expedição de publicação e mandado. DESPACHO: Designe-se data para audiência conciliatória. II. Cite-se e intime-se. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA: dia 27 de outubro de 2003, às 10:30 horas. Boa Vista, 11/09/2003. (a) Elaine Cristina Bianchi - juíza de Direito. Adv - Miriam Di Manso, Rogenilton Ferreira Gomes.

00034 - 001003069371-6

Autor: Josenildo Bezerra de Oliveira; Réu: Jander Vicente Cavalcante Ramalho => Aguarda expedição de publicação. DESPACHO: I. Faculto ao Autor a emenda à inicial para que regularize sua legitimidade bem como representação processual nos termos do art. 275, b, do c/c art. 32, da convenção de condomínio, fls. 11/18, prazo de 10 (dez) dias; II. Intime-se. Boa Vista, 11/09/03. (a) Elaine Cristina Bianchi - Juíza de Direito. Adv - Helaine Maise de Moraes.

EXECUÇÃO

00035 - 001003058380-0

Exequente: Valter Mariano de Moura; Executado: Portela e Alves Ltda e outros => Aguarda expedição de publicação. DESPACHO: I. Diga o exequente acerca da Certidão de fls. 62, prazo de cinco dias. II. Intime-se via DPJ. Boa Vista, 17/09/03. (a) Elaine Cristina BIANCHI - Juíza de Direito. Adv - Valter Mariano de Moura.

INDENIZAÇÃO

00036 - 001001018648-3

Autor: Helder Gonçalves de Almeida; Réu: Conceição Cristina Souza de Oliveira => Aguarda expedição de publicação. DESPACHO: I. Diga o credor, pela derradeira vez, acerca dos documentos de fls. 180/181, prazo de 48 horas, sob pena de extinção e liberação das penhoras; II. Intime-se via DPJ. Boa Vista, 11/09/03 (a) Elaine Cristina Bianchi - Juíza de Direito. Adv - Maria do Socorro R de Freitas, Daysy Gonçalves Q. Ribeiro, Denise Abreu Cavalcanti.

00037 - 001002047356-6

Autor: Honorina Prestes da Silva; Réu: Spies & Campos Corretora de Seguros Ltda => Aguarda expedição de publicação. DESPACHO: I. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença de fls. 51; II. Após, defiro fls. 59 pelo prazo de 10 (dez) dias. Boa Vista, 17/09/03. (a) Elaine Cristina Bianchi - Juíza de Direito. **AVERBADO** Adv - Vilmar Francisco Maciel, Rodolpho César Maia de Moraes.

00038 - 001003060013-3

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2735 Boa Vista-RR, 27 de setembro de 2003.

Autor: Iane Coelho de Souza; Réu: Amazônia Celular S/A => Deste modo, converto o julgamento em diligência, para determinar à autora que junte aos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, a nota fiscal de serviços do terminal telefônico nº 9972-4080, referente ao mês de janeiro de 2003. Int. (DPJ). Boa Vista, 18 de setembro de 2003. ELAINE CRISTINA BIANCHI - Juíza de Direito Adv - Randerson Melo de Aguiar.

00039 - 001003060143-8

Autor: Olindo José Possenatto Toaldo; Réu: Lionara Crisdana S C Araujo => Aguarda expedição de publicação. DESPACHO: Diga o autor, acerca dos documentos de fls. 46/48, prazo de cinco dias. Boa Vista, 17/09/2003. (a) Elaine Cristina Bianchi - Juíza de Direito. Adv - Josué dos Santos Filho, Stélio Dener de Souza Cruz.

00040 - 001003065457-7

Autor: Helio Angelo Baldi; Réu: Telemar Norte Leste S/A => Aguarda expedição de publicação e mandado. DESPACHO: I. Aguarde-se a realização da audiência designada às fls. 27; II. Intimem-se. oa Vista, 19/09/03. (a) Elaine Cristina Bianchi - Juíza de Direito. Adv - Alexander Ladislau Menezes , Samuel Weber Braz, Lenon Geyson Rodrigues Lira.

00041 - 001003069404-5

Autor: Jose Ribamar de Souza Ferreira; Réu: Expresso Roraima Ltda => Aguarda expedição de publicação e mandado. DESPACHO: I. DEsigne-se data para audiência conciliatória; II. Cite-se e intime-se. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA: dia 07 de outubro de 2003 às 11:30 hs. Boa Vista, 11/09/2003. (a) Elaine Cristina Bianchi - Juíza de Direito. Adv - José Arivaldo de Azevedo.

MONITÓRIA

00042 - 001003065616-8

Autor: M A Araujo Gomes - Me; Réu: Expedito Peixoto Nunes => Desse modo, ausentes os pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo, JULGO EXTINTO o presente feito sem julgamento do mérito, com fundamento no dispositivo contido no artigo 267, IV, do Código de Processo Civil. Transitada em julgado, archive-se, observadas as formalidades legais. P.R.I. Boa Vista/ RR, em 22/09/03. ELAINE CRISTINA BIANCHI - Juíza de Direito Adv - Helaine Maise de Moraes, Silene Maria Pereira Franco.

00043 - 001003065628-3

Autor: M A Araujo Gomes - Me; Réu: Maria Perpetuo S Fialho Chaves => Desse modo, ausentes os pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo, JULGO EXTINTO o presente feito sem julgamento do mérito, com fundamento no dispositivo contido no artigo 267, IV, do Código de Processo Civil. Transitada em julgado, archive-se, observadas as formalidades legais. P.R.I. Boa Vista/ RR, em 22/09/03. ELAINE CRISTINA BIANCHI - Juíza de Direito Adv - Helaine Maise de Moraes, Silene Maria Pereira Franco.

POSSESSÓRIA

00044 - 001001018771-3

Autor: Joaquina Atkinson de Souza; Réu: Joana Veras Quadros => Aguarda expedição de publicação. DESPACHO: I. Intime-se o Advogado para devolver os autos acima referidos, no prazo de 24 horas, pena de busca e apreensão; II. Intime-se (DPJ). Boa Vista, 23/09/2003. (a) Elaine Cristina Bianchi - Juíza de Direito. Adv - Orlando Guedes Rodrigues, Carlos Alberto Meira, José Fábio Martins da Silva.

JESP 1A CRIMINAL

Expediente de 25/09/2003

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):

Tânia Maria Vasconcelos D de Souza Cruz

PROMOTOR(A) :

Cláudia Parente Cavalcanti

Elba Crhistine Amarante de Moraes

Stella Maris Kawano Dávila

Zedequias de Oliveira Junior

ESCRIVÃO(Ã) :

Flávio Dias de Souza Cruz Júnior

CRIME C/ MEIO AMBIENTE

00045 - 001003060439-0

Indiciado: J.D.V. => DECISÃO: Competência declinada. Boa Vista, 17.09.2003. (a) Luiz Alberto Moraes Júnior - Juiz de Direito Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

COMARCA DE BOA VISTA
TURMA RECURSAL – JUIZADOS ESPECIAIS

ÍNDICE POR ADVOGADOS

000023RR =>00001

000078RR =>00003

000107RR -A =>00001

000138RR =>00003
000171RR -B =>00002
000226RR =>00002

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

TURMA RECURSAL

Expediente de 25/09/2003

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Jefferson Fernandes da Silva
JUIZ(A) MEMBRO:
Jésus Rodrigues do Nascimento
Rommel Moreira Conrado
JUIZ(A) SUPLENTE:
Graciete Sotto Mayor Ribeiro
ESCRIVÃO(A) :
Eliane de Albuquerque Cavalcanti Oliveira

APELAÇÃO CÍVEL

00001 - 001003061521-4

Apelante: Sudameris Arrendamento Mercantil S/A; Apelado: Janaina Ribeiro de Castro => Indenização por Danos Morais e Materiais. Decisão: A Turma Recursal, à unanimidade, conheceu do recurso, mas lhe negou provimento, mantendo a sentença de 1º grau por seus próprios fundamentos, ressaltando que não houve pedido de redução do valor. Condenando a parte Recorrente vencida nas custas e honorários advocatícios de 10% do valor da condenação. Boa Vista/RR, 24/09/03 (a) Turma Recursal. Adv - Antonieta Magalhães Aguiar, Daysy Gonçalves Q. Ribeiro.

00002 - 001003061625-3

Apelante: Telemar Norte Leste S/A; Apelado: Denise Abreu Cavalcanti => Indenização por Danos Morais. Decisão: A Turma Recursal, à unanimidade, deu provimento ao pedido alternativo de redução do valor da condenação, reduzindo-o pela metade, ficando o valor de R\$ 1.200,00 reais, nos termos do voto do relator adiante transcrito: “Em princípio, entendo que a simples interrupção de um serviço público, por si só, não gera dano moral. Todavia, no caso em análise, verifico que o dano moral gerou-se na demora da empresa concessionária de serviço público em reparar o problema, sendo que os autos noticiam que a empresa levou duas semanas para normalizar o serviço, não havendo nenhuma contestação ao transcurso desse de interregno“. Sem custas e honorários. Boa Vista/RR, 24/09/03 (a) Turma Recursal. Adv - Alexander Ladislau Menezes , Denise Abreu Cavalcanti.

00003 - 001003061628-7

Apelante: M J M da Silva; Apelado: James Pinheiro Machado => Despacho: Inclua-se em pauta para julgamento (Sessão de julgamento designada para o dia 01.10.03 às 16:00 horas).Boa Vista/RR, 24/09/03 (a) Jefferson Fernandes da Silva - Juiz Relator. Adv - Jorge da Silva Fraxe, James Pinheiro Machado.

COMARCA DE MUCAJÁ

FÓRUM JUIZ ANTÔNIO DE SÁ PEIXOTO
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL
TRIBUNAL DO JÚRI POPULAR

Para ciência e intimação das partes.

Pauta dos processos que irão a julgamento pelo Egrégio Tribunal do Júri Popular da Comarca de Mucajá – RR, na 2ª Reunião Ordinária do ano de 2003, a ser presidido pelo MM. Juiz de Direito Titular desta Comarca, Dr. Alexandr e Magno Magalhães Vieira, a realizar-se no período compreendido entre 03 a 17 do mês de novembro do corrente ano.

Na conformidade do art. 432 do Código de Processo Penal, torno pública a lista dos processos que deverão ser julgados pelo Egrégio Tribunal do Júri Popular, a ter início no dia 03 de novembro do corrente ano, às 08 horas, no Ginásio de Esportes Francivaldo Conceição da Silva, sito à Av. Firmino Azevedo, S/N, Centro, Mucajá – RR.

Data: 03/11/2003

Hora: 08 horas

PROCESSO: 0030 02 000397 3

Autora: Justiça Pública

Réu: ONÍZIO NONATO MOREIRA

Vítima: João Costa da Silva

Art. 121 c/c artigo 14, item II do Código Penal Brasileiro.

Acusação: Ministério Público do Estado de Roraima

Defesa: Dr. Antônio Agamenon de Almeida, OAB/RR 144-A, Pedro Xavier Coelho Sobrinho, OAB/RR 021 e Antônio Cláudio de Almeida, OAB/RR 124-B

Local: Ginásio de Esportes Francivaldo Conceição da Silva

Data: 06/11/2003

Hora: 08 horas

PROCESSO: 0030 02 000175 3

Autora: Justiça Pública

Réu: LEONEL SIQUEIRA

Vítima(s): Gerisnaldo de Oliveira Mattos, Lucilene da Silva, Gerisnaldo Júnior da Silva Mattos e Gerison da Silva Mattos.

Art. 121, parágrafo 2º, incisos I, III e IV (quatro vezes) c/c artigos 61, 69 e 29 todos do Código Penal Brasileiro.

Acusação: Ministério Público do Estado de Roraima

Defesa: Defensoria Pública do Estado de Roraima

Local: Ginásio de Esportes Francivaldo Conceição da Silva

Data: 10/11/2003

Hora: 08 horas

PROCESSO: 0030 02 000035 9

Autora: Justiça Pública

Réu: JOÃO CRISOSTOMO DA CONCEIÇÃO

Vítima(s): José Afonso Silva

Art. 121, § 2º, incisos II e IV do Código Penal Brasileiro.

Acusação: Ministério Público do Estado de Roraima

Defesa: Defensoria Pública do Estado de Roraima

Local: Ginásio de Esportes Francivaldo Conceição da Silva

Data: 17/11/2003

Hora: 08 horas

PROCESSO: 0030 02 000027 6

Autora: Justiça Pública

Réu: VILMAR MOURA DOS SANTOS

Vítima(s): Raimundo Lopes da Silva

Art. 121, “caput” do Código Penal Brasileiro.

Acusação: Ministério Público do Estado de Roraima

Defesa: Dr. Rarison Tataíra, OAB/RR, 263

Local: Ginásio de Esportes Francivaldo Conceição da Silva

Mucajá – RR, 29 de agosto de 2003

**ALEXANDRE MAGNO MAGALHÃES VIEIRA
PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DO JÚRI**

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO COM PRAZO DE 10(DEZ) DIAS

O DR. **JARBAS LACERDA DE MIRANDA**, MM. Juiz de Direito da Comarca de Caracará respondendo pala Comarca de Mucajá – RR, no uso de suas atribuições legais, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele tomarem conhecimento, que por este Juízo e Cartório se Processam os autos da Ação de Interdição e Curatela n.º 0030 02 001132-3, em que figura como Requerente **MARIA SONIA MOREIRA DE SOUSA** e Interditado **ANTONIO CARLOS MOREIRA DA SILVA**. O MM. Juiz decretou a Interdição deste, por o mesmo apresentar quadro clínico de retardo mental grave, necessitando de cuidados permanentes dos familiares, demonstram a veracidade dos fatos alegados na inicial, conforme Sentença a seguir transcrita: FINAL DE SENTENÇA: **ISTO POSTO, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO**, para decretar a Interdição de **ANTONIO CARLOS MOREIRA DA SILVA**, nomeando **MARIA SONIA MOREIRA DE SOUSA** como Curadora, a fim de representa-lo nos atos da vida civil, a qual não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de quaisquer natureza, pertencentes ao interdito, sem autorização judicial. Inscreva-se a presente Sentença no Registro de Pessoas Naturais, publicando-se os Editais na forma do art. 1.184 do CPC. Lavra-se o termo de Compromisso da Curadora nomeada, expedindo-se a competente certidão. Fixo o prazo de 10 (dez) dias para que a Curadora proceda a especialização da hipoteca legal, em conformidade com art. 1.188 do CPC. Após o trânsito julgado, dê-se baixa na distribuição e archive-se. Sem custas, face a Gratuidade da Justiça P.R.I. Mucajá - RR, 04 de junho de 2003. (a) Dr. *Alexandre Magno Magalhães Vieira* – Juiz de Direito. E, para que ninguém possa alegar ignorância o MM. Juiz, mandou expedir o presente Edital, que será afixado no lugar público de costume. O presente edital será publicado por três (3) vezes no Diário do Poder Judiciário, com intervalo de dez (10) dias na forma da lei.

Cumpra-se, Observadas as prescrições legais.

Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Mucajá – Roraima, aos 10 (dez) dias do mês de setembro do ano de 2003. Eu, Jocemir Paiva dos Santos, Assistente Judiciário, o digitei e eu, Escrivão Judicial Substituto, subscrevo de ordem do MM. Juiz de Direito.

José C. André Rocha
Escrivão Judicial Substituto

RESOLUÇÃO N.º 011/2003 – TRE/RR

EMENTA: Dispõe sobre colocação de servidores do Quadro Permanente da Secretaria e Cartórios do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima à disposição de outros Órgãos ou Entidades.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA, em Sessão do Pleno realizada em 24 de setembro de 2003, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1.º - A colocação de servidores do quadro permanente da Secretaria e dos Cartórios do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima à disposição de órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta Federal, Estadual e Municipal, bem como dos Poderes Legislativo e Judiciário, dependerá de pedido formal do órgão requisitante, fundamentada a necessidade da disposição, e será efetivada por ato da Presidência, com prévia aprovação do Pleno do Tribunal.

Parágrafo 1.º - A cessão ou requisição somente poderão ocorrer para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança (Art. 93, I, da Lei n.º 8.112/90).

Parágrafo 2.º - O Relator do processo de cessão ou de requisição deverá ouvir a Presidência do Tribunal, com vista a obter informações acerca da conveniência e oportunidade do afastamento do servidor.

Art. 2.º - É vedada a cessão ou requisição de servidores em anos eleitorais, considerando o elevado grau de tarefas e atividades desenvolvidas e exigidas em função do processo eleitoral.

Parágrafo Único - A cessão e requisição de servidores poderá ser autorizada até 01 (um) ano antes do início do período de registro de candidaturas ao pleito.

Art. 3.º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA, em Boa Vista, 24 de setembro de 2003.

Desembargador MAURO CAMPELLO, Presidente

Desembargador JOSÉ PEDRO FERNANDES, Vice-Presidente/Corregedor

Doutor CÉSAR HENRIQUE ALVES, Juiz de Direito

Doutora MARIA DIZANETI, Jurista

Doutor MARIA DILMAR, Jurista

Doutor GEOVANNY MORGAN, Juiz Federal

Doutor RÔMULO MOREIRA CONRADO, Procurador Regional Eleitoral

PRESIDÊNCIA

PORTARIA N.º 480, DE 24 DE SETEMBRO DE 2003.

O Desembargador MAURO JOSÉ DO NASCIMENTO CAMPELLO, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, nos termos do art. 54 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, aprova o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de setembro/2002 a agosto/2003, anexo a esta Portaria.

Registre-se. Publique-se.

Des. MAURO CAMPELLO - Presidente

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE

Setembro de 2002 a Agosto de 2003

LRF, art. 55, inciso I, alínea “a” – Anexo I (Manual STN, Portaria n.º 516/2002)

R\$ Milhares

DESPESA DE PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA
	SET/02 a AGO/03
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	9.457
DESPESAS COM PESSOAL	10.140
Pessoal Ativo	10.005
Pessoal Inativo e Pensionista	135
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF)	(683)
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	(633)
(-) Inativos com Recursos Vinculados	(50)
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL (art. 18, § 1º, da LRF) (II)	-

Total da DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II)		9.457
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)		217.665.628
% do Total da DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL		0,004345 %
LIMITE LEGAL (art. 20, inciso I, alínea "b" e § 1º da LRF) – %	0,007408 %	16.125
LIMITE PRUDENCIAL (art. 22, § único da LRF) – %	0,007038 %	15.318

FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL (Inc. X, art. 37 da CF) ¹		819
% da FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL sobre a RCL (V)		0,000376 %
Total da DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL, deduzido o aumento previsto no inciso X, art. 37 da CF – % = (IV - V)	0,003968 %	8.638
LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) – %	0,005028 %	10.944

FONTE: SIAFI, SOF/TSE e Portaria STN nº 480, de 16 de Setembro de 2003

Nota (1): valores ref. as Leis nº 10.331/01, 10.474/02, 10.475/02, 10.697/03 e 10.698/03.

VICK MATURE AGLANTZAKIS - Gestor Financeiro
CARLOS JORGE GONÇALVES DO ESPÍRITO SANTO - Controle Interno
MIGUEL JOSÉ DOS SANTOS - Diretor-Geral
Des. MAURO JOSÉ DO NASCIMENTO CAMPELLO - Presidente

PORTARIA N.º 481, DE 24 DE SETEMBRO DE 2003.

O Desembargador MAURO CAMPELLO, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, no uso de suas atribuições e na forma da Resolução do TSE n.º 20.251, de 24 de junho de 1998, e do art. 22, § 8º, da Lei n.º 8.460/92 (redação dada pela Lei n.º 9.527/97),

R E S O L V E:

I – Conceder diárias na forma discriminada a seguir:

Descrição sintética do serviço a ser executado: deslocamento de servidores com a finalidade de proceder o transporte e instalação dos equipamentos de ar-condicionados no Cartório da 4ª Z.E., bem como, para trazer a este Tribunal os equipamentos com defeito, visando a manutenção dos mesmos.

Destino: São Luiz do Anauá/RR.

Período de afastamento: 25 a 26.09.2003.

N.º de diárias: 1,5 (uma e meia)

Servidores:

1. ANTÔNIO FERREIRA GOMES – Assistente de Chefia da Seção de Administração de Edifício, símbolo FC-4;
2. Cícero Ferreira de Menezes – Servidor requisitado.

Ao primeiro servidor:

Valor unitário da diária: R\$ 165,00

Valor total da diária: R\$ 247,50

Dedução do Auxílio Alimentação: R\$ 36,70

Valor a ser pago: R\$ 210,80

Ao segundo servidor:

Valor unitário da diária: R\$ 132,00

Valor total das diárias: R\$ 198,00

Dedução do Auxílio Alimentação: R\$ 36,70

Dedução do Auxílio Transporte: R\$ 11,02

Valor a ser pago: R\$ 150,28

II - DETERMINAR QUE AS DIÁRIAS NÃO UTILIZADAS SEJAM RESTITUÍDAS EM 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DE RETORNO À SEDE, NOS TERMOS DO ART. 6º DA RESOLUÇÃO DO TSE N.º 20.251/98.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Desembargador MAURO CAMPELLO - Presidente do TRE/RR

PORTARIA N.º 482, DE 24 DE SETEMBRO DE 2003.

O Desembargador MAURO CAMPELLO, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, no uso de suas atribuições e na forma da Resolução do TSE n.º 20.251, de 24 de junho de 1998, e do art. 22, § 8º, da Lei n.º 8.460/92 (redação dada pela Lei n.º 9.527/97),

R E S O L V E:

I – Conceder diárias na forma discriminada a seguir:

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2735 Boa Vista-RR, 27 de setembro de 2003.

Descrição sintética do serviço a ser executado: deslocamento de servidor com a finalidade de participar de treinamento de serviços cartorários no Cartório da 1ª Zona Eleitoral.

Destino: Boa Vista/RR.

Período de afastamento: 29.09 a 03.10.2003.

N.º de diárias: 4,5 (quatro e meia)

Servidor: CLÁUDIO ROBERTO VALÉRIO – Chefe do Cartório da 4ª Zona Eleitoral.

Valor unitário da diária: R\$ 165,00

Valor total da diária: R\$ 742,50

Dedução do Auxílio Alimentação: R\$ 19,15

Valor a ser pago: R\$ 723,35

II - DETERMINAR QUE AS DIÁRIAS NÃO UTILIZADAS SEJAM RESTITUÍDAS EM 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DE RETORNO À SEDE, NOS TERMOS DO ART. 6º DA RESOLUÇÃO DO TSE N.º 20.251/98.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Desembargador MAURO CAMPELLO - Presidente do TRE/RR

PORTARIA N.º 483, DE 24 DE SETEMBRO DE 2003.

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Alterar, com fulcro no art. 9º, II, da Portaria 166/2001, o 2º período das férias, referentes ao exercício de 2003, do servidor JOSENILSON VERDELEMOES, anteriormente marcadas para o período de 07 a 21.01.04, para o interregno de 25.09 a 09.10.2003.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Desembargador MAURO CAMPELLO - Presidente do TRE/RR

PORTARIA N.º 484, DE 25 DE SETEMBRO DE 2003.

O Desembargador MAURO CAMPELLO, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, no uso de suas atribuições e na forma da Resolução do TSE n.º 20.251, de 24 de junho de 1998, e do art. 22, § 8º, da Lei n.º 8.460/92 (redação dada pela Lei n.º 9.527/97),

R E S O L V E:

I – Conceder diárias na forma discriminada a seguir:

Descrição sintética do serviço a ser executado: deslocamento de magistrado para participar do Lançamento do Projeto Eleitor do Futuro, na Cidade de Fortaleza – CE.

Destino: Fortaleza – CE

Período de afastamento: 05 a 07.10.2003.

N.º de diárias: 2,5 (duas e meia)

Magistrado: DES. JOSÉ PEDRO FERNANDES – Vice-Presidente/Corregedor do TRE/RR.

Valor unitário da diária: R\$ 231,00

Valor total das diárias: R\$ 577,50

Valor do adicional: R\$ 132,00

Valor a ser pago: R\$ 709,50

II - DETERMINAR QUE AS DIÁRIAS NÃO UTILIZADAS SEJAM RESTITUÍDAS EM 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DE RETORNO À SEDE, NOS TERMOS DO ART. 6º DA RESOLUÇÃO DO TSE N.º 20.251/98.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Desembargador MAURO CAMPELLO - Presidente do TRE/RR

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Expediente do dia 26 de Setembro de 2003 para ciência e intimação das partes.

DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS

Em conformidade com o art. 41 do RI deste Tribunal, os seguintes feitos foram distribuídos no expediente do dia 25/09/2003:

PROCESSO N.º 838 – CLASSE VI
ASSUNTO: CONSULTA A RESPEITO DE MUDANÇA DE DOMICÍLIO ELEITORAL DE VEREADOR, EFEITOS EM RELAÇÃO AO MANDATO ELETIVO.
CONSULENTE: ALEX ANDERSON AMORIM, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DO CANTÁ.
RELATOR: JUÍZA MARIA DILMAR.

PROCESSO N.º 148 – CLASSE XII
ASSUNTO: PEDIDO DE REQUISIÇÃO DA SERVIDORA FRANCISCA ROSILEUDA COSTA DIAS, PARA O CARTÓRIO DA 1ª ZONA ELEITORAL.
INTERESSADO: MOZARILDO MONTEIRO CAVALCANTI, MM. JUIZ DA 1ª ZONA ELEITORAL.
RELATOR: JUÍZA DIZANETE MATIAS.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

PROCESSO N.º 510 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: RAIMUNDO GOMES E SILVA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 534 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: EDIMILSON JINKINGS.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 573 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: CLEIBIANE RODRIGUES FERREIRA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 598 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.

RECORRENTE: ONECI GONÇALVES DE ANDRADE.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 608 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: IDINEI DE OLIVEIRA AGOSTINHO.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 618 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: MARIA DA GLÓRIA DE JESUS OLIVEIRA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 633 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: MARIA JOSÉ DA SILVA PORTO.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 640 – CLASSE II

ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: MARIA DAS GRAÇAS ALBUQUERQUE BELMONT.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 645 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: DANIEL SANTOS CARVALHO.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 648 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: CENITA MORAIS ABREU.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 650 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: JOSEVAN VITAL DA COSTA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 668 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: ROBERTO MANDUCA DA SILVA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 716 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: ALDENEY DOS REIS DIAS.
RELATOR: JUÍZA MARIA DILMAR.

EMENTA: REVISÃO ELEITORAL – NÃO COMPARECIMENTO – A PERMANÊNCIA DA INSCRIÇÃO ELEITORAL NO ANTIGO DE RESIDÊNCIA SOMENTE SE JUSTIFICA SE PROVADO O INTERESSE ELEITORAL, O VÍNCULO AFETIVO, PATRIMONIAL OU COMUNITÁRIO – RECURSO NÃO PROVIDO.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos e em sintonia com o parecer ministerial, em negar provimento ao Recurso Eleitoral formulado por ALDENEY DOS REIS DIAS, ante a ausência de provas do alegado. Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, aos 23 dias do mês de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE-RR
Juíza MARIA DILMAR – Relatora
RÔMULO MOREIRA CONRADO – Procurador Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 723 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: ANTONIO GOMES DE LIMA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 728 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: HAINA KATIANE SANTOS ALVES LIMA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente

Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 730 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: EDWARD DE NAZARÉ THOMÉ JUNIOR.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 740 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: REGINALDO BATISTA DE ARAÚJO.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 741 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: GIZELE DE LIMA NASCIMENTO.
RELATOR: JUÍZA MARIA DILMAR.

EMENTA: REVISÃO ELEITORAL – NÃO COMPARECIMENTO – A PERMANÊNCIA DA INSCRIÇÃO ELEITORAL NO ANTIGO DE RESIDÊNCIA SOMENTE SE JUSTIFICA SE PROVADO O INTERESSE ELEITORAL, O VÍNCULO AFETIVO, PATRIMONIAL OU COMUNITÁRIO – RECURSO NÃO PROVIDO.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos e em sintonia com o parecer ministerial, em negar provimento ao Recurso Eleitoral formulado por GIZELE DE LIMA NASCIMENTO, ante a ausência de provas do alegado.
Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, aos 23 dias do mês de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE-RR
Juíza MARIA DILMAR – Relatora
RÔMULO MOREIRA CONRADO – Procurador Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 745 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: DELZIMAR GOMES DE SOUZA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a).

Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 746 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: ILARIO INÁCIO DA SILVA.
RELATOR: JUÍZA MARIA DILMAR.

EMENTA: REVISÃO ELEITORAL – NÃO COMPARECIMENTO – A PERMANÊNCIA DA INSCRIÇÃO ELEITORAL NO ANTIGO DE RESIDÊNCIA SOMENTE SE JUSTIFICA SE PROVADO O INTERESSE ELEITORAL, O VÍNCULO AFETIVO, PATRIMONIAL OU COMUNITÁRIO – RECURSO NÃO PROVIDO.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos e em sintonia com o parecer ministerial, em negar provimento ao Recurso Eleitoral formulado por ILARIO INÁCIO DA SILVA, ante a ausência de provas do alegado.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, aos 23 dias do mês de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE-RR
Juíza MARIA DILMAR – Relatora
RÔMULO MOREIRA CONRADO – Procurador Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 750 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: DALVA SANTOS DE OLIVEIRA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a).
Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 751 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: ELISVAN MELO ARAUJO.
RELATOR: JUÍZA MARIA DILMAR.

EMENTA: REVISÃO ELEITORAL – NÃO COMPARECIMENTO – A PERMANÊNCIA DA INSCRIÇÃO ELEITORAL NO ANTIGO DE RESIDÊNCIA SOMENTE SE JUSTIFICA SE PROVADO O INTERESSE ELEITORAL, O VÍNCULO AFETIVO, PATRIMONIAL OU COMUNITÁRIO – RECURSO NÃO PROVIDO.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos e em sintonia com o parecer ministerial, em negar provimento ao Recurso Eleitoral formulado por ELISVAN MELO ARAUJO, ante a ausência de provas do alegado.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, aos 23 dias do mês de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE-RR
Juíza MARIA DILMAR – Relatora
RÔMULO MOREIRA CONRADO – Procurador Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 755 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: ANA ELIZABETH BENTES MAGALHÃES.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2735 Boa Vista-RR, 27 de setembro de 2003.

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 759 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: GLEIDE PEIXOTO DUARTE.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 763 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: EZEQUIEL FREDOLINO WEBER.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 767 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: LUIZ EDUARDO DA CRUZ.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 771 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: RAIMUNDO RIBEIRO GALVÃO.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 775 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: LINDALVA FERNANDES.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 779 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: DORVALINA DE SOUZA ALMEIDA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 783 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: ADELITA EUNICE GRUTKA DA CRUZ.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 787 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: JOÃO LOPES DOS REIS.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 791 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: GISELDA MIGUEL FRANCO.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 795 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: MARIA DE ARAÚJO DE SOUZA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 799 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: JOSÉ GERARDO FERREIRA GOMES.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 803 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: LIDIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 807 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: CALDY RODRIGUES NEVES.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 811 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: ROBERTO CARLOS CALEFFI.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 815 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: DARWIN DE PINHO LIMA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 816 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: IÊDA PAULINO DE SOUZA.

RELATOR: JUÍZA MARIA DILMAR.

EMENTA: REVISÃO ELEITORAL – NÃO COMPARECIMENTO – A PERMANÊNCIA DA INSCRIÇÃO ELEITORAL NO ANTIGO DE RESIDÊNCIA SOMENTE SE JUSTIFICA SE PROVADO O INTERESSE ELEITORAL, O VÍNCULO AFETIVO, PATRIMONIAL OU COMUNITÁRIO – RECURSO NÃO PROVIDO.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos e em sintonia com o parecer ministerial, em negar provimento ao Recurso Eleitoral formulado por IÊDA PAULINO DE SOUZA, ante a ausência de provas do alegado.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, aos 23 dias do mês de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE-RR

Juíza MARIA DILMAR – Relatora

RÔMULO MOREIRA CONRADO – Procurador Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 819 – CLASSE II

ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.

RECORRENTE: MARIA DO LIVRAMENTO AZEVEDO DE ALBUQUERQUE.

RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente

Juíz CÉSAR ALVES – Relator

Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 820 – CLASSE II

ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.

RECORRENTE: WILLIS PAZ DE PINHO.

RELATOR: JUÍZA MARIA DILMAR.

EMENTA: REVISÃO ELEITORAL – NÃO COMPARECIMENTO – A PERMANÊNCIA DA INSCRIÇÃO ELEITORAL NO ANTIGO DE RESIDÊNCIA SOMENTE SE JUSTIFICA SE PROVADO O INTERESSE ELEITORAL, O VÍNCULO AFETIVO, PATRIMONIAL OU COMUNITÁRIO – RECURSO NÃO PROVIDO.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos e em sintonia com o parecer ministerial, em negar provimento ao Recurso Eleitoral formulado por WILLIS PAZ DE PINHO, ante a ausência de provas do alegado.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, aos 23 dias do mês de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE-RR

Juíza MARIA DILMAR – Relatora

RÔMULO MOREIRA CONRADO – Procurador Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 823 – CLASSE II

ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.

RECORRENTE: FRANCISCA ELBA DE ANDRADE.

RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente

Juíz CÉSAR ALVES – Relator

Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 827 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: JOSÉ NEY DE LIMA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 831 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: MARIA ALICE SILVA PERES.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 835 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: MARIA DAS GRAÇAS DA COSTA BARROSO.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 839 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: PAULA INÁCIO DA SILVA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente

Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 843 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: NIVEA MARIA QUEIROZ DE PINHO.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 847 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: FRANCISCA FERREIRA DE JESUS.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 851 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: RICARDO PEREIRA CHAVES.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 855 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: ALUISIO RAIMUNDO DA COSTA SENA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 859 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: MARIA LINDALVA SILVA ALENCAR.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 863 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: ANTONIO NATAL NOGUEIRA DA CRUZ.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 867 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: JANAINA SANTOS ARAÚJO.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 871 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: FLORA DA CONCEIÇÃO PEREIRA PINHO.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 875 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: NEUSA DA CONCEIÇÃO FERREIRA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 879 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: EMILIO LUCENA DA SILVA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 883 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: VALTERINA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 887 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: PACICLINA GOMES DA SILVA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a).

Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 891 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: MARIA DAS GRAÇAS SAMPAIO DE SOUZA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a).
Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 907 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: VERONICE RODRIGUES DE OLIVEIRA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a).
Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 911 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: CRISTIAN JOSÉ DA SILVA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a).
Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 915 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: ANTÔNIA MACEDO ALVES.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2735 Boa Vista-RR, 27 de setembro de 2003.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 919 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: AILAN DE OLIVEIRA SILVA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 923 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: JACKSON SALVATIERRA DE OLIVEIRA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 927 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: ANDERSON BARBOSA DA COSTA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 931 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: OSAIR LEITE PEREIRA JUNIOR.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer Ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 935 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: ALCILENE DOS SANTOS SILVA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 939 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: MARLENE FERREIRA DE SOUZA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 943 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: ROBERTO PAULO DA SILVA PEREIRA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 951 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: JOSIMAR FREITAS COSTA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2735 Boa Vista-RR, 27 de setembro de 2003.

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 955 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: CRISTINA DA SILVA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 959 – CLASSE II
ASSUNTO: REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA DO NÃO COMPARECIMENTO À REVISÃO ELEITORAL.
RECORRENTE: GERVÁLIO TAIGO DE CARVALHO LIRA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 963 – CLASSE II
ASSUNTO: REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA DO NÃO COMPARECIMENTO À REVISÃO ELEITORAL.
RECORRENTE: FLAVIO AMBROSIO.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 967 – CLASSE II
ASSUNTO: REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA DO NÃO COMPARECIMENTO À REVISÃO ELEITORAL.
RECORRENTE: DAMIÃO VIEIRA PEREIRA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 971 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: ANNE KELLY CRUZ DE OLIVEIRA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 975 – CLASSE II
ASSUNTO: REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA DO NÃO COMPARECIMENTO À REVISÃO ELEITORAL.
RECORRENTE: REGINALDO LIMA DOS SANTOS FEITOZA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 979 – CLASSE II
ASSUNTO: REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA DO NÃO COMPARECIMENTO À REVISÃO ELEITORAL.
RECORRENTE: CARLOS EDUARDO MAIA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 983 – CLASSE II
ASSUNTO: REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA DO NÃO COMPARECIMENTO À REVISÃO ELEITORAL.
RECORRENTE: JOSE DE ARIMATÉIA BORGES DA SILVA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer Ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 987 – CLASSE II
ASSUNTO: REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA DO NÃO COMPARECIMENTO À REVISÃO ELEITORAL.
RECORRENTE: MARIA DAS GRAÇAS BRITO VIEIRA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer Ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 991 – CLASSE II
ASSUNTO: REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA DO NÃO COMPARECIMENTO À REVISÃO ELEITORAL.
RECORRENTE: VIRGÍLIO GOMES DA SILVA JÚNIOR.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer Ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 995 – CLASSE II
ASSUNTO: REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA DO NÃO COMPARECIMENTO À REVISÃO ELEITORAL.
RECORRENTE: MARCO ANTONIO LUCAS DE SOUZA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer Ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 999 – CLASSE II
ASSUNTO: REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA DO NÃO COMPARECIMENTO À REVISÃO ELEITORAL.
RECORRENTE: ENYSON MOTA PEREIRA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer Ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1003 – CLASSE II
ASSUNTO: REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA DO NÃO COMPARECIMENTO À REVISÃO ELEITORAL.
RECORRENTE: MARIA AP ARECIDA PORTELA DE SOUZA SILVA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer Ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1007 – CLASSE II
ASSUNTO: REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA DO NÃO COMPARECIMENTO À REVISÃO ELEITORAL.
RECORRENTE: ALENCAR DA SILVA WANDERLEY.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1011 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: ISABEL BARBOSA LIMA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1015 – CLASSE II
ASSUNTO: REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA DO NÃO COMPARECIMENTO À REVISÃO ELEITORAL.
RECORRENTE: ELZIO PINHO PEREIRA.

RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1027 – CLASSE II
ASSUNTO: REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA DO NÃO COMPARECIMENTO À REVISÃO ELEITORAL.
RECORRENTE: MANOEL DE JESUS LEITE.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1031 – CLASSE II
ASSUNTO: REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA DO NÃO COMPARECIMENTO À REVISÃO ELEITORAL.
RECORRENTE: THEREZINHA DA SILVA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1035 – CLASSE II
ASSUNTO: REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA DO NÃO COMPARECIMENTO À REVISÃO ELEITORAL.
RECORRENTE: FELISBERTO ALVES DA SILVA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1091 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.

RECORRENTE: ANA MARIA ALEIXO FIRINO.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1095 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: EDINEI RIBEIRO FONSECA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1099 – CLASSE II
ASSUNTO: REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA DO NÃO COMPARECIMENTO À REVISÃO ELEITORAL.
RECORRENTE: MARLI CRUZ LAMAZON.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1103 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: NATALINO DA SILVA ABREU.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D Ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1107 – CLASSE II

ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: THOMAS RAIMUNDO DE OLIVEIRA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1111 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: GISELLE FIRMINO LEAL.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1115 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: VALNISSON PAZ DE PINHO.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1119 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: MARIA DE ANDRADE PINHEIRO.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1123 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: MARIA MARLY MOREIRA DE SOUZA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1127 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: JONISON TRAJANO CARMO.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1131 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: ZILAIR LUZIA VASCONCELOS LESSA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1135 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: HERLANDA DE CARVALHO LIMA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1139 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: IRACY LOPES DA SILVEIRA PINHO.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer Ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1143 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: LUIZ TRINDADE ALVES.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1147 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: SONARA SOARES DA COSTA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1151 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: ADEMAR DE OLIVEIRA LIRA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo-se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator

Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1155 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: HÉLIA FAGNA DA SILVA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1159 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: ROSANA ABREU COSTA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1163 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: RICARDO FLÁVIO QUEIROZ PIMENTA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1167 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AO CANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: ROBERTO RIAN SANTOS DE ASSIS.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente

Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1169 – CLASSE II
ASSUNTO: REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA DO NÃO COMPARECIMENTO À REVISÃO ELEITORAL.
RECORRENTE: RAIMUNDA DE PAULA SANTOS.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1173 – CLASSE II
ASSUNTO: RECURSO QUANTO AOCANCELAMENTO DE TÍTULO ELEITORAL.
RECORRENTE: OTACÍLIA MACÊDO QUEIROZ BRAGA.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

A C Ó R D ã O

EMENTA – Revisão Eleitoral – Ausência do Eleitor – Cancelamento da Inscrição Eleitoral – Legalidade – Recurso – Falta de Provas – Manutenção do cancelamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer ministerial, em negar seguimento ao recurso, mantendo -se o cancelamento da inscrição eleitoral do(a) eleitor(a). Sala das Sessões, em Boa Vista, 23 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
Dr. RÔMULO CONRADO – Proc. Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1213 – CLASSE II
ASSUNTO: REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA DO NÃO COMPARECIMENTO À REVISÃO ELEITORAL.
RECORRENTE: TERTULINO MIGUEL.
RELATOR: JUÍZA DIZANETE MATIAS.

RECURSO – CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO ELEITORAL DURANTE O PERÍODO DE REVISÃO – AUSÊNCIA DE PROVA DOCUMENTAL ACERCA DO DOMICÍLIO – DECISÃO DE 1º GRAU INALTERADA.
1. Não é possível reformar a decisão que determinou o cancelamento da inscrição eleitoral, se o recorrente não demonstra, por meio de prova documental válida, o seu domicílio.
2. Recusa a que se conhece e se nega provimento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Juízes do e. Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos e em sintonia com o parecer ministerial, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora, que passa a integrar este julgado. Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, 24 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juíza DIZANETE MATIAS - Relatora
Doutor RÔMULO MOREIRA CONRADO – Procurador Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1219 – CLASSE II
ASSUNTO: REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA DO NÃO COMPARECIMENTO À REVISÃO ELEITORAL.
RECORRENTE: ALDACINA BARBOSA.
RELATOR: JUÍZA DIZANETE MATIAS.

RECURSO – CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO ELEITORAL DURANTE O PERÍODO DE REVISÃO – DECLARAÇÃO ASSINADA PELO TUXAUA DA COMUNIDADE – INEXISTÊNCIA DE RATIFICAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE DE RECEBIMENTO COMO PEÇA RECURSAL – FALTA DE SUCUMBÊNCIA – NÃO CONHECIMENTO.
1. Se não foi ratificada pelo eleitor que teve seu título cancelado, a declaração assinada pelo tuxaua da comunidade indígena não tem o condão de substituir peça recursal, restando evidenciada a falta de sucumbência.

2. Recuso a que se nega conhecimento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Juízes do e. Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos e em dissonância com o parecer ministerial, em não conhecer do recurso, nos termos do voto da Relatora, que passa a integrar este julgado. Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, 24 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente
Juíza DIZANETE MATIAS - Relatora
Doutor RÔMULO MOREIRA CONRADO – Procurador Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 1080 – CLASSE XI
ASSUNTO: NÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS, RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2002, PELO PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO (PRTB).
INTERESSADO: JUSTIÇA PÚBLICA ELEITORAL.
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

EMENTA: PARTIDO POLÍTICO — FALTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL — SUSPENSÃO DO REPASSE DE NOVAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO PARA O DIRETÓRIO REGIONAL — INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 37 DA LEI N.º 9.096/95 E 9.º, IV, A, DA RES./TSE N.º 19.768/96.

A c ó r d ã o

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Juízes do egrégio Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade e em harmonia com o parecer ministerial, em julgar *não-prestadas as contas* do PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - PRTB, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar este julgado. Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, aos 24 dias do mês de setembro do ano de dois mil e três.

Des. MAURO CAMPELLO - Presidente
Juiz CÉSAR ALVES – Relator
RÔMULO MOREIRA CONRADO - Procurador Regional Eleitoral

MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA

PORTARIA Nº 477, DE 23 DE SETEMBRO DE 2003

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no art. 12, inciso XXI, da Lei Complementar Estadual nº 003/94,

R E S O L V E:

Conceder à servidora **ILMARA DA SILVA TRAJANO**, 04 (quatro) dias de férias, com efeitos a partir de 23SET03.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

FÁBIO BASTOS STICA
Procurador-Geral de Justiça
- em exercício -

PORTARIA Nº 478, DE 23 DE SETEMBRO DE 2003

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no art. 12, inciso XXI, da Lei Complementar Estadual nº 003/94,

R E S O L V E

Conceder à servidora **CATARINA MENDES BATISTA ROSA ARAÚJO**, o gozo de 29 (vinte e nove) dias de férias, com efeitos a partir de 22SET03, anteriormente interrompidas através da Portaria nº 265/03, publicada no Diário do Poder Judiciário nº 2665, de 18JUN03.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

FÁBIO BASTOS STICA
Procurador-Geral de Justiça
-em exercício -

PORTARIA Nº 480, DE 25 DE SETEMBRO DE 2003

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no art. 12, inciso XXI, da Lei Complementar Estadual nº 003/94,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento do Procurador de Justiça, Dr. **FÁBIO BASTOS STICA**, para tratar de assuntos institucionais, a realizar-se nos dias 29 e 30SET03, na cidade de São Paulo/SP.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

EDSON DAMAS DA SILVEIRA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 481, DE 25 DE SETEMBRO DE 2003

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no art. 12, inciso XXI, da Lei Complementar Estadual nº 003/94,

R E S O L V E:

Conceder ao servidor **MOZART MENEZES DA SILVA FILHO**, 30 (trinta) dias de férias, no período de 29OUT a 27NOV03.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

EDSON DAMAS DA SILVEIRA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 483, DE 25 DE SETEMBRO DE 2003

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro nos artigos 12, XXI; 74, I e 75, III, da Lei Complementar Estadual nº 003/94,

R E S O L V E:

Conceder ao Promotor de Justiça de 2ª Entrância, Dr. **ULISSES MORONI JÚNIOR**, Titular da Promotoria de Defesa do Consumidor e da Cidadania da Comarca de Boa Vista, 11 (onze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 06OUT a 17OUT03.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

EDSON DAMAS DA SILVEIRA

Procurador-Geral de Justiça

ANEXO II - MODELO 1

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA:

2.º QUADRIMESTRE/2003

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA	
	Até o Quadrimestre	Últimos 12 meses
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	3.202	10.337
Pessoal Ativo	2.869	9.220
Pessoal Inativo e Pensionistas	333	1.117
Despesas não computadas (art.19, § 1º da LRF)		
(-) Precatórios(sent. Judiciais), ref. a período anterior ao de apuração		
(-) Inativos com recursos vinculados		
(-) Indenizações por demissão		

(-) Despesas de exercício anteriores	193	193
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL(art. 18, § 1º da LRF) (II)	16	54
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I+II)	3.218	10.391
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	227.750	703.259
% DO TOTAL DA DESP. LÍQ. COM PESSOAL SOBRE A RCL	1,41	1,48
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRP) - % -	1,90	1,90
LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) - % -		
LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - % -	2,00	2,00

ANEXO II - MODELO 8

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA:

2.º QUADRIMESTRE/2003

LRF, art. 54, Anexo VII

RCL =

703.259

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL.
Total da Despesa Líquida com Pessoal nos últimos 12 meses	10.391	1,48
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	13.361	1,90
Limite Permitido (art. 71 da LRF)		
Limite Legal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	14.060	2,00
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL.
Dívida Consolidada		
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL.
Total das Garantias		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL.
Operações de Crédito Interna e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido p/Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas		
Limite Definido p/Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. Da		

Receita		
RESTOS A PAGAR	VALOR	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA
Total dos Restos a Pagar		
SERVIÇOS DE TERCEIROS	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Serviços de Terceiros		0
Limite Calculado com Base no Exercício de 1999, do Total da		
Despesa com Serviços de Terceiros (art. 72 da LRF)		

RECOMENDAÇÃO Nº 012 / 2003

O Ministério Público do Estado de Roraima, através de sua Promotoria de Defesa do Consumidor e da Cidadania de Boa Vista, vem apresentar a presente recomendação à empresa CREDSERVICE – Cobrança e Assessoria Ltda, situada na Rua Cecília Brasil, nº 932, Centro, em Boa Vista, nos termos que seguem.

Considerando que esta Promotoria de Justiça tem recebido diversas reclamações de clientes da Telemar que afirmam serem partes representadas por este Ministério Público em ação civil pública interposta no ano de 2001 e que estão recebendo correspondências de cobrança desta empresa CREDSERVICE,

Considerando que nesta ação muitos clientes da Telemar tiveram suspensas as cobranças referentes a faturas do mês de maio de 2001, estando a decisão liminar ainda vigente e o processo em andamento na 4ª Vara Cível de Boa Vista,

Considerando que os reclamantes afirmam que estão recebendo correspondências desta empresa CREDESERVICE cobrando as faturas deste mês de maio de 2001,

Considerando que as informações foram conferidas por esta Promotoria de Defesa do Consumidor e mostraram-se verídicas,

Considerando que na correspondência encaminhada por esta CREDSERVICE consta que os consumidores-destinatários já estão com seus nomes incluídos previamente à comunicação nos bancos de dados de inadimplentes SERASA e SPC,

Considerando que a correspondência deixa dúvidas sobre o endereço e o telefone desta CREDSERVICE, se localizam-se em Manaus ou Boa Vista,

Considerando que o artigo 42, do Código de Defesa do Consumidor dispõe: “*na cobrança de dívidas, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça*” e que “*o consumidor cobrado em quantia indevida tem direito a repetição do indébito por valor igual ao dobro do que pagou em excesso (...)*”,

Considerando que o artigo 43, parágrafo segundo, do mesmo código, dispõe que a “*a abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele*”,

Considerando que os documentos sobre as relações de consumo devem ser escritos de forma clara e precisa,

Considerando que, caso persista tal irregularidade, esta Promotoria de Justiça poderá buscar judicialmente o encerramento das atividades desta empresa, bem como responsabilizar criminalmente seus administradores,

Vem esta Promotoria de Defesa do Consumidor e da Cidadania de Boa Vista **RECOMENDAR** à empresa CREDSERVICE – Cobrança e Assessoria Ltda, que:

1. Não emita mais cobranças para os consumidores da Telemar que estejam com suas cobranças suspensas, devido à referida decisão judicial;
2. Insira em suas cartas de cobrança a palavra **cidade de Boa Vista** na complementação de seu endereço de atendimento;
3. Que altere os códigos de área de seus telefones de **(92) para (95)**, pois isto somente confunde os consumidores;
4. Que pare de indicar que os consumidores está com seus nomes inseridos no SERASA e SPC, alterando a frase para advertência de que, caso não paguem seus débitos ou venham prestar esclarecimentos, aí sim terão seus nomes inseridos no SERASA e SPC.

Registre-se. Publique-se no Diário do Poder Judiciário. Encaminhe-se através de ofício, em duas vias.

Boa Vista, 25 de setembro de 2003.

Ulisses Moroni Júnior
Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor e da Cidadania

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1.^a INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

ATA DE DISTRIBUICAO REALIZADA EM: 25/09/2003

PROCESSOS EM TRAMITACAO COMUM

I-DISTRIBUICAO

1)AUTOMÁTICA

PROCESSO :2003.42.00.002162-0 PROT.:25/09/2003
CLASSE :5204-JUSTIFICACAO
JFTE: :JOSE RODRIGUES DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO :MARCOS ANTONIO CARVALHO DE SOUZA
JFDO: :UNIAO
VARA :1^a VARA FEDERAL

PROCESSO :2003.42.00.002163-3 PROT.:25/09/2003
CLASSE :7100-ACAO CIVIL PUBLICA
REQTE: :MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO :CARLOS FERNANDO MAZZOCO
REQDO: :JORGE DE SOUZA SCHMIDT
VARA :1^a VARA FEDERAL

PROCESSO :2003.42.00.002166-4 PROT.:25/09/2003
CLASSE :1900-OUTRAS
AUTOR: :MARIA DO SOCORRO ALVES
ADVOGADO :JOAO FELIX DE SANTANA NETO
REU: :INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
VARA :1^a VARA FEDERAL

PROCESSO :2003.42.00.002167-8 PROT.:25/09/2003
CLASSE :6103-CARTA PRECATORIA FISCAL
REQTE: :UNIAO (FAZ. NACIONAL)
REQDO: :BAU BARATEIRO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
J. Dpcte: :JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE RIO BRANCO/AC
VARA :2^a VARA FEDERAL

PROCESSO :2003.42.00.002168-1 PROT.:25/09/2003
CLASSE :6104-CARTA PRECATORIA CIVEL
REQTE: :MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQDO: :MUNICIPIO DE SENADOR GUIMARD
J. Dpcte: :JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DE RIO BRANCO/AC
VARA :2^a VARA FEDERAL

PROCESSO :2003.42.00.002169-5 PROT.:25/09/2003
CLASSE :15600-INQUERITOS POLICIAIS
REQTE: :DELEGACIA DE POLICIA DE ALTO ALEGRE/RR
REQDO: :IGNORADO
VARA :1^a VARA FEDERAL

PROCESSO :2003.42.00.002164-7 PROT.:25/09/2003
CLASSE :4101-EXECUCOES DIVERSAS POR TITULO JUDICIAL
EXQTE: :SINDICATO DOS SERV PUB FED NO ESTADO DE RORAIMA - SINSEP
ADVOGADO :ANTONIO ONEILDO FERREIRA
EXCDO: :FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA
VARA :2^a VARA FEDERAL

I-DISTRIBUICAO

2)POR DEPENDENCIA

PROCESSO :2003.42.00.002165-0 PROT.:25/09/2003
CLASSE :4400-EXECUCAO DIVERSA / OUTRAS
EXQTE: :MONTEIRO E LIMA LTDA
ADVOGADO :MESSIAS GONCALVES GARCIA
EXCDO: :INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
VARA :2ª VARA FEDERAL

III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO

IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE :6
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA :2
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE :0
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE :0
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA :0
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE :0
TOTAL DOS PROCESSOS :8

PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL (JEF)

PROCESSO :2003.42.00.700902-3 PROT.:25/09/2003
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :ELY BATISTA PAIXAO
ADVOGADO :LUIZ EDUARDO SILVA DE CASTILHO
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2003.42.00.700903-7 PROT.:25/09/2003
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :SILAS CABRAL DE ARAUJO FRANCO
ADVOGADO :LUIZ EDUARDO SILVA DE CASTILHO
REU: :CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE RORAIMA- CEFET-RR
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2003.42.00.700904-0 PROT.:25/09/2003
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :SERVILIO DOS SANTOS BEZERRA
REU: :CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2003.42.00.700905-4 PROT.:25/09/2003
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :VILDESMONDES DE JESUS ALCANTARA
ADVOGADO :MARCOS ANTONIO CARVALHO DE SOUZA
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2003.42.00.700906-8 PROT.:25/09/2003
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :NILTON SERGIO MARTINS COSTA DE FREITAS
REU: :INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2003.42.00.700907-1 PROT.:25/09/2003
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :ELCY BRANDAO NASCIMENTO
REU: :INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2003.42.00.700908-5 PROT.:25/09/2003
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :VALDETE CORREA RAMALHO
REU: :INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2003.42.00.700909-9 PROT.:25/09/2003
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :ANTELMO MARQUES ALVES
REU: :INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

I-DISTRIBUICAO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO :2003.42.00.700910-9 PROT.:25/09/2003
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :COSMA MARIA DE CASTRO LUCENA
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2003.42.00.700911-2 PROT.:25/09/2003
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :MARIA ALEJANDRA RIERA BING
ADVOGADO :UBIRAJARA DOS CAMPOS DE OLIVEIRA E CARVALHO LEITE
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO
IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE :10
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA :0
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE :0
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE :0
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA :0
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE :0
TOTAL DOS PROCESSOS :10

JUÍZO DA 1.ª VARA DE RORAIMA
Juiz Federal Substituto
HELDER GIRÃO BARRETO
Diretor de Secretaria
ISAAC CARNEIRO DA SILVA

EXPEDIENTE DO DIA 25 DE SETEMBRO 2003

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) o MM. Juiz exarou a(s) seguinte(s) sentença(s)

Processo n.º : 1998.42.00.000110-3

Classe : 13107 – Processo de Crime Funcional

Autor : Justiça Pública

Denunciados : Katyane Barroco Melo e Nélío Stradioto Branco

Advogados : Dr. Clodoci Ferreira do Amaral, OAB/RR 181-A; e Defensoria Pública.

Dispositivos: “ ... Pelo exposto, **declaro a prescrição** da pretensão punitiva em relação a NÉLIO STRADIOTO BRANCO e extinta a punibilidade pela prática do crime de peculato culposo (Art. 312, § 2º), *ex vi* do Art. 109, V c/c Art. 107, IV, todos do CP; e, **julgo procedente** a denúncia para condenar KATYANE BARROCO MELO nas penas do art. 312, § 1º c/c 327, § 1º do Código Penal ... Assim, diminuo a pena privativa de liberdade em 1/3 (um terço), pelo que a torno definitiva em 2 (dois) anos de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa ... satisfeitos os requisitos do art. 44 do CP, **substituo a pena** privativa de liberdade pelas seguintes penas restritivas de direito: a) prestação pecuniária no montante de 05 (cinco) salários mínimos, cujo valor deverá ser recolhido a entidades que tratem de assistência a idosos carentes. A comprovação documental deverá ser trazida aos autos no prazo de 10 (dez) dias; b) prestação de serviços gratuitos no Hospital Coronel Mota, situado à rua Coronel Pinto, n. 636, Centro, nesta Cidade, pelo mesmo período da pena privativa de liberdade, à razão de duas horas de tarefa por dia de condenação, *ex vi* do art. 46, § 3º, do mesmo diploma penal ...Condeno a ré, ainda, ao pagamento das custas processuais ...
...”

JUÍZO DA 2ª VARA
JUIZ SUBSTITUTO: HELDER GIRÃO BARRETO
DIR. SECRET.: ALANO PEREIRA NEVES
ATOS DO EXMO. JUIZ SUBSTITUTO: HELDER GIRÃO BARRETO

Expediente do dia 24 de Setembro de 2003

Autos com Sentença

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

PROC2002.42.00.001550-2 EMBARGOS A EXECUCAO

EMBTE : DILMA DA SILVA CRUZ
ADVOGADO : RR0000208A - HENRIQUE KEISUKE SADAMATSU
EMBDO : UNIAO (FAZ. NACIONAL)

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a sentença:

Extinguindo o presente processo sem exame do mérito por perca do objeto, face à extinção da execução.

PROC2001.42.00.001314-0 EXECUCAO FISCAL/FAZENDA NACIONAL

EXQTE : UNIAO (FAZ. NACIONAL)
PROCUR : PROTOGENES ELIAS DA SILVA
EXCDO : DILMA DA SILVA CRUZ

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a sentença:

Extinguindo a presente execução ex vi do inciso I, art. 794 do CPC, tendo em vista que houve pagamento, o título executivo esgotou seus efeitos e incorporou-se ao processo.

PROC2002.42.00.001958-9 EMBARGOS A EXECUCAO

EMBTE : M DAS D C ALVES ME
ADVOGADO : RR00000138 - JAMES PINHEIRO MACHADO
EMBDO : UNIAO (FAZ. NACIONAL)

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a sentença:

Rejeitando liminarmente os presentes embargos face à manifesta intempestividade e determinando o pagamento das custas e os honorários de 5%, pela embargante.

PROC2000.42.00.001666-4 EMBARGOS A EXECUCAO

EMBTE : GINASIO EUCLIDES DA CUNHA
ADVOGADO : RR00000149 - MARCOS ANTONIO CARVALHO DE SOUZA
EMBDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : SP0116.407 - MAURICIO SALVATICO

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a sentença:

Julgando procedentes os presentes embargos para declarar a prescrição dos créditos anteriores a 24/01/1970 e indeferir a inicial extinguindo a execução fiscal/outras nº 1999.42.00.000081-1, em apenso, sem exame do mérito. Determinando a liberação da penhora e condenando a Embargada a pagar honorários advocatícios de 10% sobre o valor da inicial em favor da Embargante.

EDITAL

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)

O MM. Juiz de Direito da 5.^a Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti, faz saber que neste Juízo tramita o seguinte processo:

Proc. n.º: 68175-2/03 – USUCAPIÃO

Autor: José Ferreira Pinto

Réu: Daniel Rodrigues dos Santos

Estando as partes rés em locais incertos e não sabidos, expediu-se o presente edital com as seguintes finalidades:

CITAÇÃO de DANIEL RODRIGUES DOS SANTOS, comerciante, RG. nº 20.545-SSP/RR e CPF nº 008.739.892-49 e MARIA DO CARMO DE SOUZA SANTOS, do lar, brasileiros, casados entre si, para manifestarem seu interesse na ação acima identificada, no prazo de 15 dias, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos articulados na petição inicial.

IMÓVEL OBJETO DA AÇÃO: Lote de terras n.º 09, aforado do Patrimônio Municipal, da quadra 48, bairro Aparecida, com frente para a Rua Jaricuna, nessa Capital, com a área de 590,00 metros quadrados, limitando -se à direita com o lote n.º 10, de Cícero Gerson de Lima; lado esquerdo com o lote n.º 08, de propriedade dos autores e fundos com o lote n.º 03 e 04 de Gildete Araújo Pinheiro.

SEDE DO JUÍZO: Fórum Advogado Sobral Pinto, Praça do Centro Cívico, s/n.º, Centro, CEP 69.301-970, Boa Vista/RR, Tel. (095) 621-2727.

Boa Vista, 19/09/2003.

Maria das Graças Barroso de Souza
Escrivã Judicial

**Ordem dos Advogados do Brasil
Seccional de Roraima**

ED I T A L 030

O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Roraima, faz público achar-se nesta Seccional, suficientemente instruído para oportuna deliberação do pedido de Inscrição Principal do Bel. **CARLOS DE LIMA FERREIRA**, art 10, da Lei 8.906/94.
Sala da Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Roraima aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e três.

ANTONIO ONEILDO FERREIRA
Presidente da OAB/RR